



ANA MARIA DE MELLO CAMPOS  
MICHEL JUSTAMAND  
SEBASTIÃO MELO CAMPOS

ORGANIZADORES

# faas 25

Fazendo Antropologia  
NO ALTO SOLIMÕES

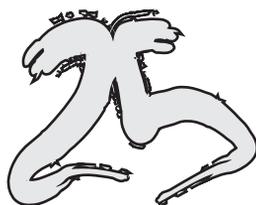


ALEXA  
CULTURAL

EDUA  
CENTRO DE INVESTIMENTOS  
EDUCACIONAIS DO ACRE



**Fazendo  
Antropologia no  
Alto Solimões**



# COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

## Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

## Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

## Membros

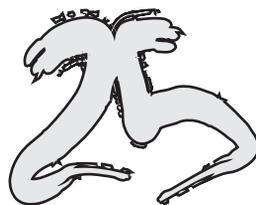
Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)  
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)  
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)  
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)  
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)  
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)  
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)  
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)  
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)  
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)  
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)  
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)  
Grazielle Acçolini (UFGD – Dourados/MS)  
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)  
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)  
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)  
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)  
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)  
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)  
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)  
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)  
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)  
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)  
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)  
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)  
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)  
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)  
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)  
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)  
Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)  
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)  
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)  
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)  
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)  
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)  
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)  
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

## COMITÊ EDITORIAL DA OBRA

Adailton da Silva (UFAM - Benjamin Constant/AM)  
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM - Benjamin Constant/AM)  
Josenildo Santos de Souza (UFAM - Benjamin Constant/AM)  
Michel Justamand (UFAM - Benjamin Constant/AM)  
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM - Benjamin Constant/AM)

Ana Maria de Mello Campos  
Michel Justamand  
Sebastião Melo Campos  
organizadores

# Fazendo Antropologia no Alto Solimões



**ALEXA**  
Embu das Artes - SP  
2019



© by Alexa Cultural

**Direção**

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

**Editor**

Karel Langermans

**Imagem de Capa**

Gleilson Medins de Menezes

**Gravura**

Mariene Mendonça de Freitas

**Revisão Técnica**

Adailton da Silva, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz

**Revisão de língua**

Kátia Silva de Oliveira, Sandra Oliveira de Almeida e

Vânia Cristina Cantuário de Andrade

**Editoração Eletrônica**

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C428a - CAMPOS, Ana Maria de Mello

J276m - JUSTAMAND, Michel

C579s - CAMPOS, Sebastião Melo

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 25, Ana Maria de Mello Campos, Michel Justamand e Sebastião Melo Campos - organizadores, Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2019

14x21cm -230 páginas

ISBN -978-85-5467-140-2

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Sumário  
II Bibliografia

CDD - 301

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

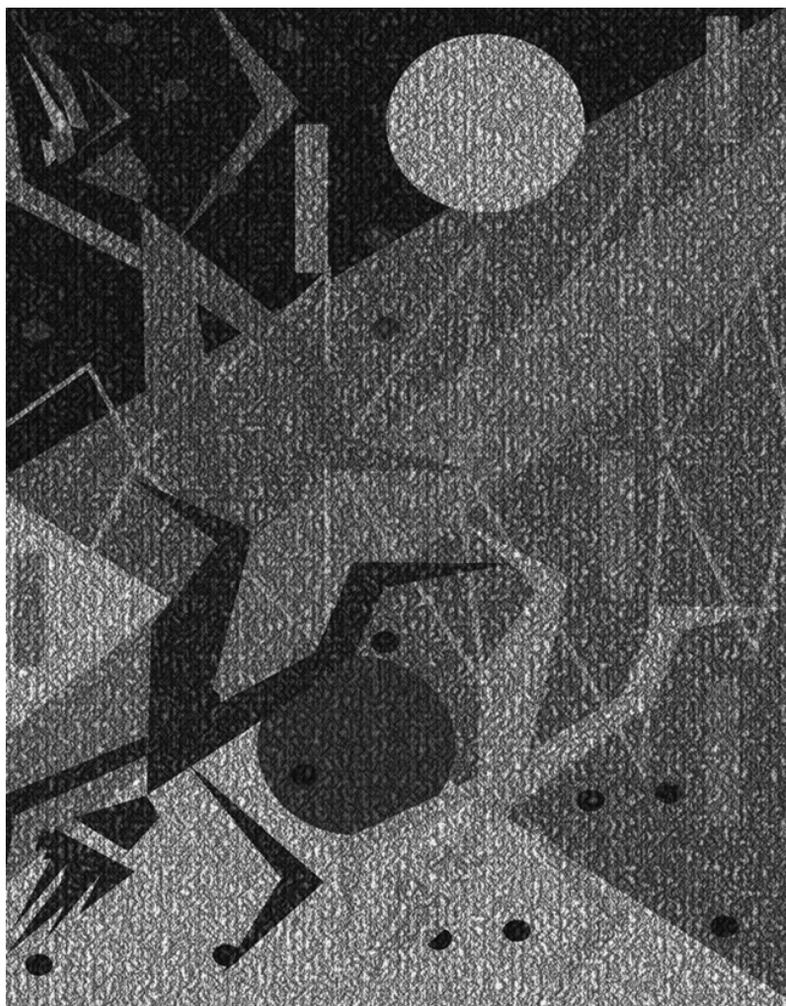
---

**Alexa Cultural Ltda**

Rua Henrique Franchini, 256  
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140  
alex@alexacultural.com.br  
alexacultural@terra.com.br  
www.alexacultural.com.br  
www.alexaloja.com

**Editora da Universidade Federal do Amazonas**

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,  
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM  
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio  
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte  
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290  
E-mail: ufam.editora@gmail.com



*Título: Negro, índio e branco sob  
o domínio do fogo*

*Técnica: Gravura Digital  
Autor: Mariene Mendonça*

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## CONSELHO EDITORIAL

### **Presidente**

Henrique dos Santos Pereira

### **Membros**

Antônio Carlos Witkoski  
Domingos Sávio Nunes de Lima  
Edleno Silva de Moura  
Elizabeth Ferreira Cartaxo  
Spartaco Astolfi Filho  
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

### **COMITÊ EDITORIAL DA EDUA**

Louis Marmoz Université de Versailles  
Antônio Cattani UFRGS  
Alfredo Bosi USP  
Arminda Mourão Botelho Ufam  
Spartacus Astolfi Ufam  
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra  
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3  
Cesar Barreira UFC  
Conceição Almeida UFRN  
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP  
Gabriel Conh USP  
Gerusa Ferreira PUC/SP  
José Vicente Tavares UFRGS  
José Paulo Netto UFRJ  
Paulo Emílio FGV/RJ  
Élide Rugai Bastos Unicamp  
Renan Freitas Pinto Ufam  
Renato Ortiz Unicamp  
Rosa Ester Rossini USP  
Renato Tribuzy Ufam

### **Reitor**

Sylvio Mário Puga Ferreira

### **Vice-Reitor**

Jacob Moysés Cohen

### **Editor**

Sérgio Augusto Freire de Souza

*As pessoas educam para a competição e esse é o princípio da guerra. Quando educarmos para cooperarmos e sermos solidários uns com os outros, nesse dia estaremos a educar para a paz.*

*Maria Montessori*

*Me armo de livros...  
me livro de armas!  
Autor desconhecido*



## **Ampliando as relações entre as Ciências no Alto Solimões — FAAS 25**

*Ana Maria de Mello Campos  
Michel Justamand  
Sebastião Melo Campos*

Nós, organizadores do presente volume, Ana Maria de Mello Campos, Michel Justamand e Sebastião Melo Campos, temos o prazer de tornar pública mais uma editoração da Coleção Fazendo Antropologia no Alto Solimões-FAAS. É o oferecimento à sociedade de numeração 25 de uma coleção buscada e reconhecida por pesquisadores e outros autores, com algum prestígio público na microrregião da tríplice fronteira amazônica (Brasil-Colômbia-Peru).

Para que os novos leitores tenham uma base do que foi feito anteriormente, costumamos apresentar um breve relato histórico da coleção.

Teve início em 2012, com dois volumes. Em 2015, resolvemos editar um segundo volume, o qual levou apenas o nome de FAAS 2. Após essas primeiras incursões pelas livrecas, resolvemos as iniciativas. Agora, com a vigésima quinta obra, algo completamente inesperado.

A coleção abarca uma gama diversificada de autores, temas, reflexões e um leque multifacetado de posicionamentos políticos. Por isso, a ideia de ampliar as relações científicas apontadas no título desse texto. Mas, com algo em comum, um mundo melhor para todas e todos. Esses escritos se voltam à luta por um mundo mais igualitário, justo e melhor.

Para algumas pessoas, essas formas de relações, pensar e agir, pertencem, em geral, ao campo ideológico – dito da esquerda. Nós, nesses escritos, não nos furtaremos dessa condição!

Em volumes anteriores, valorizamos a multiplicidade de partícipes, seus locais de origem, titulações, condições ra-

ciais/étnicas; e, semelhantemente, opções de gêneros/sexuais. Nesta divisão editorial, tais aspectos continuam tendo voz, vez e espaço. Queremos deixar claro aqui que participações multifocais nos orgulham e muito!

Já são mais de 260 textos, ao longo dos 24 tomos publicados anteriormente. Com uma média de 11 capítulos por difusão. Com mais de 4600 páginas de escritos. Entre gráficos, fotos e demais imagens transformando a coleção em um manancial de informações, diferenciado e dinâmico, sobre a região amazônica, – mas não só. Outros olhares foram oportunizados. Contribuindo estes, efetivamente, a nosso modo de ver, com a ampliação das relações científicas na e para a região do Alto Solimões.

Temos a satisfação de lembrar aos leitores que somos muito satisfeitos de termos a possibilidade de lidar com tais autores, que se tornaram pares e que participaram dessa empreitada coletiva, diversa e múltipla!

A atual impressão conta com treze capítulos. Como em outras produções, há uma miríade de temas e escritos. Vinte e seis autoras e autores contribuíram dessa vez. Expressaram, por meio de discussões, que envolvem preocupações com fake News, escolas interculturais, imagem da mulher amazônica e indígena. Houve quem se dispôs a discutir as questões da imigração peruana. Outros, as questões voltadas para a economia e o micro empreendedorismo amazônico.

Há, nesta mesma proporção, reflexões sobre educação presente em alguns dos artigos que se seguem. Foram debatidos a educação e a arte, os deveres de casa nas escolas, os preceitos civilizatórios na educação e o desenvolvimento sustentável no contexto escolar.

Outros temas interessantes que constam nesse lançamento tratam das influências históricas na Amazônia, da capoeira em Benjamin Constant, das suas relações com o Boi Bumbá e das práticas coletivas relacionando educação, cidadania e envolvimento ambiental.

Perpetrada a apresentação, recomendamos a leitura. Nada oponente, que ela sirva às inúmeras e infinitas reflexões, porém, ao mesmo tempo, ao deleite e ao prazer. E, que sirva, concomitantemente, aos mais variados ajuizamentos dos leitores – tal qual ela o foi para nós, quando lemos os manuscritos – antes de serem estes, aqui, tornados capítulos!

Por fim, nós, organizadores dessa obra, desejamos que essas leituras favoreçam no aperfeiçoamento de outro mundo. Onde caibam todos os mundos! Como pronunciam os partícipes do Exército Zapatista de Libertação Nacional–EZLN, das florestas de Chiapas, no sudoeste do México.

São os nossos mais sinceros votos!

*São Paulo / Manaus, 22 de novembro de 2019.*



## **Sumário**

### **Ampliando as relações entre as Ciências no Alto Solimões — FAAS 25**

*Ana Maria de Mello Campos, Michel Justamand e Sebastião Melo Campos*  
- 11 -

### **Reflexões sobre o termo Pós-Verdade**

*Ana Cristina Alves Balbino e Michel Justamand*  
- 17 -

### **A família no contexto das escolas interculturais de fronteira**

*José Roberto Faria e Faria e Elenilson Silva de Oliveira*  
- 33 -

### **A imagem da mulher na formação do pensamento social da Amazônia: para uma crítica dos estereótipos e estigmatização**

*Elisiane Sousa de Andrade, Iraildes Caldas Torres e Odenei Ribeiro de Souza*  
- 49 -

### **Mulheres Ticuna da Amazônia Brasileira: ssociação e Movimento Indígena na Tríplice Fronteira Brasil–Colômbia–Peru**

*Érica Fabricia Melo*  
- 61 -

### **Os Fatores que Impulsionam a Migração Peruana para a Cidade de Benjamin Constant no Amazonas.**

*Frâncio Costa Simão e Bruno dos Santos Rodrigues*  
- 81 -

### **Microempreendedor Individual (MEI): Os Benefícios da Formalização para a Economia do Estado do Amazonas**

*João Clovis de Oliveira Costa e Kamilla Ingrid Loureiro e Silva*  
- 95 -

### **Arte e Educação Especial: composição de possibilidades**

*Lílian Freire Noronha*  
- 111 -

### **Preceitos civilizatórios no contexto educacional**

*Nelly Mary Oliveira de Souza*  
- 151 -

### **Amazônia: traçado histórico das influências da colonização Sandra Rejane Viana de Almeida e Artemis de Araújo Soares**

- 145 -

O dever de casa: estabelecendo relações entre escola–família no 4º  
ano do Ensino Fundamental

*Carlinho Ferreira Pessoa, Jarliane da Silva Ferreira e Sebastião Melo Campos*

- 155 -

Abordagem do desenvolvimento sustentável no contexto escolar:  
um estudo com discentes e profissionais da educação em escolas  
públicas de Benjamin Constant–AM

*Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flavia Karenine da Silva Ponte, Sebastião Melo  
Campos, Bruno Reinart Abreu*

- 177 -

Capoeira e boi bumbá em Benjamin Constant – Amazonas

*Tharcísio Santiago Cruz, Odenei de Souza Ribeiro*

- 189 -

Inventando práticas coletivas de educação, cidadania e  
envolvimento ambiental em uma omonidade do Amazonas

*Washington Napoleão Eufrázio*

- 203 -

Caminhantes nas artes

*Mariene Mendonça*

- 213 -

Sobre os autores

- 215 -

Sugestões de leitura:

Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões

*Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand*

- 223 -

Coleção FAAS TESES - Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

*Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand*

- 225 -

Coleção Carmen Junqueira

*Dirigida por Michel Justamand e Renan Albuquerque*

- 225 -

Coleção Arqueologia Rupestre

*Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand*

- 226 -

Coleção Diálogos Interdisciplinares

*Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand*

- 227 -

## **Reflexões sobre o termo Pós-Verdade**

*Ana Cristina Alves Balbino*

*Michel Justamand*

*Se você não se pode dar ao luxo de perder tempo,*

*Nunca encontrará a verdade*

*Yuval N. Harari (2018)*

### **INTRODUÇÃO**

#### **O porquê do texto ou de onde surgiu a ideia?**

O presente escrito está relacionado a um convite que recebemos, dos autores, de uma colega de longa data, que é a Professora Doutora Lilian Marta Grisolio Mendes, da Universidade Federal de Goiás – UFG, lotada no Instituto de História e Ciências Sociais – IHCS, campus de Catalão. Mendes foi incentivadora de nossa pesquisa e, conseqüentemente, da escrita desse texto sobre a temática da Pós-Verdade. Em nome da pesquisa desse tema nos debruçamos sobre algumas bibliografias que não tínhamos contato em nossas formações e, por esse motivo, nos atualizamos e entramos em contato com autores que discutem o tema. Além de pesquisarmos em livros, artigos e periódicos, como os leitores poderão comprovar, participamos de um evento na Universidade de Campinas – UNICAMP, intitulado Seminário “Pós-Verdade”, ocorrido em 11 de setembro de 2018, no Centro de Convenções da Instituição. Evidente que o tema desperta a necessidade de entender o fenômeno que sempre existiu, mas que agora traz um novo elemento fundamental para sua disseminação, as redes sociais.

Ali tomamos conhecimento de uma vasta gama de autores que estão também se debruçando sobre a questão da Pós-Verdade. Entre eles estão alguns resgastes de referenciais encontrados nas ideias de Michel Foucault e Friedrich Nietzsche.

che. Esses dois autores trazem significativas contribuições que trataremos a seguir. Além disso, no seminário houve a explanação de uma gama interessante de pesquisadores e comentaristas da temática na atualidade, entre eles Eugênio Bucci, Pablo Ortellado, José de Souza Martins, Laura Capriglione. Esses autores apresentam contribuições em nosso pequeno trabalho.

Assim, vejamos queridas e queridos leitores se conseguimos retribuir, a altura da nossa colega Mendes, o convite feito para que transformássemos nossas ideias sobre a Pós-Verdade em conteúdo palpável...

### **Nossos desdobramentos**

Vivemos um momento onde todos consideram que tem a “verdade”, são donas (os), sem a possibilidade de questionamentos. Hoje a sociedade vive um período em que as “certezas” são irremediáveis, relações humanas marcadas pela “minha razão”. As eleições presidenciais de 2018 no Brasil são um retrato vivo da Era da “Pós-Verdade”, onde as chamadas fake news<sup>1</sup> construíram a verdade que todos possuíam. As fakes acabaram contribuindo para o surgimento de outro conceito, o da Pós-Verdade, que pode ser definida, por exemplo, quando as pessoas desistem de discernir o que é verdade e o que é mentira. Evidente que não estamos aqui para decidir o que é a verdade, mas sim contribuir no debate acerca das chamadas fakes, ou seja, como somos capazes de construir e disseminar mentiras.

O próprio conceito de verdade se tornou algo difícil de definir na sociedade moderna, principalmente naquelas onde existem inúmeros resquícios de governos ditatoriais e ainda apresentam democracias não consolidadas, tais como países da América Latina, África, leste europeu e regiões da Ásia. Não que em países considerados “desenvolvidos”, verdade seja algo que não sofra ataques, ou seja, desconsiderada, vis-

---

<sup>1</sup> Entende-se como fake news notícias falsas, que ganharam força na era digital, por conta da velocidade em que elas se propagam via redes sociais, criando uma relativização sobre o conceito de verdade.

to que as próprias justificativas do governo estadunidense de George Bush a respeito das armas nucleares no Iraque. Mas o fato é que em países onde existe uma fragilidade democrática as populações sofrem com o jogo de informações. “Verdade é uma daquelas palavras que do ponto de vista estético passou por forte corrosão semântica, sendo hoje tão imprecisa quanto tormentosa” (SAMPAIO, 2009, p. 249).

A verdade torna-se algo fundamental para a formação das identidades individuais e coletivas. Algo que as sociedades passam por constantes ameaças, pois, algumas vezes, a verdade é ameaçada por indivíduos, ou grupos que almejam determinados interesses geralmente políticos/econômicos. Desta maneira, nesse momento a “construção das identidades é posta em risco” (SAMPAIO, 2009).

Evidente que a discussão sobre conceitos de verdade e mentira estão presentes nos debates acadêmicos há muito tempo. Foucault<sup>2</sup> e Nietzsche<sup>3</sup> já os faziam, um no século XX e, outro no XIX, respectivamente. Os dois autores tinham em comum pensar que estamos envoltos e relacionados em nossas sociedades, permanentemente, com questões de controle e vigilância. Lembram que as pessoas, fortemente influenciadas por seu meio, deixam de se importar se o conteúdo/informações são verdadeiros (as) ou não. Isso graças à situação de que a informação é dita e tratada como mercadoria intercambiável. Mas hoje, o tema da pós-verdade está mais do que nunca num debate acalorado. Até onde a onda de fake news será levada? A busca pelo poder, por meio de fakes traz resultados pragmáticos em questões políticas, visto que os governos eleitos de Donald Trump nos Estados Unidos, e o de Jair Bolsonaro no Brasil. As falas dos dois presidentes, podem ser comparadas em vários aspectos (FOLHA.UOL 2018; EM.COM. 2019), e pelos

---

2 Foucault talvez seja um dos maiores arautos dessa sabedoria, mesmo que muitos anos antes do uso do termo fake news, como é empregado atualmente.

3 Esse autor é lembrado, por nós, aqui por tratar em seus escritos da ideia geral de que não existem fatos, mas somente interpretações. Assim, abrindo espaço para a criação das não verdades, infelizmente, do que temos chamado de Pós-Verdade. Por esse motivo seria importante res-significar os ditos saberes.

discursos, que agradam parte do eleitorado, assim lembramos dos estudos de Hannah Arendt, ou seja, percebemos o homem como um ser político (ARENTE, 1995), pois suas palavras devem ser escutadas e entendidas como verdades absolutas. Essa é uma característica fundamental da nossa espécie, o convencimento por meio de falas prontas.

Mentiras forjadas buscam interesses variados, todavia em sua maioria, apresentam um viés econômico e a busca pelo poder. Ao mesmo tempo devemos lembrar que o fenômeno das fake news é antigo, comum nas áreas da Comunicação e da Política. Ele apenas se destaca hoje da maneira como nos aparece por, possivelmente, e mais uma vez na História<sup>4</sup>, emergir personagens de cunho fascista, segundo nossa leitura de mundo, como os governos brasileiro e estadunidense, considerando ainda, a questão do protagonismo das redes sociais<sup>5</sup>.

Esse modelo de construção da mentira tem suas bases frágeis e rasas, e não resistem a uma apuração aprofundada. Sua construção e objetivo é o que Nietzsche chama de “a busca do espetáculo” (NIETZSCHE, 2007). Observando as últimas eleições presidenciais no Brasil percebemos bem o sentido desta afirmação. Uma corrida eleitoral marcada pelo uso intenso e exagerado de mensagens, via redes sociais. A vitória de Jair Bolsonaro é apontada como sintoma dessa prática tão antiga: a construção da “verdade mentira”, a Pós-Verdade.

Evidente que ao falarmos de fakes não podemos deixar de fazer referência à política de construção do Nacional-Socialismo alemão, o Partido Nazista. Joseph Goebbels, ministro da propaganda do governo hitlerista, acabou sendo o grande guru moderno desse segmento quando é atribuída a ele a frase: “uma

---

4 Fazemos referência aos governos de Benito Mussolini, na Itália (1922-45) e de Adolf Hitler, na Alemanha (1933-45), entre tantos outros na História.

5 “Um estudo publicado em março pela revista *Science* ajuda a entender como esse ímpeto pela fraude funciona na rotina da rede mundial de computadores e quais suas motivações. A pesquisa identificou 126 mil histórias inverídicas compartilhadas por três milhões de vezes pelo Twitter, entre 2006 e 2017, e constatou que a probabilidade de compartilhamento de uma notícia falsa é 70% maior do que o de uma notícia verdadeira. O impulso para multiplicar o alcance de inverdades pode ser compreendido, pelo menos em parte, porque elas são mais atraentes ao leitor por serem mais divertidas, curiosas ou improváveis” (UNICAMP, 2018).

*mentira dita um vez continua uma mentira, mas uma mentira dita mil vezes torna-se verdade*". A prática tornou-se tão bem sucedida que foi incorporada não apenas por políticos, mas também por empresas para vender seus produtos. Segundo Harari "...você não será capaz de organizar com eficiência grandes massas sem se apoiar em alguma mitologia. Se ficar preso à realidade crua, poucas pessoas o seguirão." (HARARI, 2018, p. 296). Para o autor, as pessoas perdem mais tempo tentando controlar o mundo, do que tentando compreendê-lo, preferem o poder, e não a verdade, "uma vez mentira, sempre verdade" (HARARI, 2018, p. 293). A história é contada pelos vencedores, e se ninguém contestar, a história inventada, se torna verdade. Ditaduras, governos autoritários criam sua própria "noção de verdade" (D'ANCONA, 2018).

A democracia no Brasil ainda é algo em construção, e com os recentes desdobramentos políticos observamos como é frágil e vulnerável. A democracia só estará consolidada quando novos personagens forem incorporados a seu sistema, e podemos afirmar que sua existência está em risco no Brasil, visto os atuais discursos de ódio e segregacionistas, numa "democracia exclusiva e excludente" (DUNKER, 2019).

Para Christian Ingo Dunker a nova configuração da sociedade mundial, com a experiência digital aproximou pessoas, formando grupos com ideias em comum, mas ao mesmo tempo alimentou o anonimato, como por exemplo, os perfis falsos e algoritmos. A expansão de nossa democracia fez com que um maior número de pessoas tivesse acesso às redes sociais, surgiram novas comunidades, influenciadores digitais, uma nova hierarquia simbólica. Ainda segundo o autor, nosso avanço democrático na identificação e reconhecimento de novos sujeitos, fez com que surgisse o medo da perda dos privilégios em determinados grupos, tais como ricos fazendeiros e empresários, resultando assim no golpe de 2016. O sentimento de posse estava demais ameaçado, e um discurso individualista, e a meritocracia passaram a ser defendidos por esses indivíduos.

O impulso para a luta de prestígio e de distinção cria uma espécie de negação da democracia recém-alcançada. Por isso o bolsonarismo capitou ao mesmo tempo o sentimento social contra intelectuais, artistas e políticos, e o desejo de retorno a uma elite mais antiga, como o Exército, combinada com uma nova elite moral formada por pastores neopentecostais. (DUNKER, 2019, p. 124/125)

As práticas e os discursos dos grupos em ascensão com a eleição de Bolsonaro, é o de negar direitos àqueles excluídos da democracia, tais como gays, negros, feministas, ou seja, naquilo que podemos chamar de democracia exclusiva. Além disso, também fazem parte de suas pautas a intolerância, discursos de ódio e a violência por meio da defesa das armas e da militarização da sociedade. A questão do armamento está enraizado numa prática comum a regimes autoritários, e aqui podemos afirmar que o governo Bolsonaro traz características autoritárias, onde a violência é terceirizada, quando, por exemplo, o presidente afirma que não serão punidos fazendeiros que atirarem em pessoas que entrarem em suas propriedades (G1 – Globo 29/04/2019).

Os governos do Partido dos Trabalhadores – PT (entre Lula de 2003 a 2010 e de Dilma de 2011 a 2016), apesar das críticas que podemos elencar, tais como a ausência de uma reforma agrária e bancária, só para citar alguns exemplos, trouxeram, com seus projetos, algumas conquistas àqueles que não tinham acesso a questões básicas, tais como vagas em universidades públicas, a chance da casa própria, o aumento real do salário mínimo, a inclusão por meio de cotas e a Bolsa Família. Mas o que de mais significativo que os governos do PT proporcionaram foram as conquistas dos movimentos sociais, no sentido de que novos sujeitos passassem a disputar o espaço público, numa sociedade extremamente patrimonialista. Assistir a negros, domésticas, mulheres e grupos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros – LGBTQ+ terem acesso ao que sempre fora negado, foi considerado uma ameaça aos considerados “valores tradicionais” brasileiros. A derrubada deste modelo de governo, mesmo com suas limi-

tações, era mais do que necessários, e as fakes foram um forte mecanismo para o sucesso da extrema direita nas eleições de 2018.

Em um seminário na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Paula Cesarino Costa citou um artigo publicado na revista *Science*, onde o texto afirma que as notícias falsas se espalham 70% mais que as verdadeiras, porque são mais atraentes e as redes sociais, que alimentam essas notícias, são mais acessadas e resultam em lucro, pois quando não apresentam um interesse econômico/político diretamente, são acompanhadas, pelas redes sociais, de propagandas de empresas. O acesso a essas notícias propiciam a visualização de determinadas marcas<sup>6</sup>.

As fakes são falsas por conta da maneira de como são apresentadas, ou seja, a matéria em pauta pela mídia, por exemplo, é transmitida de maneira deturpada, com o objetivo de aumentar a audiência, ou ainda, por haver interesses econômicos e políticos de determinado (s) grupo (s). A forma como ocorre a falsificação do discurso jornalístico hoje é uma novidade, um modo de produção baseada nos tentáculos das mídias sociais, mídias essas que desgastam a política e afetam a democracia. Evidente que todo aquele que lança mão de uma notícia falsa, mesmo sendo um profissional da área do jornalismo, defende posicionamentos políticos, e por vezes, com interesses econômicos.

Nada disso nos soa estranho, o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-85), está repleta de fakes. Um olhar não muito apurado sobre a imprensa da época nos faz perceber rapidamente, como a mentira era disseminada.

---

<sup>6</sup> Seminário “Pós-Verdade”, 11 de setembro de 2018, Centro de Convenções da Unicamp.

## Diário de Notícias

# Mercenários no Terrorismo

Seus diligências que se desenvolveram nos órgãos militares de Segurança e DOPS, está sendo feita a participação de algumas mercenárias, mulheres mercenárias, comunistas para subversivos para a prisão de atos terroristas. O trabalho de estabelecimento hierárquico se realizou nos seguintes termos: tendo para determinação grupos A, B, prova está no que ocorreu, revolucionariamente, na Argentina, onde tomou a mulher, com o produto das reuniões realizadas no Brasil, realizadas graças a informações que veio a ser de Euzébio Alves e Mar do Brasil, para fugir, em seguida, acompanhando um avião brasileiro, para Havana. E, há notícias até de que se "pistas de ar" tenham recebido uma pontuação na nova "radiografia política" do governo cubano, que foram acusados a milhões de dólares.

### BANCOS E PÚBLICAS

Alguns estudantes já foram expulsos a respeito. Faltas sucessivas, atrasadas, uma divergência com o curso, e outras razões. Como aconteceu recentemente na Itália, aqui nos bancos e grandes indústrias, nos bancos também, se estiverem sendo feitas para assegurar desenvolver os planos desenvolvidos. Nos bancos, diferenças nos tipos operários, estão sendo constantemente identificadas, denunciadas e detidas. Há elementos atuando politicamente e ideologicamente. Nos bancos, eles estão se utilizando especialmente de mulheres para o trabalho de levantamento de lucros e planejamento de ações.

### "APARELHO"

Além disso em vigor as instruções, responsabilizando

proprietários de casas e apartamentos, studios e porteiros, isto são mencionadas também a autoridade de Segurança no período, de alguns de qualquer nível no caráter terrorista, especialmente quando se trata de fugas, e representantes para a prisão de atos terroristas. O trabalho de estabelecimento hierárquico se realizou nos seguintes termos: tendo para determinação grupos A, B, prova está no que ocorreu, revolucionariamente, na Argentina, onde tomou a mulher, com o produto das reuniões realizadas no Brasil, realizadas graças a informações que veio a ser de Euzébio Alves e Mar do Brasil, para fugir, em seguida, acompanhando um avião brasileiro, para Havana. E, há notícias até de que se "pistas de ar" tenham recebido uma pontuação na nova "radiografia política" do governo cubano, que foram acusados a milhões de dólares.

### DISPENSAÇÃO

O Governador da Guanabara anunciou a dispensação de Carlos de Faria de Freitas do Serviço de Investimentos, da Delegacia de Bombas e Furtos, e Detetive Orlando Silva Cunha. Este período se foi servido pelo oficial superior Carlos Cláudio Leite de Castro Schwaibler responsável pelo serviço de "aparelho" da Direção Superior de Investimentos, 30, após 100 dias que ramona ainda na morte da unidade da Polícia de Investimentos. Oito dias furtos, acusando a favor pelo terrorista Antônio Freitas de Paula.

### PERCUSSÃO

O Diretor do DOPS anunciou que se proibiu terminantemente que os funcionários daquele órgão fossem influenciados a serem envolvidos em atos terroristas relacionados com processos, inclusive os dirigentes de qualquer natureza, de que tenham anteriormente em razão de seus funções a Inspeção de Segurança, sob a direção do Diretor de Serviço de Segurança, sob a autoridade: falta grave.

## Plantão DN

### • O SANTO DO DIA

A Igreja Católica festeja hoje o Dia de Santa Theresinha.

### • TEMPO



O Escritório de Meteorologia do Ministério da Agricultura prevê para hoje, aqui no Rio de Janeiro, um tempo variável com períodos de melhora, temperatura máxima, variando entre 20 e 24 graus, mínima, entre 16 e 18 graus.

### • VAI FALTAR LUZ

A fim de possibilitar a entrega de serviços de manutenção e instalação de rede elétrica, a Companhia Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (CASAERJ) interromperá o fornecimento de energia elétrica em algumas ruas da cidade. O corte de energia ocorrerá entre 7 e 8 horas, nas ruas: Comendador João Pessoa, entre 7 e 8 horas; Rua Comendador João Pessoa, entre 7 e 8 horas; Rua Comendador João Pessoa, entre 7 e 8 horas; Rua Comendador João Pessoa, entre 7 e 8 horas.

Na matéria do Diário de Notícias, de 13 de janeiro de 1970, o jornal afirma que “terroristas” contratavam pessoas “comuns”, que eles chamam de “simples marginais, autênticos marginais” para praticarem atos subversivos em troca de dinheiro, o texto ainda diz que o governo cubano estaria lucrando com as ações “terroristas”, pois quando os bancos eram assaltados, os comunistas fugiam para Cuba, e levavam todo o dinheiro adquirido para a ilha caribenha. Observamos desta maneira, que as notícias falsas são característica comum à época, onde desqualificar a resistência ao regime civil-militar se mostrava extremamente necessário. Jornais e revistas que não se submetiam ao governo eram fechados e os jornalistas perseguidos, contudo aqueles que aceitavam e apoiavam o regime, nas palavras de Álvaro Nunes Laranjeira, eram “cão de guarda do sistema e capitão do mato da ditadura” (LARANJEIRA, 2014).

No Brasil as fakes sempre estiveram em nossa História<sup>7</sup>. O período da ditadura civil-militar é marcado pela falta de comprometimento com a verdade por parte da mídia (no que se refere aos veículos que apoiaram o regime), mas principalmente por parte do governo militar, campeão na disseminação da desinformação. No Pós-Verdade surge com a própria existência humana, sendo, por exemplo, a própria formação dos mitos (narrativas ficcionais), com o objetivo de unir os coletivos humanos, e a partir daí obedecermos às leis e, assim surgir uma rede de cooperação. Narrativas religiosas, por exemplo, são fakes que duram para sempre. (HARARI, 2018)

nação de notícias falsas. O próprio golpe teria sido a tentativa de evitar que um governo “comunista” se instalasse no poder, ou ainda, que grupos cubanos e chineses estivessem apoiando o governo João Goulart, para a futura tomada do poder e a implantação de um governo de esquerda.

A imprensa, apoiadora do regime, era “responsável” pela construção de exageros em torno da ideia de terrorismo. Numa passada rápida pelos editoriais, nos últimos 50 anos, é possível observar essa prática com certa regularidade. Não que a democracia esteja livre de fakes, ao contrário, mas o fato é que em ditaduras a mentira irá encontrar campo fértil para ser disseminada.

A construção de uma mentira pode torna-la absoluta por anos, ou até mesmo se consolidar por toda a História. A memória acaba contribuindo para perpetuar uma inverdade. Por exemplo, na década de 30 houve uma intensa campanha, durante o governo do presidente Getúlio Vargas (1930-45), contra comunistas e anarquistas. Pessoas eram perseguidas em nome da manutenção do sistema vigente. Esta campanha foi alimentada por governos seguintes como o de Eurico Gaspar Dutra (1946-51) e na ditadura civil-militar (1964-85). O ideário popular era de que comunismo era algo ruim, nocivos à sociedade. Nossos avós não viam com bons olhos pessoas que se auto afirmavam comunistas ou anarquistas, sendo tachados de agitadores e baderneiros.

Desta maneira, torna-se fundamental o trabalho de profissionais das várias áreas das Ciências Humanas e Sociais e dos Movimentos Sociais, em trazerem para o debate a Memória e Verdade, dois temas que devem estar juntos em suas definições e discussões, principalmente em sociedades que conheceram práticas de governos autoritários, pensamos diferentemente do que tem sido propagandeado pelo governo Bolsonaro. Para Alessandro Portelli, a luta pela manutenção da memória e seus significados elucidam a História. (PORTELLI, 2008).

A própria memória sobre nosso último período ditatorial nos faz levar a este questionamento. Quando vários grupos, inclusive de oposição, apoiaram o silêncio sobre as atrocidades cometidas no período. Afirmavam que a transição democrática era muito traumática e que as feridas precisavam ser fechadas. A transição, desta maneira, foi a imposição do silêncio. “...embora despontassem questionamentos, prevaleceu, em escala social, um denso silêncio sobre os anos da ditadura” (REIS, 2019). Ainda segundo o autor, nossa omissão e silêncio geraram custos, podemos afirmar, por meio dessa reflexão, que o resultado é a ascensão da extrema direita em nosso país. E apesar dos avanços no campo democrático, as forças progressistas brasileiras não foram capazes de articular um futuro político, elas próprias ficaram num jogo de disputa que nada contribuiu para conter avanços conservadores e reacionários.

Podemos observar que, com o passar do tempo, as fakes apenas se aprimoraram, hoje, elas afetam um maior número de pessoas por conta do poder e da rapidez das redes sociais. Nas palavras de José de Souza Martins “é o tempo curto do falso”. Segundo ele, além das mídias, a ascensão de igrejas neopentecostais apenas alimenta as inverdades a partir do momento que estas despolitizam a política e politizam a religião, numa transformação da religião em partido político<sup>8</sup>. Evidente que as religiões sempre tiveram seu papel na política, influenciando decisões e rumos a serem tomados, entretanto o atual cenário se mostra despido de qualquer senso de ética e/ou moralidade religiosa. Transformar a religião em política ou em partido político reflete um poder influenciador enorme desses grupos, pois os fiéis não questionam as decisões tomadas, aos nossos olhos, aparentemente, apenas acatam. Em alguns casos já está dada essa situação, há partidos sociais cristãos ligados aos setores evangélicos da sociedade nacional que detém forte porte de decisão nos vários setores políticos, seja municipais, estaduais ou federais, a chamada Bancada Evangélica. Martins indica que essas ações acabam permitindo que a religião, ou

8 Seminário “Pós-Verdade”, 11 de setembro de 2018, Centro de Convenções da Unicamp.

essa forma de religiosidade evangélica que vem crescendo no país, tenha influencia em todos os espaços governamentais.

Ao mesmo tempo em que, se devem combater as fakes, também, é necessário, tomarmos cuidado para não criarmos uma rede de censura. Muitas questões conceituais estão relacionadas à subjetividade e, apesar de sermos contrários a certos posicionamentos, eles devem estar no debate para que haja inclusive uma contribuição nas argumentações e formação de ideias. Hoje todos podem falar, as redes sociais são um leque para muitas vozes, isto faz com que por meio da tela do computador ou smartphone, pessoas que se calam diante dos debates sociais em seu convívio, interajam e opinem por trás das telas.

Por outro lado, aumenta o número de pessoas que debatem e/ou opinam sobre determinado assunto. As redes sociais também acabam sendo refúgio para aqueles que encontram ali o lugar para não serem identificados, ao menos imaginam isso. Assim disseminam fakes propositalmente, afim, de atingirem determinado alvo. Nossa sociedade valoriza reações extremas, e por isso, ações violentas e antiéticas fazem tanto sucesso nas redes sociais. Para Jacqueline Quaresemin existe uma crise do humanismo, as mídias nos inseriram em uma nova realidade, onde o homem não é o centro, mas a máquina<sup>9</sup>.

As pessoas e os veículos de imprensa são aqueles que mais alertam sobre as inverdades, no entanto também são aqueles que mais as disseminam. Para Anne Caroline Lima e Jaime Aquino Alencar:

Expostos a uma mídia que cultiva o pensamento único, os brasileiros não têm essa opção. Não encontram uma segunda opinião para acreditar, visto que a prática basilar do jornalismo, de sempre ouvir o “outro lado” nos assuntos apurados, faz tempo que entrou em desuso por aqui. (LIMA; ALENCAR)

Assim como na década de 70, quanto nos dias de hoje, a imprensa tem se tornado a maior divulgadora de fakes. Ao

---

9 Seminário “Pós-Verdade”, 11 de setembro de 2018, Centro de Convenções da Unicamp.

observarmos as justificativas da importância da Reforma da Previdência, por exemplo, vemos nos telejornais entrevistados (ditos especialistas) afirmarem a necessidade de reforma ou o país “quebra”. Afirmações estas que não condizem com o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Previdência, de outubro de 2017:

O documento alega haver inconsistência de dados e de informações anunciadas pelo Poder Executivo, que “desenham um futuro aterrorizante e totalmente inverossímil”, com o intuito de acabar com a previdência pública e criar um campo para atuação das empresas privadas. Segundo o relatório da CPI, as empresas privadas devem R\$ 450 bilhões à previdência e, para piorar a situação, conforme a Procuradoria da Fazenda Nacional, somente R\$ 175 bilhões correspondem a débitos recuperáveis. (12.SENADO, 2017)

A expressão “pós-verdade” se embrenha nos vocabulários da política e do jornalismo. As eleições em todo o globo tem se tornado campo fértil para essa nova velha prática<sup>10</sup>. As fakes seriam uma falta de compromisso com a verdade. “A busca da ‘imparcialidade’ na veiculação de notícias com frequência cria um falso equilíbrio, à custa da verdade”, afirma *The Economist* (LIMA; ALENCAR).

A tradição entre os seres humanos na mentira nos tornou especialistas no assunto. Ela está presente em praticamente todas as situações de nossa existência: se somos populares, se estamos com nossa autoestima ameaçada, se estamos com medo, se queremos demonstrar força/poder. A mentira está enraizada e consolidada nas sociedades humanas, sua banalização faz com que pensemos “é apenas uma mentirinha inocente...”, o falso não nos surpreende. A mentira do outro é abominável, a minha desculpável. E assim como nos afirma Ralph Keyes, perdemos a sensibilidade de percebermos uma

10 “A “pós-verdade” despontou para a fama graças ao *Dicionário Oxford*, editado pela universidade britânica, que anualmente elege uma palavra de maior destaque na língua inglesa. Oxford definiu a acepção e mostrou a evolução do termo, observando que ele não foi cunhado neste *annushorribilis* da história humana, mas seu uso cresceu 2.000% nele.” Revista Carta Capital, 13/01/2017. Ainda segundo a matéria o termo teria sido usado “pela primeira vez em 1992 pelo dramaturgo sérvio-americano Steve Tesich, em um ensaio para a revista *The Nation*”.

mentira (KEYES, 2018). Ainda segundo o autor, “... pessoas inteligentes que somos, apresentamos razões para manipular a verdade, de modo que possamos dissimular sem culpa. Eu chamo isso de pós-verdade. Vivemos numa era da pós-verdade.” (KEYES, 2018, p. 20). O essencial acaba parecendo ser a conduta dos outros e manipular é o caminho mais adequado. Manipular, em especial, os fluxos das ações das sociedades ditas pós-modernas.

Também devemos levar em consideração que muitas pessoas acreditam em sua própria ignorância. Harari nos diz que sujeitos se fecham em um ciclo de amizades com indivíduos que pensam como eles, desta maneira, suas concepções são sempre reiteradas e nunca contestadas, não havendo uma crítica construtiva, uma rede de debates (HARARI, 2018). A discussão, o conhecimento, alimenta nossa capacidade de saber o que é certo e o que é errado, discernir a diferença entre justiça e injustiça, se não há esta troca de informações, não existe formação política.

Lembramos ainda as intenções e até mesmo a busca, de modo geral, dos “manipuladores”, grandes empresários, donos de terras, a grande mídia e seus asseclas, que atuam para que as fakes sejam partilhadas, sem discriminação, é a ampliação da renda vinda de seus anunciantes, como primeiro objetivo, entre outros. O segundo seria angariar os desejos de manutenção das metas políticas, algumas citamos anteriormente, como as eleições de representantes dos interesses de alguns poucos em detrimento da maioria. Outro desejo subjacente é o de modelar as maneiras de pensar e de agir da população. Para com esse intuito realizado, outros interesses/desejos sejam adquiridos sem esforços.

No evento na UNICAMP sobre Pós-Verdade, Eugenio Bucci apresentou suas contribuições para a questão das fake news. Entre elas a ideia de a remuneração das mentiras é sim uma novidade em nossas sociedades e que, muito provavelmente, essas ações corroem as bases das democracias pelo

mundo. Algo que estamos vendo nas eleições e em decisões sócio administrativas como as do BREXIT<sup>11</sup>, na Inglaterra. O autor lembra que a democracia precisa de cultivo e não de detratadores.

Pablo Ortellado outro participe do evento na universidade paulista, comentou que as mentiras se difundem muito mais rapidamente do que as verdades, infelizmente. Lembra também que existe uma vontade, atual, de persuadir o outro. A busca pela conquista da mentalidade e dos desejos do outro. Ser automaticamente negador do que foi dito e ou construído, seja na história, seja na sociedade, pelo outro campo político. E é precisamente o que estamos vivendo, nesse momento, com tantos atentados aos direitos conquistados após inúmeras lutas de um campo político-ideológico no mundo, por outro que estava de alguma forma, adormecido.

### **Fechando a conversa...**

Assim, usamos de uma ponderação de Laura Capriogione, participe do mesmo evento, por nós citado, quando discorre que no mundo presente a comunicação se tornou muito mais complexo do que um dia foi e grandemente aberto às diversidades e também ao tamanho da vida social. Esse espaço já está ocupado, porém cabem mais debates e discussões relacionadas à diversidade social que partilhamos no Brasil e no mundo.

A sociedade que defendemos reconhece diferenças, partilha bens econômicos, culturais e sociais. A democracia deve ser plena, englobando diferentes sujeitos, de vários segmentos. Entendemos que nossa democracia está sob ameaça de discursos excludentes e individualistas. Um povo não pode excluir seu povo. O liberalismo econômico acompanhado de um conservadorismo não pode caminhar junto com aqueles que defendem a igualdade e o bem-estar social.

Concluimos nossas reflexões, com a sugestão de que outro mundo é possível. Um mundo onde caibam todas e todos. Onde a verdade de uns poucos não suplante a verdade da

---

11 O Brexit consiste na saída do Reino Unido, da União Europeia.

maioria. Houve Golpe em 1964 e em 2016 no Brasil. A eleição de 2018 foi manipulada a favor de uma posição política que já estava suplantada, e, que segundo nossa ótica, é fascista e entreguista!

## Referencias

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo – 7ª edição – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

D'ANCONA, Matthew. *Pós-Verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News*. Trad. Carlos Szlak. – 1ª ed. – Barueri: Faro Editorial, 2018.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. “Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático”, in *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Vários autores.

HARIRI, YuvalNoah. *21 lições para o século 21*. Trad. Paulo Geiger – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KEYES, Ralph. *A era da pós-verdade-Desonestidade e enganação na vida contemporânea*. Tradução de Fábio Creder. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LARANJEIRA, Álvaro Nunes. *A mídia e o regime militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. Tradução Bernardo Leitão – 7ª edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Anne Caroline Oliveira e ALENCAR, Jaime Aquino de. *PÓS-VERDADE E AS REDES SOCIAIS*. Disponível em [even3.azureedge.net/anais/44914.pdf](https://even3.azureedge.net/anais/44914.pdf)

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Sobre verdade e mentira*. Org. e trad. Fernando de Moraes Barros, São Paulo: Hedra, 2007.

REIS, Daniel Araújo. “As armadilhas da memória e a reconstrução democrática”, in *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Vários autores.

SAMPAIO, José Adércio Leite e ALMEIRA, Alex Luciano Valadares de. “Verdade e história: por um direito fundamental à verdade”, in SOARES, Inês Virgínia Prado e KISHI, Sandra AkemiChimada. *Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

### **Periódicos/Sites**

Jornal Diário de Notícias, disponível em [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093718\\_05&pagfis=41439](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pagfis=41439)

PORTELLI, Alessandro. “História, memória e significado de um massacre nazista em Roma”, in Revista Oralidades, nº 3, 2008, P. 153 a 175. <https://www.revistas.usp.br/oralidades/article/view/106992165>

Revista Carta Capital, 13/01/2017, disponível em [www.cartacapital.com.br/revista/933/a-era-da-pos-verdade](http://www.cartacapital.com.br/revista/933/a-era-da-pos-verdade). [www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/trump-mente-quatro-vezes-mais-agora-do-que-no-inicio-de-seu-governo.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/trump-mente-quatro-vezes-mais-agora-do-que-no-inicio-de-seu-governo.shtml)

[www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/25/cpi-da-previdencia-aprova-relatorio-final-por-unanimidade](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/25/cpi-da-previdencia-aprova-relatorio-final-por-unanimidade)

[www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/01/interna\\_politica,1042927/internautas-protestam-e-transformam-dia-da-mentira-em-bolsonaro-day.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/01/interna_politica,1042927/internautas-protestam-e-transformam-dia-da-mentira-em-bolsonaro-day.shtml)

[www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/14/crescimento-das-fake-news-influencia-agenda-publica-e-requer-acoas](http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/14/crescimento-das-fake-news-influencia-agenda-publica-e-requer-acoas)

[www.g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/29/bolsonaro-quer-isentar-de-punicao-proprietario-rural-que-ati-rar-em-invasor.ghtml](http://www.g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/29/bolsonaro-quer-isentar-de-punicao-proprietario-rural-que-ati-rar-em-invasor.ghtml)

### **Artigos eletrônicos**

BARRETO, Mércio. Paradigmas Actuales de la Museología, 1998. <http://www.naya.org.ar/articulos/museologia01.htm>

## **A família no contexto das escolas interculturais de fronteira**

---

*José Roberto Faria e Faria  
Elenilson Silva de Oliveira*

### **Introdução**

Com a massificação da globalização, a Educação requer hoje um novo olhar diferenciado, devido nela estarem sendo articuladas as mudanças. As modificações ficam ainda mais evidentes quando analisamos os motivos que levam à busca por esta riqueza em cidades de marco.

Vislumbrando o lado brasileiro, conforme a Lei de Fronteira nº 6.634, de 02 de maio de 1979, na qual afirma que a faixa de separação nacional corresponde a 150 km para além dos limites internacionais com quaisquer países, todas as grandes trocas de fluxo ocorrem nessa área de borda, não se dissolvem ou ignoram totalmente a sua identidade sociocultural. Todavia, a questão de maior relevância tem sido observada nas interações inter-relacionais em ambiente estudantil nesse ecossistema, principalmente entre cidades de confin.

Todo olhar sobre a estrema não deve ser compreendido como limites físicos geográficos, mas sim como área de interações e fluxos entre lugares, espaço ou região, bioma. Na ciência geográfica, o termo é de extrema importância para o desenvolvimento de estudos sobre o tema e suas áreas de abrangência.

Historicamente, como mostra o cotejar de relações internacionais, a comunicação entre as abrangências gêmeas determina como será a cooperação entre os países. Ela determinará como será a formação de alianças, como serão resolvidos os problemas estruturais e econômicos, como será a relação educacional que de certa forma afeta os dois lados.

Portanto, as duas circunscrições sofreram pressões e alterações devido a esse contexto especificamente.

No que tange aos serviços de consumo coletivo nesses meios, observa-se que se destacam os de Saúde Pública e Educação Pública.

Quanto ao tema da escolaridade, entre o Brasil e os países do MERCOSUL, existe um acordo que norteia um modelo de ensino comum, nos estabelecimentos de zona de termo, isso a partir do desenvolvimento de um Programa para a Educação Intercultural.

Aprovado em 2004, esse modelo é seguido pelas abrangidas entidades de aprendizagem desde 2006. Determinado isso pelo MEC-Brasil, as instituições brasileiras deveriam manter esse concerto com as dos países fronteiriços para que fosse possível um maior e melhor contato na capacitação em ambas as soberanias.

Sendo assim, o fluxo educacional variaria muito dependendo do perímetro abordado e, por conseguinte, Silva (2009, p. 62) declara que:

“[...] Transversalmente, nota-se que os pais paraguaios preferem que seus filhos estudem no Brasil, pois, segundo Silva (2009), eles assinalam que as escolas de Salto Del Guayrá não oferecem o mesmo nível de ensino que em Guairá e, por isso, não se atem ao fato de que seus filhos deverão se adaptar ao modo de ensino brasileiro.

Este trabalho se fundamenta na utilização da técnica de análise documental e da pesquisa bibliográfica, devido ao seu caráter exploratório. No que tange ao segundo instrumento supracitado, foram selecionados textos sobre ente de ensino, unidade familiar e capacitação bilíngue.

A arguição bibliográfica é de fundamental importância no contexto analisado: por meio da mesma, é possível refletir e buscar estratégias que venham responder às demandas dos agrupamentos de ensino e da educação.

Um segundo ponto relevante da verificação na Doutrina é que ela serve como ponto de partida para uma futura investigação: sem ela não é possível investigar. “Em outras pa-

lavras, o referencial teórico, por um lado, o *ponto de partida* do pesquisador no trabalho de pesquisa e, por outro, sua *bússola norteadora* da investigação” segundo (RAUBER, 2005). Para o autor, não é possível iniciar uma perquirição sem antes conhecer o que já foi construído, correndo o risco de perder tempo com meios que não deram certo antes:

Ou seja, a importância do trabalho de revisar a literatura especializada está também em ver qual é o estado atual da questão investigada, isto é, saber o que já foi feito. Nesse sentido o referencial teórico é a explicitação do estado atual da questão. Dito de outra forma. O pesquisador deve mostrar o estado atual do problema a ser pesquisado e, a partir disso, explicitar o que pretende fazer com relação ao mesmo problema. (RAUBER, 2005, p. 23).

Outro campo examinado nessa perquirição será o grupo doméstico. Sabe-se que é nesta plataforma que o sujeito abordado encontra, em primeiro lugar, os modelos a serem seguidos (consoante supracitado). Para tanto, é inarredável seu comprometimento e responsabilidade frente à importância que tem. É de extrema imprescindibilidade que este núcleo tenha consciência sobre o valor de estar presente em todos os momentos da vida de seus rebentos. Isso deve ser refletido em envolvimento, compromisso, colaboração, atenção a todas as dificuldades que se apresentam, tanto no campo cognitivo como na questão comportamental, intervindo sempre que for mister, nem que para isso seja preciso impor (às vezes) limites em alguns casos quando requerido.

### **O Programa escola intercultural bilíngue de fronteira**

O Programa Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF) foi criado em uma ação bilateral Brasil-Argentina, propondo a progressiva transformação dos estabelecimentos deste cenário em instituições interculturais bilíngues que ofereçam aos seus estudantes uma formação alicerçada num novo conceito de linha divisória, ligado à assimilação regional, ao conhecimento e ao respeito pela herança e pelas produções do país vizinho.

## O documento que rege o PEIBF diz que:

[...] toda fronteira se caracteriza por ser uma zona de indefinição e instabilidade sociolinguística onde atuam duas ou mais línguas. Essa interação se produz a partir dos falantes da língua e da influência dos meios de comunicação, em particular o rádio e a televisão de um e de outro lado da fronteira. É assim na fronteira do Brasil com os países de língua espanhola, por exemplo, onde estão presentes o português e o espanhol. Há alternâncias nos usos de ambos os códigos com propósitos comunicativos e identitários. Encontram-se frequentemente na fronteira, ainda, fenômenos de mescla linguística e de empréstimos maciços em uma ou outra direção. (MEC e MECT, p.10-11).

O PEIBF tem por objetivo, como descrito no documento em versão preliminar:

Permitir, organizar, fomentar a interação entre os agentes educacionais e as comunidades educativas envolvidas, de tal maneira a propiciar o conhecimento do outro e a superação dos entraves ao contato e ao aprendizado (MEC e MECT, 2006, p. 21).

Sua estrutura norteadora tem como foco o intercâmbio docente oriundo de “escolas-espelho”, que funcionam igualmente nas cidades-gêmeas, ou seja, são organismos parceiros que atuam juntos formando uma unidade operacional e somando seus esforços na construção do bilinguismo e a interculturalidade.

A questão sobre a instrução para esses corpos de extremidade, nesse contexto, implica o aprendizado, a valorização e a produção das plataformas envolvidas, tendo, como práticas e princípios, que levem a maiores convívio, reunião e a um diálogo entre os grupos englobados; conduzindo ao surgir de novos conceitos desta estrutura legada, reconhecimento das diferenças e características próprias com respeito mútuo. Acrescentando-se a isso, deve este processo proporcionar dois reflexos: entrosamento e uso de mais de uma língua, o que contribui para o aprimoramento das relações comunicativas.

No ano de 1991, é firmado pelos países membros do Mercosul-Mercado Comum do Sul o Tratado de Assunção,

que contempla em seu documento oficial (em seu artigo 23) esse íterim. Declara o português e o espanhol como idiomas oficiais deste bloco econômico.

O Setor Educacional do Mercosul (SEM), responsável pelas questões normativas da preparação explanada, aponta, nos seus diversos planos de ação, a necessidade de difundir o aprendizado do português e do espanhol por meio dos sistemas educacionais formais e não-formais, considerando como áreas prioritárias o fortalecimento da identidade regional, o conhecimento mútua, a configuração de associação e a promoção de políticas regionais de confecção de recursos humanos, visando à melhoria da qualidade do aprendizado e de vida das populações dessa região geográfica.

Nas reuniões dos Ministros da Educação do SEM — Mercosul, realizadas em Assunção – Paraguai, no ano de 2001 —, foi aprovado o Plano de Ação do Setor para 2001-2005; o qual apontava, entre outros aspectos, a área da sapiência como ferramenta para o fortalecimento de uma consciência voltada para a integração, valorizando a diversidade e reconhecendo o lustre dos aspectos legados e linguísticos dessa região. É nesse contexto que o SEM busca avançar na sensibilização para o aprendizado dos idiomas oficiais dos países membros.

Com o objetivo de estreitar os laços na área desta aquisição escolar, foi firmada, inicialmente com a Argentina, a Declaração Conjunta em dezembro de 2003. Nessa Declaração, foi reafirmado como parâmetro para o fortalecimento de uma consciência favorável à integração regional (entre os entes), passando-se a atribuir grande relevância ao ensino do espanhol no Brasil e do português na Argentina.

A referida Declaração dispõe implementar a ideia que é possível criar mecanismos de integração através da educação, e segundo o MEC, esse programa vem ao encontro de um antigo desejo entre os dois países que historicamente sempre cultivou dentro de suas políticas de relações internacionais e esse programa vem ao encontro no sentido de criar uma gera-

ção educada na paz. Conforme o MEC, a implementação está na seguinte ação:

(...) desenvolvimento de um modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol, uma vez cumpridos os dispositivos legais para sua implementação. (MEC, 2005, p. 3).

Esse propósito teve início em março de 2005 pelos Ministros da Educação do Brasil, Fernando Haddad, e da Argentina, Daniel Filmus, na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina. Começou primeiramente em duas escolas, uma em Dionísio Cerqueira e outra em Uruguaiana, na 1.<sup>a</sup> série.

Já por volta do ano de 2006, o desígnio foi ampliado para outros municípios que se enquadram como cidades-gêmeas como os de Foz do Iguaçu, em Paraná, São Borja e Itaqui, no Rio Grande do Sul, totalizando 6 estabelecimentos específicos. A partir de 2007, o intento teve ampliação para as 2<sup>as</sup> e 3<sup>as</sup> séries do ensino fundamental. No ano 2008, a meta chegou à 4<sup>a</sup> série, fechando o ciclo inicial do ensino fundamental. Além disso, no mesmo ano, foram incluídas mais quatro representantes: duas escolas em São Borja e Santo Tomé e duas em Itaqui e Alvear.

Ainda no ano seguinte em 2008, o traçado foi estendido e ofertado para o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela, que mesmo não sendo país integrante, era país convidado. Foram realizados os diagnósticos Sócio institucionais nas organizações de ciência e sociedades selecionadas indicadas pelos Ministérios e diagnósticos Sociolinguísticos, comandados pelas equipes de assessores dos países membros e seus representantes dos Ministérios da Educação, nessas escolas.

### **A família no contexto**

É comum nas zonas de contato haver os atritos com as estruturas linguísticas e as identidades das novas gerações; fi-

cando em estado de disputa. O ensino do idioma por parte dos descendentes de casamentos mistos entre pessoas de diferentes povos comprova bem está sensível tensão entre prismas linguísticos. O poder de determinar a língua materna do aprendiz é do conjunto inicial, é ele que direciona e implanta as regras de comunicação dentro do modelo nuclear. Portanto, a concepção da autorização ou proibição pode ser fator determinante no aprendizado bilíngue.

Outro elemento a ser constatado é a aproximação da instituição escolar com a caseira. Sobre a responsabilidade de ambas no desenvolvimento do infantil, tanto os pais quanto a divisão adjacente precisam estar atentos a todos os aspectos que dizem respeito às idiosincrasias dos educandos. É na entidade primeira que o ser humano recebe direcionamento intelectual inicial, de acordo com a envergadura dos genitores. A célula institucional entra depois como peça importante e complementar desse processo.

Destarte, comunidade escolar, em sua plenitude, tem como objetivo levar em consideração o processo de aquisição da compreensão dos em desenvolvimento para o seu pleno aperfeiçoamento educacional e social. Isso significa que a unidade do lar e a da complementação deste precisam estar em sintonia e juntas, fazendo com que o processo de ensino-aprendizagem tenha resultados satisfatórios para todos os incluídos. Sabendo que dentro do polo inicial estão os exemplos para os membros em faixa estudantil, é preciso estar atento ao ato de ensinar e aprender, levando em consideração aspectos individuais de cada menor, compreendendo que cada um deles vem com uma bagagem própria e específica. Para isso, a organização escola, terá que estar inserida nesse processo de construção educacional. A entidade deve compreender e respeitar os diversos mundos de um aluno que vive neste quadro.

Sendo assim, é vital a participação da aglomeração pioneira no encaminhamento para um bom aperfeiçoamento da semente bilíngue de baliza; visto que sem sua participa-

ção não seria possível desenvolver esta determinação. O melhor exemplo disso é o caso dos institutos de Pacaraima em Roraima, onde a iniciativa e a perseverança dos nichos principiantes dos escolares Venezuelanos são primordiais para o funcionamento do PEIBF.

Portanto, a participação da primeira vertente no encaminhamento no contexto da segunda nesse programa vai além de melhorar a qualidade da educação oferecida aos educandos: é fundamental seu papel para a permanência na execução do intuito, porque (como já observado em outras localidades), sem sua vontade e persistência, não seria possível a continuidade do fito.

### **Escola, educação e família**

Para todos os estudiosos no assunto, o aperfeiçoamento de competências é a constante influência dos adultos sobre os infante-juvenil, transmitindo arcabouço, regras e desenvolvimento da parte psicológica em todas as fases de sua vida.

A título de conceitos, a palavra escola vem do grego *skhole*, e *Skhole*, significa ócio. A instituição sondada, desde seus primeiros tempos, era um lugar frequentado por pessoas livres de ocupações materiais e políticas, que poderiam se dedicar a atividades que não estivessem diretamente ligadas aos processos de organização material e social da vida.

Esta paragem é uma instituição antiga que teve que se adequar às diferentes realidades e tempos. O modelo dela que é difundido hoje segue os mesmos preceitos que surgiram com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova 1, uma escola pública, laica, gratuita e para todos.

Portanto, a função social da organização e o ofício do instrutor se modificam com o tempo e o parâmetro. A configuradora sempre terá o papel de formar cidadãos e o trabalho docente deve ser constantemente revisado e discutido, independentemente da época em que ele esteja. Em nenhuma época ela deixou de ser a construtora de saberes, mesmo em épocas de perseguições e inquisições.

A espécie Bilíngue deste formato é encarada sob essa demanda de se colocar como ponto de lança nesse momento histórico das relações internacionais do Brasil com seus vizinhos sul-americanos.

Outro conceito a ser analisado é o de aprendizagem, o qual se configura como um processo de aquisição de condão e de hábitos, promovidos por fatores externos e internos em função da adaptação dos seres humanos. Para os cidadãos, é bem mais complexa do que para os animais: sua principal diferença é a de que o espécime humano é mais flexível e o animal é mais rígido (instintivo). O ser vislumbrado comporta um aprendizado cognitivo, de costumes e habilidades e se aperfeiçoam durante sua vida adulta.

Sabemos que toda capacitação é de fora para dentro, existindo fatores internos e externos que são determinantes para o desenvolvimento dela. Internos são motivação, maturidade, hereditariedade. Externos são (entre outros) os da cultura. Ela se constrói a partir da organização do mundo dentro de cada um.

Segundo ARIÈS (1984), o aprendizado ético está dentro do processo de aquisição de hábitos que revelam virtudes e valores; e se quisermos que o aprendiz os absorva, é preciso e essencial que o professor tenha valores a passar. Esses valores estão presentes dentro do esquema do PEIBF.

Na perspectiva do grupo de pessoas sob o mesmo teto no contexto escolar, o gestor é um valioso mediador, que trabalha para manter o funcionamento da estrutura e sua abertura para o mundo externo. É ele que direciona as ações que visam à qualidade e à participação do setor de caráter hereditário dentro da unidade educacional. Por conta disso, o intento dispensa boa parte de seu tempo no treinamento ao gestor para o exercício do relacionamento com o diferente e o novo.

### **A família no processo de aprendizagem**

Toda e qualquer instituição de ensino tem por objetivo a instrução do estudante, pois é nele que as práticas esco-

lares se realizam de forma positiva ou negativa. Ela pode ser encarada como uma peça de quebra-cabeça — a qual se coaduna, numa busca harmoniosa, junto a uma outra peça, a de indivíduos com ancestralidade comum; e está também desenvolve um importante papel, podendo ou não contribuir para a absorção de seus membros em escala deste desenvolver.

O contexto familiar como o escolar devem ter como dever ao desenvolver a sociabilidade, a afetividade e o bem-estar físico daqueles que estão sob sua responsabilidade. Isto posto, é válido e oportuno realizar estudos de como se dá essa articulação entre família/escola; já que, para a boa formação moral, intelectual e para que este educando possa ter uma educação de qualidade, a estrutura do começo é fator central de grande eminência e deve ser colocada dentro dos planos de ação das políticas educacionais.

Segundo Libâneo, a definição de educação está para:

Conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais. (LIBÂNEO, 2000, p. 22).

Um fenômeno mundial vem se repedindo nos últimos anos, fazendo com que a categoria de domicílio repasse as responsabilidades do aperfeiçoamento para a categoria de complementação disso e para os funcionários desta, sobrecarregando e dificultando assim o processo de cultivo dos maiores interessados. O destaque, neste ofício, não é transferir as responsabilidades daquela para esta: ao invés disso, essas atribuições devem ser compartilhadas; pois ambas as peças de relevância devem e precisam ser parceiras. Esta, hoje, por mais esforços que faça, nunca dará conta de substituir aquela — nem para isso está preparada em sua estrutura funcional.

Para LIBÂNEO (2000), a organização familiar é constituída em dois tipos básicos: linhagem nuclear e extensa. Na primeira, estão reunidos os pais, mães e progênie. Na segunda, extensa, reúnem-se, além dos genitores e dos gerados, outros parentes próximos dentro ou fora do núcleo familiar.

Uma forma de ter sucesso na articulação entre a envergadura doméstica e a estudantil é fazer antes um diagnóstico sobre o que pensam os responsáveis sobre seu papel no processo de escolarização dos seus procedentes. A partir disso, tentar sensibilizá-los quanto à sua importância no processo de aprendizado. Pois, essa participação poderá (em grande monta) auxiliar na prática pedagógica dos ministradores. Consequentemente, juntos, setor do lar e convencional, poderão ser responsáveis pela inserção do sujeito na sociedade, fazendo dele um ser autônomo e crítico em relação ao contexto em que está inserido como cidadão.

No contexto do PEIBF, isso é fundamental pelo fato de no procedimento haver uma troca de conteúdos diferentes, que no primeiro momento podem se mostrar complexos de se trabalhar pelas estirpes envolvidas.

Dessa forma, não se pode atribuir somente para o conjunto com trabalhadores a responsabilidade pela formação da personalidade do semelhante: esta deve apenas complementar o papel familiar, sem comutação. Deste modo, a função de ambas no processo de colheita da sapiência do menor é de extrema importância.

O fenômeno de se substituir a fundamentação herdada por outra instituição pode provocar uma insegurança emocional na criança. A configuração convencional, por ser um ambiente diferente da estema, pode produzir isso. Estabelece o indivíduo relações com outros assemelhados nesse caminho e com adultos. Nesse instante, ele recebe o auxílio dos encaminhadores na busca de cognição. Assim, cabe aos trabalhadores institucionalizados (além de agregar suportes teóricos à formação do indivíduo) a função de apoiar frente às dificuldades apresentadas pelos educandos por meio da afetividade — função está, também, fundamental no convívio familiar.

A importância da participação dos genitores na educação dos membros menores, como em seu tempo gasto no incentivo a estes para estudar, é fator de grande relevância e

valorização que pode ser fator de motivação para o educando, fazendo com que ele passe a acompanhar e melhorar o seu rendimento escolar. Em vários estudos na literatura especializada, mostra-se que os membros que têm o acompanhamento familiar — boa convivência, relacionamento, regras, limites, para enumerar —, na maioria dos exemplos, têm bons rendimentos escolares, não apresentando muitas dificuldades quanto às normas e rotinas escolares.

Portanto, a cepa junto ao instituto participa do sucesso escolar de diferentes maneiras: suas ações podem contribuir ou não para que sua prole dê continuidade aos estudos, fazendo com que a posteridade tenha gosto pelo aprendizado, para citar. Os responsáveis deveriam ter a compreensão de que (para a formação tanto formal quanto não formal dos sujeitos) os mesmos superiores precisam estar presentes e incentivá-los nessa jornada tão delicada na vida das crianças.

Uma pergunta sempre é feita pelos psicólogos: “Por que não visitar a instituição de ensino e saber como está o comportamento de seus provenientes, seu rendimento escolar, ouvir sugestões para saber no que podem ajudar? É a partir daí que podemos dar um novo caminho ou redirecionamento na orientação dos atingidos por este percurso.

É sabedor que as ações educativas — tanto na casta quanto na agremiação subsequente — não acontecem isoladamente; e o fator de desarticulação dessas poderá levar ao fracasso escolar do aprendiz, independentemente de classe social. Cabe ressaltar, também, a importante função que o habilitado pode desempenhar no que diz respeito à motivação do que obtém habilidades durante a escolarização frente aos desafios encontrados — o mesmo profissional deve estar preparado para o confronto com os problemas da atualidade e isso é um outro desafio no quebra-cabeça do sistema educacional. Está o apto preparado e disposto a ter esse papel? Existe na sua formação acadêmica direcionamento para essas complexas atividades?

É comum o fato que muitos ancestrais se sentirem impotentes em relação aos obstáculos enfrentados pelos descen-

dentes na caminhada de crescimento. Por isso, é fundamental que haja um preparo na formação intelectual do docente. Também é primordial que haja um entendimento com o profissional de educação; afim de ele entender as novas vicissitudes dessa geração que é, em muito, diferente das gerações passadas. Uma revisão nas tarefas previstas na proposta do currículo, para assim ajudar os direcionadores a laborarem com os responsáveis a compreender melhor o cotidiano escolar de seus porvindouros e ajudá-los nas possíveis dificuldades de aprendizado.

### **Considerações finais**

Com as várias mudanças ocorrendo na sociedade atual, a estrutura e o funcionamento familiar também sofreram alterações e a entidade de ensino não está imune quanto a essas mudanças. Cabe a ela, adaptar-se a esses deslocamentos, procurando se reenquadrar para esses novos desafios, e aproximar o grupo social do contexto do sistema estratificado.

Nesses tempos de insegurança, a educação tem um eminente papel de proporcionar reflexões acerca das problemáticas que atingem a sociedade, bem como auxiliar os escolares na elaboração de estratégias para resultados positivos. O instrutor, nesse sentido, deve desenvolver a capacidade de respeitar e valorizar os limites intelectuais de seus pupilos e ajudá-los na sua missão de vida.

O Programa das Escolas Interculturais de Fronteira é uma experiência recente, heterogênea que passa a ser produtora de novas realidades de aproximação e diferenciação por parte de docentes, diretores e discentes em seus ambientes, cooperando com esta proposta. São experimentos em localidades de difícil controle pelo Estado e de sua implementação e expansão para outras áreas similares nacionais: foram difíceis de ser compreendidos em seus primeiros anos de existência, sendo considerados um quebra de paradigma para muitos.

Este conjunto é um recurso oficial de agregação educacional que está sendo erguido com dificuldades e improvisos

operacionais; mas que está no caminho certo de embasar novas pontes para a incorporação dos sítios de contato terrestres do Brasil com os países contíguos.

Estas diferentes realidades escolares criam novos fluxos e controles entre os limites políticos desta pátria com as nações adjacentes. Portanto, é premente mais estudos para cotejar o grau de integração e construção de uma identidade de cidadão deste perímetro. Com outras perspectivas de olhar esse fenômeno que só ocorre em região desta situação.

A intenção de labor foi tão somente descrever e interpretar alguns fatores, nos quais a instituição pioneira se insere no contexto do Programa Escola Intercultural Bilingue de Fronteira. As entidades deste patamar criam pontes e estabelecem limites supracitados. São processos sociais, políticos e de qualidade, que são construídos por ideias, normas e desejos de junção por um lado; e, por outro, por tensões efetivas dos controles, planejamentos e legislações dos Estados Nacionais, reconhecidamente soberanos.

Analisar a experiência destas configurações de desenvolvimento institucionalizadas como processos simultâneos de adaptação, pela condução a maior tirocínio possibilita ter uma visão mais ampla do relevo da camada doméstica no contexto da estrutura do sistema, ante semelhante contato.

Portanto, a formação anterior e a posterior precisam caminhar de mãos dadas com o objetivo de buscar novas estratégias que venham direcionar e suprir os novos desafios apresentados nesse bioma investigado. É nesse sentido que o PEIBF pode ser um instrumento qualificado, ele poderá prover para a futura geração que se encontra nessas regiões de fronteira um novo olhar, um novo jeito de ver o diferente como seu, com um novo modelo de educação voltado para suas particularidades.

## **Referências**

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2 eds. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ARGENTINA. Política para una nueva frontera o cómo transformar la división em suma. Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología de la Nación. Programa Intercultural Bilingüe de Frontera, 2007.

ARGENTINA. “Especiales Historia de un país: Argentina siglo XX. Efemérides–Especial 2 de Abril”. Último acesso 20 de abril de 2019, <http://www.encuentro.gov.ar/sitios/encuentro/Programas>.

BRASIL. Programa Intercultural terá mais países, cidades e idiomas, Portal do Ministério de Educação. Último acesso, 20 de abril de 2019, <http://portal.mec.gov.br>.

BRASIL/ARGENTINA. Escolas de Fronteira. Documento preliminar. Brasília e Buenos Aires: Ministério da Educação, março de 2008.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. 7.ed. –Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC–MECT (2010): Escolas de Fronteiras. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc\\_final.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf). Acesso em 15 de abril de 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVEIRA, L. M. de O. B. A interação família–escola frente aos problemas de comportamento da criança: Uma interação possível? Projeto de Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre–RS (2005).

**Sites pesquisados:**

<http://www.kailo.com.br/2012/08/na-origem-da-palavra-educacao/>

Acesso em 15 de abril de 2019, às 10h e 30min.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola>

Acesso em 15 de abril de 2019, às 22h e 30min.

Mercosul Educacional: <http://www.mercosur.int/edu/>

Acesso em 15 de abril de 2019, às 21hs.

Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF): <http://faixadefronteira-cdif.blogspot.com.br/>

Acesso em 18 de abril de 2019, às 20hs.

União das Nações Sul-Americanas (UNASUL): <http://www.unasursg.org/>

Acesso em 19 de abril de 2019, às 21hs.

## **A imagem da mulher na formação do pensamento social da Amazônia: para uma crítica dos estereótipos e estigmatização**

*Elisiane Sousa de Andrade  
Iraildes Caldas Torres  
Odenei Ribeiro de Souza*

### **Introdução**

Este estudo apresenta uma discussão sobre a ausência das relações de gênero no processo de formação do pensamento social da Amazônia chamando a atenção para a necessidade de desconstrução da imagem errônea da mulher indígena construída pelos naturalistas na primeira fase da viagem das ideias.

Apresentamos o contexto de construção da imagem da mulher vista como lasciva e libertina sexual, no âmbito do canibalismo tupinambá apresentado por **Hans Staden** na costa brasileira, momento de estigmatização das velhas da etnia Tupinambá. No contraponto dessa situação de depreciação das mulheres indígenas, apresentamos o protagonismo delas no processo político de luta em torno da conquista de seus territórios, apontando para a força aguerrida dessas mulheres possuem um lugar de fala.

O trabalho seguiu uma metodologia de leitura e cotejamento de dados teóricos, num processo de conversação com autores na vertente interdisciplinar. Por fim, apresentamos o protagonismo das mulheres no fortalecimento das identidades locais, localizando o lugar de fala das mulheres indígenas que são agentes fundamentais na luta política de seu povo.

## 1. As mulheres indígenas da Amazônia na visão dos viajantes.

Desde o encontro com o Velho e o Novo Mundo<sup>1</sup> que a Amazônia vem sofrendo impactos brutais nos processos ambientais, culturais e sociais tendo como ponto de partida a invasão ibérica o momento em que o território passa a ser palco de cobiça e disputa (SILVA, 1996). Esta situação interferiu drasticamente na vida dos povos habitantes deste denso espaço, homens e mulheres tornam-se alvo de diversas formas de opressão, submissão, preconceito e todas e todas as formas de vilipêndio.

De acordo com Torres (2008, p. 170), *os naturalistas não viam o homem como sujeito central no universo amazônico e sim como uma peça acoplada à natureza ou como um duende imiscuído nela*. Nesta lógica, de homens e mulheres vistos como intrusos na natureza, a imagem da mulher vai sendo construída, as margens de tudo, criando-se um mito, principalmente em relação a sexualidade e canibalismo, propositalmente em detrimento a outros objetivos. Torres (2005), ao se referir a formação do pensamento social da Amazônia, destaca que a estrutura de poder se encarregou de forjar uma imagem para as índias associada ao erotismo sexual.

São nesses cenários e contextos que as mulheres amazônicas aparecem nos diversos relatos dos viajantes, a partir de seus olhares, visão de mundo e sob os auspícios de uma moral judaico-cristã que outorga os civilizados europeus, brancos e heterossexuais, a “condição” de seres superiores. É nessa visão de superioridade que os povos indígenas são diminuídos, inferiorizados e tidos como povos sem cultura, sem alma, bárbaros e selvagens.

No artigo sobre as mulheres tupinambás, Raminelli (1997) assinala que os viajantes julgavam os habitantes do Novo Mundo a partir de seus próprios valores, ou seja, pelo

<sup>1</sup> Em O Paiz do Amazonas, Marilene Correa, pontua que esse encontro se deu em 1492 com a descoberta do continente americano, porém, antes de ser explorado, o Novo Mundo, sofre sua primeira intervenção histórica, formalmente expressa pelo Tratado de Tordesilhas em 1494.

padrão ocidental. *Nas terras do além-mar, os costumes heterodoxos eram vistos como indícios de barbarismo e da presença do Diabo; em compensação, os bons hábitos faziam parte das leis naturais criadas por Deus* (RAMINELLI, 1997, p. 11).

Os povos amazônicos precisavam de um Deus para guiar suas vidas. O uso da religião, do nome de Deus para justificar a dominação, a exploração de um território a serviço da política colonial, monárquica e mercantilista, passa a nortear e coloca em prática um processo. Ou seja, tudo se justifica em nome de Deus, da razão ocidental, institucionalizando o preconceito e a repulsa ao outro consignado nos povos originários que habitam o Novo Mundo. Nesse processo o outro indígena é visto como povo bárbaro, seres demoníacos, inferiores, quase animais, súditos, oprimidos, príncipes das trevas. É o que Nietzsche (1987) explicita na *Genealogia da Moral* em relação ao conceito de mau, ruim, baixo, inferior, impuro, culpa.

As mulheres são representadas com os piores predicados<sup>2</sup>. São vistas como lascivas sexuais, cuja lassidão as torna seres desprezíveis e de baixa cognição moral, ideias estão alojadas no processo de formação do pensamento social da Amazônia, legitimando a discriminação de gênero. De acordo com Torres (2008, p. 169),

Os diversos matizes das assimetrias sexuais e da discriminação dirigida ao gênero feminino podem ser visualizados nas mais variadas formas e nas diferentes formações históricas- sociais e culturais de todos os tempos. No período conhecido como formação social da Amazônia as determinações e gênero são bem demarcadas.

Elizabeth Agassiz, quando esteve no Amazonas no século XIX faz um contraponto a essas teorias de depreciação da mulher, especialmente a indígena, dizendo que ela não encontrou nenhum vestígio de lascividades ou libertinagem por parte dessas mulheres nos bailes que ela frequentou na área rural

---

2 Essa imagem depreciativa da mulher amazônida perdura até os dias atuais, sendo reatualizada pelo grande capital nas marcas da Zona Franca de Manaus “o espaço fabril é, certamente, o locus da sevícia dos corpos especialmente no que se refere à força de trabalho feminina” (TORRES, 2005, p.177).

do território amazônico. A autora ao relatar sua percepção em relação as indígenas num baile, discorre,

Nunca vi a mulher, nesses divertimentos dos índios, demonstrar faceirice provocante; é o homem que solicita; ele se atira aos pés da dama sem lhe arrancar um gesto ou um sorriso; detém-se, finge que pesca, e a sua pantomina indica que está puxando a moça, suavemente na ponta do seu anzol, em seguida, gira em torno dela, fazendo estalar os dedos como castanholas, e termina por agarra-la pela cintura com os seus dois braços. Mas ela continua fria e como indiferente (AGASSIZ, 1975, p. 163).

Os registros de Agassiz sobre as mulheres originárias torna-se um ponto relevante na contribuição da desmistificação da imagem deturpada que os primeiros viajantes construíram e divulgavam no Ocidente. Parece o começo de uma nova visão sobre o sujeito feminino e seu modo de viver na Amazônia. As narrativas até então, permeavam no sentido depreciativo das amazônidas.

Raminelli (1997), ao discutir a lascívia feminina nos relatos dos viajantes em relação ao Novo Mundo, expõe a misoginia de forma cruenta contra as mulheres velhas. Estas mulheres foram retratadas por Hans Staden com predicados descomunais, tais como: seios caídos, cabelos desalinhados, ralos, porcas, sujas. As velhas segundo esses relatos, tinham desejos sexuais em comer a carne do inimigo, chegando ao orgasmo. As velhas Tupinambás da costa brasileira são apresentadas no mundo como depravadas e libertinas sexuais.

As desigualdades de gênero assumem um contorno bem mais exacerbado no Novo Mundo, a qual tem na condição étnica, o seu ponto fundamental. As mulheres indígenas foram concebidas fora de seu contexto sociocultural e de suas identidades. A nudez indígena que é um elemento cultural e identitário, foi vista como lassidão e libertinagem, a partir do olhar dos viajantes, norteados pela moral judaico-cristã predominante no Ocidente.

Essa imagem construída perpassa também pelas atitudes abusivas dos comerciantes da época que usavam de seu

poder econômico tomando as índias como escravas para o trabalho e para relações sexual, *aproveitando uma brecha na cultura indígena para distorcer o seu comportamento* (COSTA, 2005, p. 174). As estratégia de dominação por parte da Coroa portuguesa foi um braço forte para legitimar uma imagem distorcida sobre as mulheres nativas, ignorando a cultura dos povos originários e impondo a moral advinda da religião ocidental, promovendo o casamento das índias com os colonos.

Este contexto se dá em torno do projeto dos colonizadores de povoar a Amazônia. O corpo feminino torna-se instrumento de trabalho e para os prazeres sexual, sobretudo, para a reprodução. Conforme Costa (2005), *a própria Coroa portuguesa fomentou o casamento entre colonos e índias, inicialmente, premiando-as com sesmarias e instrumentos de trabalho* (COSTA, 2005, p. 174).

Os índios de modo geral, aparecem neste contexto, como seres exóticos e sem os traços de humanidade, eram uma espécie de sub-raça, catalogados num grau abaixo dos humanos. Essa situação, conforme observa Gambini (2000), contribuiu para que o povo brasileiro não possua hoje uma identidade. É filho de uma índia depravada que se perdeu no vazio da nação, uma nação vilipendiada e preconceituosa pelo projeto de colonização.

Há, então, uma Amazônia inventada, representada em formas caricatas, exótica, com gente desprezível e fora dos parâmetros de humanidades. Um olhar exógeno que demarcam a primeira fase de construção do pensamento social da Amazônia.

## **2. A mulher índia como lasciva sexual e exótica**

A imagem da mulher índia como ser exótica e lasciva sexual disseminada pela política pombalina na sociedade colonial da Amazônia, é agora reatualizada pelo capital nos liames da industrialização. Pesa sobre a amazonense a fama de mulher oferecida porque a colonização forjou a imagem da índia que

“solta franga”. Isto é uma grande injustiça, é um rótulo vulgar que avilta e insulta aquela que foi requisitada para participar de uma política de governo colocada em curso pela coroa.

O vício da carne, segundo o padre João Daniel (1976), encabeçava a lista da vileza indígena na sociedade colonial. Não obstante a isto, o próprio missionário reconhece que inexistia qualquer desconforto amoral no fato de alguns caciques e pais oferecerem suas filhas aos brancos que visitavam suas aldeias em missão de paz.

Geralmente os homens brancos rumavam para as aldeias levando consigo alguns objetos para presentear-las aos caciques em sinal de paz e em sinal de que foram bem aceitos; nessas aldeias os caciques ofereciam suas filhas para se deitarem com os brancos. Não era simplesmente um comércio de trocas de pequenos objetos com a virgindade da menina indígena. Grandes interesses estavam em jogo, sendo, pois, a sobrevivência política da família indígena na sociedade colonial o maior deles.

Não era simplesmente uma questão de paz ou mesmo ingenuidade indígena, como parece sugerir no texto do padre João Daniel. O que, talvez, seja mais surpreendente notar é o fato de essa estratégia de sobrevivência não ter repercussão negativa na moralidade indígena, já que a questão da sexualidade para esses povos não estava associada aos tabus e pecados. Lembre-se que o pecado adentra o universo indígena com a chegada do branco na América. Tabus e falsos moralismos ligados à sexualidade advêm do substrato religioso da Torá. Sem qualquer paralelo com a cultura indígena politeísta e pagã.

Na teogonia indígena, o Iurupari não era associado à imagem do diabo. O cristianismo-tributário do paganismo semita sobretudo, egípcio e babilônico - é que forjou a imagem do Iurupari como o diabo e deu o nome de Tupã ao Deus dos índios impondo-lhes o monoteísmo. Na teogonia indígena, o Iurupari é um ser pacífico e de boa índole que vive no ventre de uma mulher transformada em serpente. Essa serpente nunca é

vista em sua inteireza. Ela mostra somente a cabeça ou apenas o rabo porque se ela se apresentar completamente, o mundo acabará. A função do Iurupari consiste em controlar a serpente para evitar a desgraça.

É verdade que o mito do Iurupari assume determinadas variações em algumas etnias. Mas também é verdade que esse mito foi recriado em forma de conto e estórias inverídicas pelo homem branco. Uma dessas estórias atribuídas ao povo Desano associa a imagem da mulher ao demônio, dando conta de que a mulher roubou a flauta do diabo num momento de descuido dele, determinando, assim, a entrada do mal na tribo. Outras estórias desse mesmo filão dão conta de que o Iurupari apareceu sobre as águas e revelou ao caraíba a sua legislação nos seguintes termos: *a mulher não deve ser muito paparicada porque ela tem tendências maléficas, é curiosa, é linguaruda e gosta de revelar segredos* (Mário Ypiranga Monteiro. Entrevista em 23/08/01). Essa legislação previa também a poligamia para o homem e exortava as mulheres ao trabalho para ajudar o homem.

É assim que a cultura do cristianismo antigo vai encontrar terreno fértil na mitologia indígena para deitar traços nessa cultura pagã. Lembre-se da caixa de pandora tal qual a estória da mulher que roubou a flauta do Iurupari, precipitando, assim, a existência do mal entre os índios.

Também não se pode concordar com o discurso de que a figura da mulher assume uma conotação absolutamente negativa nas sociedades indígenas. A ideia da mulher como um ser maligno é uma especificidade do povo Desano, localizado no alto Rio Negro, Amazonas. Não é uma construção universalizada, haja vista a importância que a mulher possui no âmbito da economia doméstica e na divisão social do trabalho nas diversas etnias, na Amazônia.

Em grande parte das mitologias indígenas a Amazônia corresponde ao planeta Terra, pois ao explicar a criação do cosmos os povos indígenas se referem à criação da floresta

Amazônica. A cosmologia indígena tem início no coração de um tucumã que é uma fruta regional em forma de coco de palmeira, de onde saiu a primeira noite.

Nessa representação mitológica, os elementos locais assumem significados universais. O sol, a lua que antigamente era mulher, às vezes, era moça-nova, outras vezes também estava grávida ou prenhe. O fogo também não existia, passando a existir somente depois que foi tirado da boca da velha bacurau. Trata-se de uma cosmogênese centrada na figura da mulher, explicitada numa simbologia local que se interrelaciona com a realidade fenomênica das coisas sensíveis e acessíveis, diferentemente da teogonia representativa da criação do universo pelas mãos de Deus e das explicações racionais da cosmologia no Ocidente Cristão.

É preciso decodificar as mensagens que tendem a diminuir e discriminar a mulher no universo indígena, como essa construção fosse originária de sua cultura. A pesquisa sobre a mulher indígena deve valorizar a noção de tempo e espaço, mostrando como relações de gênero são percebidas a partir da inscrição das categorias sociais no espaço (etnia). E do salto qualitativo de certas formações sociais no tempo.

As literaturas apresentadas sobre a Amazônia e o povo originário associando-os ao exotismo e exuberância, depois de três séculos vai ganhando outros contornos. De acordo com Santos (2005, p. 18), *o alvorecer do século XIX encontra uma Amazônia um tanto diferente daquela pintada pelos primeiros expedicionários dos séculos XVI e XVII*. As narrativas referentes as mulheres também começam aparecer sobre um outro prisma, principalmente em relação ao trabalho e autonomia das indígenas. Santos destaca essa sinalização presente no relato de Agassiz,

Em uma época em que o controle dos corpos e da intimidade era regra, na Amazônia as índias e mestiças aparecem no relato de Agassiz como portadoras de um grau diferenciado de autonomia, trabalhando na roça sozinhas durante o dia, deslocando-se de canoa pelos igarapés, movimentando -se e trabalhando sem a supervisão de homens (SANTOS, 2005, p. 19).

A presença e protagonismo feminina começa a ecoar junto a outras vozes invisibilizadas ao longo do processo de exploração da Amazônia. Pizarro (2012, p. 169) *destaca também que a partir do século XX, já é possível percebermos vozes plurais em tornos da Amazônia*. Emergem leituras novas de dentro da região. Trata-se de um processo de interpretação da interpretação da Amazônia, aquela primeira Amazônia inventada. Nesse âmbito aparecerem as fraturas, as fissuras, os preconceitos, sendo, pois, possível escutar as vozes dos vencidos. Pode-se então acrescentar aqui dentre essa pluralidade de vozes, as vozes das mulheres, que a partir de então passam a falar por si e visibilizar suas existências como sujeitos sociais e políticos.

Começa, então aparecer as novas amazônidas, aquelas mulheres fortes e guerreiras, inspiradas no mito de Homero da alta antiguidade que são as Amazonas. Essas mulheres que foram invisibilizadas pela história surgem com suas histórias, lutas, clamores e protagonismo social. Elas estão dispostas a quebrar o silêncio e desmistificar os estereótipos e os estigmas que as oprime. De acordo com Torres (2005, p. 26), *as relações de gênero são travestidas de poder. A ameaça do outro e da responsabilidade de perda de espaço e de hegemonia levaram os homens a construírem os fundamentos para as desigualdades, legitimando, dessa forma, as diferenças entre eles*.

As mulheres indígenas desenvolvem, hoje, um protagonismo pari passu junto com os homens em torno da conquista do território. Trata-se, não necessariamente de um feminismo indígena, mas sim de um protagonismo político visivelmente feminizado no contexto da luta reivindicativa do território.

As mulheres possuem um lugar de fala. Seu lugar de fala assenta-se na sua identidade de povos originários das terras brasis. O seu lugar de fala é o território, a terra, seu bem maior. As mulheres lutam pela terra que é a pátria- mãe, onde firma-se a sua cultura e o seu protagonismo, assim, como passam a resistir e enfrentar todas as formas de violências, des-

te modo, passam a dar visibilidade as suas pautas específicas. Conforme Ribeiro (2017), a fala ecoa do locus social das mulheres, emana do seu lugar de pertença, de solidariedade e sonoridade enquanto sujeitos sociais que elas são. Pode-se dizer que essas vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônicas.

### **Considerações Finais**

As reflexões sobre a formação do pensamento social na Amazônia, partir da ótica de gênero, são muito recentes. Aparecem nestas discussões a necessidade de reconstruir a imagem da mulher amazônica por meio de lentes descolonizadas que passam a perceber e desconstruir o preconceito estigmatização presentes nos relatos de viajantes em relação ao sujeito feminino da região.

É preciso inserir as mulheres da Amazônia em seu contexto histórico, reconstruindo sua imagem apontada como lasciva sexual e longe de protagonismo de lutas. As mulheres da região possuem um lugar de fala, elas têm instrumentos de lutas e marcham aguerridamente junto com os homens, em torno da conquista de seu território como é o caso das mulheres indígenas.

Elas afirmam-se cotidianamente como sujeitos políticos, histórico-sociais, não aceitando mais os estigmas e os estereótipos a elas dirigidos pelos viajantes naturalistas que estiveram em expedição no Brasil e no Amazonas. São nas trocas de experiências, nas vivências, dos fatores que os aproximam, dos entrelaçamentos de novas possibilidades que as identidades locais vão tomando seus espaços.

### **Referências**

AGASSIZ, Elizabeth Cary e AGASSIZ, Louis. Viagem ao Brasil: 1865-1866. Tradução de João Etienne Filho. Belo Horizonte- Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. As mulheres e o poder na Amazônia. Manaus: EDUA, 2005.

GAMBINI, Roberto. Espelho Índio: A formação da alma brasileira. Coordenação: Mary Lou Paris, Caio Kugelmas. \- São Paulo: Axis Mundi / Terceiro Nome, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, 1844-1900. Genealogia da Moral. Tradução, Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PIZARRO, Ana. Amazônia: as vozes do rio. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2012.

RAMINELLI, Ronald. EVA TUPINAMBÁ. In: DEL PRIORE, Mary (org.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 199 p. 1-44.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017.

SILVA Marilene Corrêa da. O Paiz do Amazonas. Editora da Universidade do Amazonas: Manaus, 1996.

TORRES, Iraíldes Caldas. As Novas Amazônidas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

TORRES, Iraíldes Caldas. Ciência e saberes da Amazônia: indivíduos, coletividades, gêneros e etnias. A formação social da Amazônia sob a perspectiva de gênero. Ed. Universitária da UFPE, 2008, p. 169-185.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. “Brincos de ouro, saias de chita”: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em Viagem ao Brasil (1865-1866). História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v.12 n. 1, p. 11-32, jan.-abr.2005.



## **Mulheres Ticuna da Amazônia Brasileira: Associação e Movimento Indígena na Tríplice Fronteira Brasil–Colômbia–Peru**

*Érica Fabricia Melo*

### **Introdução**

Este artigo apresenta os resultados do estudo de campo concretizado na circunscrição de índios de Umariáçú II, acerca da Associação ACIU — Associação de Cultura Indígena de Umariáçú, ACIU–Eware, em Tabatinga–Amazonas — fronteira com os países Colômbia e Peru.

O objetivo principal é apresentar esta instituição, coordenada oficialmente por indivíduos homens — porém com maior número de membros mulheres; mulheres que não transcorrer dos dias vivem de forma intensa a esta instituição, que participam ativamente das tomadas de decisões dentro da aglomeração e do procedimento indígena, que nos dias atuais não vivem somente dentro de suas casas. Em lugar disso, este estabelecimento criou um novo ambiente para dar mais voz a estas mulheres, assim como a outras na Amazônia a partir da década de 1990, com um crescente número de estabelecimentos formados por pioneiras dentro deste contexto comunitário.

Os Ticuna, povo apresentado neste artigo, constituiu-se como o segundo grupo étnico indígena de maior expressão populacional no território brasileiro, distribuído nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai, Tefé, Anamá, Beruri, e na cidade de Manaus. Contudo, a maior parte das aldeias e da população encontra-se ao longo do rio Solimões–Amazonas. É importante ressaltar, em paralelo, que os Ticuna estão localizados no Peru e na Colômbia em estatística populacional menor que no Brasil.

Quanto à estimativa relativa a este agrupamento, não há um consenso nas referências consultadas. O Conselho Geral da Tribo Tiküna–CGTT estimou, para o ano de 2006, a aglomeração em cerca de 37.502 indivíduos no Brasil, 18.000 na Colômbia e 12.000 no Peru; num total de 67.502 cidadãos. Segundo dados do censo realizado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões, a marca Ticuna no ambiente pátrio é de 27.000 pessoas, aproximadamente, distribuídas em 129 localidades. Os dados do Instituto Socioambiental, do ano de 1998, vislumbra a referência Ticuna em 32.613 representantes nesta nação, 4.200 no Peru e 4.535 na Colômbia<sup>1</sup>.

O grupo autodenomina-se *Magüta*, que quer dizer na sua língua isto: o povo que foi pescado. Segundo dados do site do ISA–Instituto Socioambiental, e:

os registros da tradição oral, foi *Yo'í* [um dos principais heróis culturais] que pescou os primeiros Ticuna das águas vermelhas do igarapé *Eware* (próximo às nascentes do igarapé São Jerônimo). Estes eram os *Magüta* (literalmente, 'conjunto de pessoas pescadas com vara'; do verbo *magü*, 'pescar com vara', e do indicativo de coletivo *-ta*), que passaram a habitar nas cercanias da casa de *Yo'í*, na montanha chamada *Taiwegine*. Mesmo hoje em dia, este é para os Ticuna um local sagrado, onde residem alguns dos imortais e onde estão os vestígios materiais de suas crenças (como os restos da casa ou a vara de pescar usada por *Yo'í*)<sup>2</sup>.

Em relação à Linguística, alguns autores classificaram a língua Ticuna como pertencente à família linguística Aruak. Paralelamente, a maioria dos antropólogos e linguistas considera este idioma Ticuna isoladamente, ou seja, não está classificado em nenhum tronco ou família linguística. Paula e Pinheiro *apud* Soares, fazem um resumo das opiniões dos estudiosos desse assunto:

Darcy Ribeiro em *Línguas e culturas indígenas no Brasil*, 1957, acredita que o Tikuna é um idioma próprio; Daniel G. Brindon em *La Roza Americana*, Buenos Aires, ed. Nova, 1946, afirma que

<sup>1</sup> Conf. Enciclopédia Eletrônica do ISA. Disponível em: [www.socioambiental.org/home-html](http://www.socioambiental.org/home-html) — acesso em 20/02/2017.

a língua Tikuna contém elementos do Aruak; Para Paul River em *Affinitésdu Tikuna*, Paris, Jour. Soc. Am. Paris, 9/1912, p. 82–110), a língua Tikuna pode ser considerada como “um dialeto Aruak bastante corrompido (SOARES, 1979, p. 29). Aryon Dall’Igna Rodrigues, classifica a língua Tikuna como uma das línguas isoladas do Brasil (RODRIGUES, 2002, 94; 98), sendo esta também a conclusão de Salzano (1980) (Soares, 1979, p.29).

Apesar de grande parte das aldeias estarem próximas da cidade, o uso intensivo da língua Ticuna não chega a ser ameaçado: todos falam português quando vem ao meio urbano. Contudo, o que observamos em nossas pesquisas etnográficas é que a língua nativa predomina na localização — essa era uma dificuldade enfrentada por não a falarmos e nem entendermos: em uma casa a que fomos, a filha de uma senhora fazia a tradução dos nossos diálogos.

Pelo fato de Umariacú (bioma indígena) ser ao lado de Tabatinga–AM, o que pensamos a priori era que todos os diálogos seriam em português. Completamente, o oposto (percebido a posteriori): tudo era falado na língua materna, não só com o grupo com o qual nos comunicávamos mais frequentemente; mas também ao “redor”. Exemplificam as conversas paralelas das quais não participávamos, as pessoas falando no quintal, na sala, enquanto estávamos na cozinha vendo as mulheres produzirem o artesanato. Observávamos outrossim esses diálogos concomitantes. O que, portanto, destacou-se foram as crianças brincando, porém conversando na modalidade nativa sempre.

### **Informações históricas e etnológicas sobre o Ticuna**

Em anos e séculos são proporcionadas outras informações primordiais sobre os Ticuna, por diversos viajantes, cientistas, cronistas, naturalistas, zoólogos que passaram pela região amazônica e fizeram anotações sobre o modo de vida deles em diversos aspectos. Neste aspecto, vários destes viajantes narram como se deu a ocupação destes desbravadores nativos.

Neste parecer, são conferidos diversos documentos ao longo da história destes habitantes, mostrando como eram vistos, primeiro pelos colonizadores europeus, segundo, por parcela dos demais — claro é que dentro de uma perspectiva europeia e eurocêntrica era projetada a inicial visão. Porém, isto trazia fundamentais conhecimentos para que possamos atualmente compreender e reconstruir a história dos Ticuna e de como as índias eram apresentadas por estas pessoas às outras — mesmo ocorrendo pouca ou quase nenhuma anotação sobre elas (levando em consideração que grande parte dos dados apresentados, tanto da parte mais histórica como depois num viés mais etnológico sobre estes nativos, são referentes somente a “Os Ticunas”, não definindo, muitas das vezes, se são homens ou mulheres).

Em consonância com Francisco Jorge (1999), o Diretório proibia o uso da língua materna de cada nação indígena aldeada, bem como o idioma artificial geral — o nheengatu — e obrigou o uso da modalidade portuguesa: tornava obrigatório, por parte dos índios, o uso da vertente introduzida, acrescentando obrigatório também pagar o dízimo, entre outras normas impostas aos naturais da região.

Até meados do século XVIII, a Amazônia brasileira era definida com uma face totalmente indígena. Todavia, um século depois, estes grupos (que já tiveram um primeiro contato com a sociedade ocidental) refluíam. Em conformidade com Moreira Neto (1988), as doenças, trabalhos forçados e as guerras (Cabanagem, para ilustrar) contribuíram para a diminuição da população silvícola da Amazônia.

Ainda, segundo Moreira Neto (1988), os primeiros ocupantes eram transferidos habitualmente de suas aldeias tradicionais, separados de suas comunidades e familiares e descidos para outros lugares de aldeamentos, missões, seringais (como ocorreu respeitante aos Ticuna) e para centros das localidades onde eram empregados em tarefas servis ou simplesmente vendidos e tratados como escravos. Muitos eram prisioneiros de guerra.

Neste sentido, o que restou do processo de colonização foi uma população indígena diminuída, dispersada ao longo dos rios e igarapés da região. Os incontáveis sistemas linguísticos de legado nativo sofreram uma drástica diminuição, em consequência desta extração de bioma e herança cultural. Nas vilas e cidades falava-se o português e a língua geral, impostas pelos jesuítas no processo de colonização, mas que em muitos casos acabaram se transformando na língua materna de muitos grupos indígenas. Sobre o vértice geral, Moreira Neto afirma:

A expansão da língua geral, principalmente em seus primeiros estágios, auxiliou a atividade intelectual de missionários, especialmente os jesuítas, que se dedicaram ao estudo da língua indígena da colônia. A presença maciça de grupos indígenas de língua Tupi no litoral brasileiro deu prazo para que fossem elaborados vocabulários, gramáticas e outros instrumentos de domínio dessa língua [...], de qualquer modo, a língua geral ficou na Amazônia como marco permanente da cultura colonial fortemente colorida pela presença indígena e o esforço feito para eliminá-la durante a administração pombalina (1988, p. 43-44).

O século XIX é marcado por dois fatores históricos que interferem diretamente na dinâmica populacional e no modo de vida das sociedades locais tribais. O primeiro é a Cabanagem, ocorrido no final da década de 1830 e que ocasionou milhares de mortes entre as aflorações mestiças e indígenas, desarticulando a organização da mão de obra local e a vida nas próprias aldeias. Outro fato foi a incorporação da Amazônia na economia capitalista mundial, a partir da segunda metade do século, por intermédio do processo econômico conhecido como “exploração da borracha”, que não somente atraiu milhares de nordestinos para a área, como também pressionou a mão de obra utilizada.

Essa atuação acentuou-se ainda mais para os Ticuna quando eles foram conduzidos a desempenhar como os seringueiros na aquisição da borracha, da coagulação do látex, do polímero poli-isopreno. Pelo entender de Soares (2004), foi

no período áureo desta matéria na região amazônica, quando as terras às margens do rio Solimões foram divididas entre os patrões dos cauchais e comerciantes conseguindo obter títulos de propriedades, que estes índios foram grandemente utilizados como mão de obra dos seringalistas na obtenção do látex. Nesse processo, eles eram obrigados a diversificarem suas atividades passando a trabalhar na lavoura, na pesca, no comércio de peles e com outras atividades econômicas paralelas historicamente, para responder às novas demandas pela presença maciça de nordestinos e dos barracões dos gomais.

Assim, os indivíduos, quando visitados por Nimuedaju em 1929, praticavam uma economia de subsistência. Tais quais pesca, caça, agricultura e coletas de frutas constituíam as suas rotinas. Dessa forma, esses tribais foram caracterizados como sendo coletores, pescadores e agricultores, e estas funções sempre foram desdobradas em pequenas roças comunitárias.

Outro autor importante nesta etnologia indígena é Ari Pedro Oro (1977). Aponta num momento relevante da história dos Ticuna (ou Tükúna como é chamado por Oro), em relação a um dos movimentos messiânicos. Os representantes historicamente já passaram por diversos percursos em relação a suas crenças. O Movimento da Santa Cruz é, portanto, um desses desdobramentos pelos quais passam — é nesta época que Oro registra sobre a Irmandade ou Ordem Cruzada Católica, ou (como é conhecida até os dias de hoje) como Movimento da Santa Cruz. No pensar do estudioso, este movimento é, pois,

Reação dos índios Tükúna às condições de submissão a que se acham sujeitos em seu convívio com a sociedade nacional. Tal tentativa de reação ocorre por meio de movimentos messiânicos, os quais se constituem numa maneira típica de algumas sociedades tribais tentarem reagir contra a situação de subordinação a que se encontram em relação a sociedades dominantes (ORO, 1977, p. 9).

Roberto Cardoso de Oliveira publicou em 1964 a primeira edição de *O Índio e o Mundo dos Brancos*: apresentou o

encontro de duas culturas e as consequências por elas ocorridas. Tratava-se, por conseguinte, “apenas – e conscientemente — de privilegiar, na observação da conduta e na análise e suas representações, o sistema de relações interétnicas (OLIVEIRA, 1996, p. 17). Em 1972, no prefácio à terceira edição, o filósofo tece a respeito de “um conjunto de estudos relativos à fricção interétnica”. Na quarta edição, porém, o antropólogo demonstra que o conhecimento respectivo é alcançado de modo mais completo nestas relações enquanto “relações de fricção”. Neste ínterim, ele apresenta um valioso estudo no que tange aos índios, de como se deu a relação entre o grupo e os “brancos”, e quais as consequências do encontro dessas duas culturas.

Oliveira (1996) formula que, entre Benjamin Constant e São Paulo de Olivença – AM, todos estes silvícolas estavam engajados no trabalho de extração do látex:

Mas no que concerne ao uso da mão-de-obra indígena da região do Solimões, muitas das empresas seringalistas se acham assentadas sobre o trabalho da população Tükúna, que se estende da fronteira (Benjamin Constant) até a foz do Içá, tendo suas maiores concentrações nos igarapés Mariuaçu, Tacana, Belém, São Jeronimo e em Santa Rita do Weil. Embora essas empresas seringalistas venham sendo paulatinamente descaracterizadas, por proporções em que a extração do látex vai-se tornado menos lucrativa, o sistema do seringal ainda é predominante. No Solimões, as empresas estão fixadas em terras, por elas arrendadas ou compradas sem apresentar o nomadismo das turmas madeireiras na bacia do Javari (OLIVEIRA, 1996, p. 63).

O trabalho de João Pacheco de Oliveira dedica-se particularmente à esfera política. No livro “O nosso governo”: Os Ticuna e o Regime Tutelar (1988), apresenta o relacionamento entre os órgãos oficiais, primeiramente o SPI (e conseqüentemente a FUNAI) com os indivíduos nativos no Alto Solimões. A composição colabora informando a ação protecionista do Estado Brasileiro sobre os tribais. Oliveira Filho neste pátamar faz algumas críticas ao conceito de atrito interétnico e dá a noção de “encapsulamento”. Discorrendo a propósito de aspectos de grande relevância à Etnologia Ticuna, concebe so-

bre o mito deles da origem, faz uma leitura histórica da organização social a partir deste paradigma.

Outra elaboração destacada relativa a este específico ramo científico refere-se à contribuição da antropóloga Claudia Leonor López Garcés (2000), denominada “Ticunas brasileiros, colombianos y peruanos: Etnicidad y nacionalidad en la región de fronteras del Alto Amazonas/Solimões”. Redige quanto aos principais processos de formação de fronteira e às relações interétnicas; e aos índios frente ao transcurso de nacionalização. Trata concomitantemente de mitologia, território, organização política e identidade deles — neste viés um dos principais objetivos da produtora é comunicar a “relação entre etnicidade e nacionalidade como expressões identitárias”.

Jean-Pierre Goulard (1994) cita um retrato etnográfico sobre esta sociedade indígena, usando como suporte teórico os registros de referências, tais quais Nimuendajú, Roberto Cardoso de Oliveira e João Pacheco de Oliveira. Em sua tecitura, Goulard faz um apanhado histórico e etnológico sobre os nativos, e confere enfáticos relatos etnográficos ante diversos aspectos da vida deles, tais como a denominação étnica, a língua, a etnohistória, e do como ocorreram as etapas dos descimentos dos antecessores para as margens do rio Solimões. Outrossim, faz menção respeitante às moradia, organização política e social do grupo.

Um dos levantamentos recentes liga-se ao da antropóloga Mislene Metchacuna Martins Mendes (2010), sobre a instituição de uma das organizações mais recentes, a PAISOL–Polícia Indígena do Alto Solimões. Foi realizado na localidade indígena de Umariacú II, no município de Tabatinga–AM. Constitui-se como um dos principais motivos que possibilitaram a concretização deste órgão, que foi fixado “recentemente” pelos indivíduos do Alto Solimões com o intuito de atuar como polícia no território pessoal. Neste caminho,

A PIASOL, foi criada pelos Ticuna em novembro de 2008, os quais se uniram em reação a uma série de questões vivenciadas pelos mes-

mos em suas comunidades. Considerando que o processo de tomada de consciência tornou-se “real” a partir da intenção de resolver os problemas que afligiam a comunidade como um todo (MENDES, 2010, p. 13).

À vista disso, uma das preocupações da antropóloga foi reinterpretar e compreender a realidade do contexto contemporâneo no qual se situavam os nativos. Todas as informações obtidas na pesquisa de campo, conversando com lideranças e agentes da área, levaram-na a pensar o que de fato teria levado à formação da PIASOL, a agirem como “polícia própria”, quais foram suas motivações e o que eles buscavam com esta nova ferramenta. Pelo parecer dos próprios beneficiados, a confecção da PIASOL seria uma tentativa de controlar as drogas (tanto o uso como a venda), e a violência dentro das configurações deles.

### **Inserção das mulheres nas associações e movimento indígena**

Após esses desdobramentos históricos e etnológicos — não só destes índios, mas como muitos grupos indígenas do Brasil — observamos que estas sociedades sempre reagem das mais diversas formas pela conquista de seus direitos, contra as violações e as conquistas de seus territórios, onde foram ai exatamente escravizadas, desarraigadas para longe de suas terras, sendo obrigadas a se mudarem muitas das vezes com ou sem suas famílias vitimadas, na maioria das vezes por conta da colonização e dos impostos pelos distintos movimentos que ali aconteciam. Transcorria aí, portanto, o início dos desafios das resistências e de muitas lutas destas nações atingidas.

Dentro dessas experiências (principalmente no que se refere à resistência destas populações), resolveram superar suas rivalidades e discutir juntas, com o fito de lutarem e de se unirem por seus objetivos — agora não mais individualmente ou por etnias separadas, mas sim, juntas, transpondo as rivalidades históricas. Congregarem-se para lutarem em conjunto

por seus direitos. Assim, para consolidar e afirmar de fato suas novas estratégias, é que, a partir da década de 1970, surgem as primeiras reuniões para harmoniosamente se organizarem em forma de Movimento, a fim de criarem suas organizações e suas representatividades, frente ao Estado Brasileiro e também junto à sociedade Internacional:

No início do movimento indígena, nas décadas de 70 e 80, a estratégia política consistia em estabelecer uma unidade supra-étnica entre os diferentes grupos indígenas, a partir da definição de uma identidade comum. A formalização de ações coletivas supra-étnicas é que resultou na criação da UNI. A atual proposta do Fórum, por sua vez, consiste em aglutinar as diversas expressões coletivas da política indígena (sejam elas organizadas em comunidades, organizações, associações etc). A idéia é articular os atores indígenas a partir da diversidade de expressão da política indígena no Estado nacional, com o objetivo de prepará-los para atuação na esfera pública do “Conselho Nacional de Política Indigenista”, instância política reivindicada pelo movimento indígena junto ao Governo Federal (MATOS, 2006, p. 43–44).

Assim sendo, iniciam-se aos movimentos e as articulações políticas ao que hoje chamamos de Movimento Indígena que se organizou ao longo das últimas décadas. Movimento este que luta pelo bem coletivo, pelo direito às terras, educação, saúde, e política pública com o mínimo de dignidade, integridade.

Com isto, a década de 80 é para o movimento indígena uma etapa de formação e arranjo do Movimento que se caracterizou já pela iniciativa destas coletividades — ainda que informais, apesar de politicamente ativas no trajeto com a forte presença das lideranças das circunscrições lutando juntas pela Nova Lei Maior.

A partir da década de 1990, já com a Carta Magna vigente estabelecida, os órgãos se multiplicam formal e legalmente por todo o território Brasileiro. Com essas novas disposições, os indígenas assumem (ou tentam assumir) o que lhes é estabelecido por lei (mas que o Estado agora não o faz ou não o desempenha). Com esse cenário, as estruturas tentam (de uma

maneira ou de outra; e via seus movimentos) assumir essas responsabilidades, tais como saúde, educação e terra.

Sendo assim, com a Nova Constituição Brasileira de 1988, as populações — que sempre resistiram ao período de dominação por conta dos colonizadores Europeus, agora fortalecidos pelo Movimento indígena e agora amparados pela Constituição — vivem um momento imarcescível de fortalecimento deste instrumento.

É importante, porém, saber aqui os conceitos aos quais nos referimos ao falarmos em Movimento Indígena e organização Indígena. Constituem, pois, dois movimentos estreitos, e nem sempre caminham ou caminharam juntos.

Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos [...] Organização indígena é a forma pela qual uma comunidade ou povo indígena organiza seus trabalhos, sua luta e sua vida coletiva. Sendo assim, toda comunidade indígena possui sua organização ou organizações. Ela é como tal uma organização social própria. A existência de organização é uma necessidade coletiva, uma vez que a convivência só é possível com um mínimo de ordenação interna em que haja definição de objetivos, metas, estratégias e ações a serem desenvolvidas coletivamente, além da distribuição de tarefas e responsabilidades. O cacique, o tuxaua, o líder, o pajé, o professor, o agente de saúde, o pai de família e outros agentes e membros comunitários fazem parte da organização interna de uma comunidade indígena, na medida em cada um possui sua função e responsabilidade bem definidas, conhecidas e controladas por todos. (GERSEM, 2006, p. 58, 61-62).

Ainda segundo Gersem (2006), um humano não precisa necessariamente pertencer a uma instituição formal respectiva para poder fazer parte ou estar incluído nesta atuação indigenista (ou o contrário). É preciso, todavia, estar ativo politicamente nas ações e projetos definidos dos interesses coletivos das povoações ou das organizações que sustentam sua existência.

Contudo, foram esses dois fenômenos que deram a esses povos subsídios e formas políticas para que pudessem

reivindicar junto ao Estado Brasileiro por suas carências e o que tinham, disciplinado juridicamente, na busca de um interesse comum. À vista disto, é presente a participação quanto à consolidação e ao fortalecimento do referido ato, ante os esforços coletivos objetivando sempre a reconquista de suas propriedades que foram retiradas ou de onde foram suprimidos no passado, e frente à busca por educação e por todos os seus direitos agora assegurados.

Diante disto, as associações indigenistas foram formadas com o intuito de atender algumas demandas e reivindicações das agregações favorecidas. No entanto, nas primeiras dentre elas, o principal objetivo era o de simetricamente se articularem os sujeitos em defesa das suas garantias — em especial, perante ao direito pelos seus domínios. Esta foi uma das principais atitudes do movimento político que se desenrolou frente ao Estado Brasileiro.

Neste contexto, ao longo dos anos, dos séculos, as culturas (em especial dos povoados naturais) vêm se reinventando, renovando-se, recriando-se. São complexos os seus desenvolvimentos e o como ao longo da história da humanidade lidam com essas dinâmicas. Novas formas de significados são atribuídas nos mais diversos campos das sociedades, contribuindo assim nas mais amplas categorias. São contínuas as modificações observadas nos seus entornos, frente às quais surgem novas estratégias de resistência cultural. O labor indígena Ticuna (para mencionar) — dentro ACIU, instituição que produz na referência Umariacú II — mostra, no seu cotidiano, onde reproduzem suas manufaturas com sua própria cosmovisão e onde dão força e vida aos seus saberes tradicionais, proporcionando novas configurações a estes artefatos desenvolvidos. Para Costa, em períodos bem distantes:

O artesanato tem sua origem ligada à história da humanidade. Os primeiros objetos artesanais datam do período neolítico (cerca de 6.000 a.C.), época em que os homens começavam a dar formas a matérias primas para satisfazer suas necessidades cotidianas, tecendo fibras de origem animal e vegetal, polindo pedras e fabricando

objetos de cerâmica, por exemplo. No Brasil, o artesanato surgiu nessa mesma época dentro das diversas tribos indígenas que faziam parte de nosso território. Cocares, cestas, cerâmicas e tangas são apenas alguns exemplares desse tipo de trabalho manual que, com a Revolução Industrial no século XVIII, acabou cedendo espaço no dia-a-dia das famílias aos produtos industrializados fabricados em série (COSTA, 2012, p. 7).

Neste entendimento, a associação de artesãos ACIU não é formado unicamente por mulheres, ainda que estas componham a maioria dos membros. É liderado oficialmente por homens que conjuntamente trabalham em prol do crescimento do estabelecimento. Consoante com Ângela Sacchi (2003), as indígenas começaram a formular e a se ordenar dentro de estruturas a partir da década de 1990, na Amazônia Brasileira:

Dentre a diversidade de formas organizativas dos povos indígenas em diferentes regiões do Brasil — de professores, mulheres, estudantes, de uma ou várias comunidades locais — mais de 20 são de mulheres. É na Amazônia Brasileira que estão situadas a maior parte das organizações femininas e apenas duas surgiram na década de 1980, caso da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e Associação das Mulheres Indígenas de Taracúá, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT), todas as demais foram fundadas a partir de 1990. Além dessas outras organizações de mulheres passam a assumir um papel mais significativo no movimento indígena. (2003, p. 2-3).

Em vista disto, ao longo das fases, a atuação vem se fortalecendo em amplos aspectos. Dentre eles, cresce a inserção das mulheres cada vez mais dentro das mais diversas ramificações neste viés; participando, por conseguinte, nas tomadas de decisões das associações, nas escolhas feitas — agora não só pelos homens residentes: em uníssono, decidem suas prioridades e os rumos que tomam as suas abrangências. Nessas paragens, logo, são discutidos assuntos, como saúde, conflitos, educação, política.

É importante ressaltar o avanço e a significância que estas mulheres indígenas angariaram ao longo do tempo, qual conquista. Há poucas etapas, as índias não tinham tanto (ou

quase nenhum) espaço no campo onde os homens, anciãos, líderes tinham, e desenvolviam nesses ambientes discussões; todas as decisões referentes à vida da circunscrição:

...as demandas reivindicadas pelas mulheres indígenas demonstram que elas têm unido suas vozes ao movimento indígena nacional, por um lado, mas também desenvolvendo um discurso e uma prática política a partir de uma perspectiva de gênero. Explicitam igualmente um conjunto de restrições ao processo organizativo: as dificuldades em participar de processos de decisão e dos encontros, que são advindas da resistência das próprias comunidades, das lideranças masculinas, do Estado e da sociedade não indígena e também da falta de recursos, capacitação e experiência organizativa. As propostas das mulheres evocam um desafio ao movimento indígena e aos organismos estatais e não governamentais devido às suas especificidades étnicas e de gênero, e são os compromissos e alianças entre indígenas e não indígenas que estabelecem um processo político complexo de autonomia das mulheres indígenas (SACCHI, p. 7, 2003).

Podemos observar, em sequência, estes novos modelos que reestruturam determinados papéis para fêmeas e machos, na alteração e na divisão dos trabalhos para que unanimemente tracem estratégias políticas, vivendo assim no idêntico campo com os respectivos interesses dentro de um universo simbólico, que é extremamente amplo e complexo entre os Ticuna.

Este fica sendo uma característica e um diferencial na associação indígena Umariacú II, na ACIU; onde elas e eles convivem nos específicos contextos, tendo os iguais direitos na povoação e na instituição, até quando ambos exercem atividades diferentes dentro da organização e na produção dos artesanatos. Embora haja femininas e masculinos coexistindo nos cenários; a participação dos homens — assim como a das mulheres — tem suas especificidades e cada um/a exerce funções diferentes.

Destarte, é dinâmico o processo de configuração nas localidades e dentro dos órgãos; o que implica em resultados na vida de cada membro, apresentando-se níveis distintos pela situação de sexo, de similitude, de suas trajetórias de vida, da

vivência com o grupo quando primordial, na participação política, nas tomadas de decisões.

Por outro lado, ao falarmos destes povos, de produções, de vivências, de modos e tradições, de legado, desta herança; percebemos que (nos mais diferentes discursos que cada etnia tem) cada grupo indígena pode ser identificado por intermédio de sua língua, sua arte, sua música, sua comida, seus artesanatos com suas características inerentes num universo simbólico cheio de significados extremamente amplo e complexo de significados.

### **Considerações finais**

Em conformidade com o supracitado, a Associação ACIU com a qual trabalhamos é uma configuração de mulheres e homens. Nada obstante, fazemos um maior enfoque nas mulheres Ticuna que produzem artesanatos e são politicamente ativas nos movimentos sociais que existem em sua associação. Sendo assim e em primeiro lugar, ocorre está vertente, pelo fato de haver pouca documentação respeitante especificamente a estas como agentes principais historicamente — embora se verifiquem muitíssimos estudos extremamente relevantes para a etnologia Ticuna, sob cujo quadro as mulheres aparecem sim, ainda que não protagonizando; e, em segundo lugar, escolhemos associações de fabrico, pelo fator de que, quando morávamos em Benjamin Constant-AM, nos três primeiros anos da graduação, conhecemos muitas mulheres Ticuna que saíam nas ruas com seus itens para venderem ou trocarem (por roupas e sapatos em especial). Neste ínterim, concomitantemente, tivemos esse inter-relacionamento com elas, a quem doamos grande parte de nosso calçado e indumentária em escambo por seus artefatos, e este foi um dos momentos quando pudemos construir uma relação mais próxima das Ticuna de Benjamin.

Neste cenário, propusemo-nos discutir, outrossim, esta ideia que vai além da esfera da casa dessas representantes e ir mais além ao que se refere aos assuntos sociais, políticos, da

população em geral em que se inserem as Ticuna; e observar se estas produtoras se fazem presentes nos palcos de decisões e atividades discutidas relativas à vida desta nação.

Isto posto, trabalhar com os/as Ticuna durante todos estes anos nos possibilitou perceber que historicamente passaram por vários processos de mudanças, de transformações marcantes: constituem um grupo que lutou e que luta por seus direitos em busca de condições melhores — não somente para as associações, ou por interesses individuais; e sim de maneira coletiva. Foi só assim que muitos de seus objetivos foram alcançados a partir do movimento indigenista organizado (situações, tais quais estas, figuram entre as que são construídas no dia a dia da sociedade).

Dessarte é importante frisar que embora o fabrico apresentado pela associação se mostre como um dos meios utilizados para suprir uma das carências financeiras; este individualizador artesanato vem como uma forma de afirmação de identidade cultural. Ele, igualmente, caracteriza-se como um importantíssimo instrumento de manutenção da herança dos ajuntamentos nativos; pois durante o processo de produção dos artefatos — seja na associação ou em suas casas — os agrupamentos (em especial os Ticuna) se reportam às suas festas, mitos, cerimônias, atividades cotidianas e ao conhecimento que possuem sobre sua cultura.

Por vezes, as varoas encontram-se mais presentes no espaço doméstico de suas casas — espaços estes a que tivemos acesso—; mas não por isso deixam necessariamente de afetar e ser parte dessa esfera pública (meios extra casa, onde são feitas as reuniões, onde são tomadas as decisões relativas à vida comum deste país inserto no nosso). Ou seja, pode-se dizer que, muitas vezes, acontece o fenômeno de o ambiente das residências onde essas mulheres produzem os artesanatos atravessar essa circunferência; o que de fato se pode constatar na pesquisa de campo: muitas decisões são tomadas na cozinha dessas moradas e somente efetivadas no espaço mais amplo.

Isto entendido, a feminina participação das índias Ticuna acontece dentro deste patamar, da associação ACIU; espaço este onde estas representantes — juntamente com os cidadãos desta nação, de uma forma ou de outra — fazem suas articulações políticas. Neste entendimento, dentro destas instituições é cada vez maior a respeitante estatística delas; as quais influenciadoras vêm crescendo a cada dia e ganhando mais oportunidade e valorização. Isso, que era antes apenas um ambiente masculino, agora é também uma circunscrição marcada fortemente por um grande contingente delas.

Nos discursos apresentados na Etnografia, tanto as mulheres como os homens da ACIU nos mostram que a cada dia a importância do movimento indigenista abrange questões como suas propriedades (ainda que demarcadas), saúde, educação, segurança na sociedade, para mencionar. São estes fatores fundamentais de discussões dentro do procedimento respectivo — a partir desses componentes é que grande parte dos problemas antropológicos são resolvidos.

As índias Ticuna com as quais pudemos trabalhar — e outras com quem não tivemos tanto contato, somente em algumas poucas conversas — são altamente politizadas. Contudo, saber um pouco mais dessas alterações políticas foi algo construído no transcorrer da vivência com estas colaboradoras; para então entender questões inerentes do cotidiano delas (como, para citar, as negociações dos itens, cujo conjunto comercial é feito grande parte por elas; embora seja realizado pelo lado masculino sempre que conveniente). Atemo-nos aqui a um diferencial: quando estas mulheres vão vender estes artefatos; grande parte das vezes elas vendem mais. Isso sucede, porque — como são elas que confeccionam os objetos — na hora da venda, elas oferecem outros modelos aos clientes. Há oportunidades em que desenham ou falam como eles querem outros objetos, quais alvos. Para isso, dialogam quanto ao tamanho, forma e a utilidade. Por conseguinte, a partir daí a demanda cresce ganhando tanto estas expositoras como a entidade, mostrando-nos que estas atuam.

## Referências

COSTA, Heloisa Lara C. da. *As Mulheres e o Poder*. Manaus: EDUA, 2005.

ERTHAL, R. M. C.. *Atrair e Pacificar: A Estratégia da Conquista*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/MN, UFRJ, 1992.

ERTHAL, R. M. C.. “Para uma cronologia do SPI–Serviço de Proteção aos Índios”. Relatório apresentado ao subprojeto Contato inter-étnico no Alto Solimões. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1983.

GERSEM, dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. LACED/Museu Nacional, 2006.

GOULARD, Jean Pierri. “Los Ticunas”. En: *Guia etnográfica de la alta Amazonía*. Flaso, Sede Ecuador, 1994.

MATOS, Maria Helena Ortolan. *Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo*. Campinas, SP, 2006.

MENDES, Mislene Metchacuna Martins. *O contexto social que possibilitou a criação da organização indígena Tikuna PIASOL*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), 2010.

MOREIRA NETO, C. A.. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750–1850)*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1988.

NIMUENDAJU, Curt. *Os Índios Ticuna*. In: SUESS, Paulo (org.). *Textos Indigenistas*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “O Nosso Governo”: Os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq, 1988.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos*. 4 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996.

ORO, Ari Pedro. *Tükuna: Vida ou morte*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Petrópolis: Vozes, 1997.

PORRO, Antônio. *As Crônicas do rio Amazonas: notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PORRO, Antônio. *O Povo das águas: Ensaio de etno-história amazônica*. RJ: Vozes, 1995.

RODRIGUES, Aryron Dall'igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SACCHI, Ângela. *Revista Antropológicas*. volume7, ano, 2003.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: Guerras e Rebeliões indígenas na Amazônia*. Manaus: Universidade do Amazonas, Ed. da Universidade do Amazonas, 1999.

SOARES, Artemis de Araújo. *Ritual Tikuna e o Corpo*. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, 2004.

UMBARILA, Elizabeth Riaño. *Organizando su espacio, construyendo su territorio: transformaciones de los asentamientos Ticunas en la ribera del Amazonas colombiano*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Unibiblos, 2003.



## **Os Fatores que Impulsionam a Migração Peruana para a Cidade de Benjamin Constant no Amazonas.<sup>1</sup>**

*Frâncio Costa Simão  
Bruno dos Santos Rodrigues*

### **Introdução**

Este estudo foi realizado com o objetivo de compreender quais os principais fatores motivacionais e quais as diferentes trajetórias que os comerciantes peruanos que migraram para o município de Benjamin Constant no estado Amazonas, vivenciaram em seus percursos migratórios. Assim, estudar as cidades amazônicas remete pensar em lugares que carregam em seu bojo diversidades e especificidades em diferentes escalas, que vão além do limite geográfico, da soberania restrita ou relativa de um país, ou atendem interesses em contextos geopolíticos, mas que também contém espacialidades produzidas a partir da vivência de seus moradores que muitas vezes são desprezadas por não fazerem parte da superestrutura, pois que inseridas na vivência de cada um.

A pesquisa sobre a migração de peruanos no município de Benjamin Constant - AM destaca os aspectos importantes da trajetória migratória feita por esses migrantes internacionais, por meio da reflexão sociológica e antropológica é possível entender com mais facilidade a interação do indivíduo com o meio social. Essas questões nos ajudam a compreender que o objeto de pesquisa nos exige, em sua construção, repensar conceitos e teorias que se articulam em todas as etapas da pesquisa.

<sup>1</sup> Publicado nos anais do VII EIPECAM - Encontro Internacional de Ensino e Pesquisa em Ciências na Amazônia. SIMÃO.F.C.; RODRIGUES.B.S. Os fatores que impulsionam a migração peruana para a cidade de Benjamin Constant, no Amazonas: VII EIPECAM - Encontro Internacional de Ensino e Pesquisa em Ciências na Amazônia, 2017, Tabatinga - AM.

A hipótese inicial da pesquisa partiu da crença de que os migrantes peruanos descrevem suas narrativas sobre a trajetória migratória a partir do aspecto econômico, visto que muitos se deslocam com a expectativa de alcançar oportunidades de trabalho. No entanto, reconhecemos que o fenômeno migratório não é simplesmente motivado pelo desejo das pessoas por uma vida econômica melhor, pois compreende redes de amizades e parentesco que se tornam indispensáveis, sendo atualizados, especialmente, nas trocas de bens, valores e informações.

Com essa concepção ficou mais fácil elaborar os seguintes questionamentos: O que motiva os migrantes peruanos a saírem de seu país de origem? A existência de redes familiares e de amizades no local de destino seria uma das estratégias acionadas por esses migrantes em sua trajetória? A compreensão de tais questionamentos requer o reconhecimento de que todos os pesquisadores devem estar abertos a críticas e sugestões, principalmente quando são iniciantes.

A reflexão feita até aqui exige um diálogo que fortaleça a contribuição sociológica à abordagem migratória, uma vez que a sociologia a realiza em situação específica de segmentos sociais migrantes, inclusive aqueles componentes ligados à questão cultural.

### **A Migração de Peruanos para o Brasil**

Atualmente, o processo migratório tornou-se um assunto bastante discutido entre as nações, as quais buscam criar políticas tanto de segurança como de controle na entrada de imigrantes em seus territórios. No entanto, faz-se necessário compreender quais aspectos motivacionais estão ligados a esses fatores migratórios. Entre as principais motivações para a sua prática, Siqueira (2008, p.13), *destaca as questões econômicas a partir da existência de mercados de trabalho secundários nos locais de destino*. De acordo com Barth (2009, p.24) *esclarece que o sentido migratório é muito mais que isso, pois existem*

*outros motivos, como os desejos de vivência em outro país, de mudanças e ampliação do conhecimento de outros processos culturais.*

Essa nova tendência do fenômeno migratório contribui para a compreensão de que a dinâmica da migração é pensada a partir de sua notoriedade no limiar do século XXI. Por isso, quando utilizado o termo migração refere-se a prática de deslocamento tanto a nível nacional quanto internacional, com o intuito de salientar os fatores que estão para além do aspecto econômico, como as relações sociabilidade, por exemplo. Nesta perspectiva, compreende-se a migração a partir do entendimento das redes migratórias, isto é, das teias de relações sociais que valorizam as relações de parentesco, de amizade, de trabalho e de conterraneidade. (SANTOS, 2013 p. 15-16)

Dentro dessa mesma perspectiva, Renner e Patarra (1980, p.54) *esclarecem que a migração pode ser subdividida em dois grupos: as migrações internas e as migrações internacionais.* Os autores deixam explícito que esta divisão é artificial, pois as motivações para migrar, os tipos de pessoas que migram e os efeitos sociais de ambos os tipos de migração são semelhantes. Santos (2013, p.18) *diz que é possível concordar com os referidos autores no sentido de entender que as migrações internacionais são um continuum e fazem parte do processo das migrações internas de diferentes países.*

A partir da segunda metade do século XX foi possível perceber o aumento expressivo de migrantes dirigindo-se para os países em desenvolvimento do continente americano. Países da América do Sul como o Brasil, a Argentina e a Venezuela passaram a receber um fluxo cada vez maior de migrantes dos países vizinhos. Contrariamente às migrações dos séculos XIX e XX, as migrações atuais na América do Sul registram dinâmicas migratórias que vinculam os países de origem com outros destinos migratórios dentro da própria América do Sul. (SANTOS, 2013, p. 20-21)

Em torno dessa nova configuração, chama atenção, no contexto urbano brasileiro, a presença crescente, a partir da década de 1950, de migrantes peruanos, que passaram a se inserir em alguns setores do mercado de trabalho brasileiro, tais como, comércio, saúde, educação, gastronomia, entre outros.

As razões que levaram esses migrantes a saírem de seu país de origem são múltiplas, porém, é possível destacar a proximidade geográfica entre o Peru e o Brasil como um dos pontos mais impulsionadores desta corrente migratória.

De acordo com Silva (2011, p. 12), *muitos dos peruanos que vivem em solo brasileiro são oriundos da Amazônia Peruana ou da capital, Lima*. Para Oliveira (2007, 31), “*durante muito tempo a cidade de São Paulo foi o destino mais procurado pelos migrantes peruanos que optaram pelo Brasil*”. Entre os motivos desta escolha, a mesma autora destaca o fato desta cidade ser uma grande metrópole, podendo apresentar grande diversidade cultural e maiores possibilidades de emprego. Contribuindo com este pensamento, Santos (2013, p. 30-31) diz que:

A partir da década de 1980 algumas cidades da Amazônia brasileira também passaram a ser ponto de referência para a migração de peruanos. Muitos passaram a escolher Manaus, capital do estado do Amazonas e uma das principais cidades da Amazônia brasileira, para reconstruírem suas vidas. Outros seguiram sua trajetória rumo ao extremo norte do Brasil, fixando moradia em Boa Vista, capital do estado de Roraima, ou em Pacaraima, cidade que faz fronteira com a Venezuela.

### **A Migração Peruana para a cidade de Benjamin Constant no Amazonas**

O movimento migratório e a dinâmica do comércio desenvolvido pelos imigrantes peruanos em Benjamin Constant, no estado do Amazonas, possuem um mercado heterogêneo, composto por brasileiros, peruanos, colombianos, brasileiros, indígenas, sendo que os peruanos ganham suas vidas em comércios formais (hotelaria, restaurante, salão de beleza, autopeças, mercadinhos, lojas de vestuário), comércios informais (pequenas tabernas de eletrônicos importados, bijuterias, brinquedos), e comércios subinformais (vendedores ambulantes, e comunidades agrícolas israelitas).

Assim a pesquisa exploratória identificou diferentes atividades comerciais dirigidas por imigrantes peruanos, em seguida, fez a utilização de uma entrevista padronizada e estruturada identificando os principais aspectos motivacionais

nesses movimentos migratórios. Este estudo, foi aplicado em 20 comércios distribuídos em toda zona urbana de Benjamin Constant-AM, podendo estes encontrar-se nos bairros: Coimbra, Bom Jardim, Cidade Nova, Centro e Colônia.

O município de Benjamin Constant tem seus limites assim definidos: Ao Norte com o município de Tabatinga e uma pequena faixa com o Peru; A Leste com São Paulo de Olivença; Ao Sul com Jutai, Eirunepé, Ipixuna e ao Oeste com o município de Atalaia do Norte. O clima de Benjamin Constant é tropical, chuvoso e úmido, temperatura, máxima de 40°C, média de 25°C e mínima 15°C (Prefeitura Municipal de Benjamin Constant – PMBC, 2016).

O acesso à cidade de Benjamin Constant no território nacional ocorre de duas formas, sendo que a mais usual pela população local se realiza via fluvial; já a outra forma de acesso ocorre através de dois meios o aéreo (Trecho Manaus-Tabatinga) e o fluvial em embarcações locais (Trecho Tabatinga-Benjamin Constant). Outra forma de acesso ocorre via internacional pelos territórios da Colômbia e do Peru. Nesses casos percorrem-se os rios Solimões e Javari, tendo como entrepostos fluviais as cidades de Iquitos, Caballo Cocha, Santa Rosa, Islândia (no Peru), Leticia (na Colômbia) e Atalaia do Norte (Brasil) (SILVA, 2015, p. 23).

A população do Município de Benjamin Constant, segundo o IBGE (2016), é de 40.417 habitantes. Percebe-se a presença de imigrantes haitianos, peruanos e colombianos onde muitos já possuem comércio e lojas na cidade que buscam emprego e moradia. A maioria destes imigrantes vive de forma irregular, trabalhando no comércio popular, Benjamin Constant é o segundo maior município mais desenvolvido na Calha do Solimões depois de Tabatinga, os demais municípios pertencentes da região são Tabatinga, Amaturá, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Tonantins, Santo Antônio do Içá.

Os principais logradouros públicos, no tecido urbano, estão localizados no Bairro do Centro, além dos bairros Coimbra, Colônia, Cohaban, Javarizinho, Umarizal, Bom Jardim, Cidade Nova e Castanhal (PMBC, 2016).

Conforme o resultado obtido com a entrevista aplicado aos vinte estabelecimentos comerciais, situados nas áreas comerciais do Município de Benjamin Constant-AM, considerou-se o sexo e a faixa etária dos (as) comerciantes. Estes dados coletados geram informações a respeito da dominância de homens ou mulheres que estão à frente dos comércios.

De acordo com os dados coletados, compreende-se uma predominância de 61% dos homens como proprietários dos comércios. No entanto, faz-se necessário destacar que o sexo feminino, caracterizado pelas mulheres peruanas, possui uma significativa participação no comando dos comércios (39%). Já a faixa etária destes comerciantes peruanos (as), possui uma variabilidade, na qual há uma dominância de 61% que se encontra em uma faixa entre 30 a 40 anos, seguido de 11% entre 40 a 50 anos e 17% acima de 50 anos, sendo que apenas 11% são comerciantes jovens entre 20 a 30 anos.

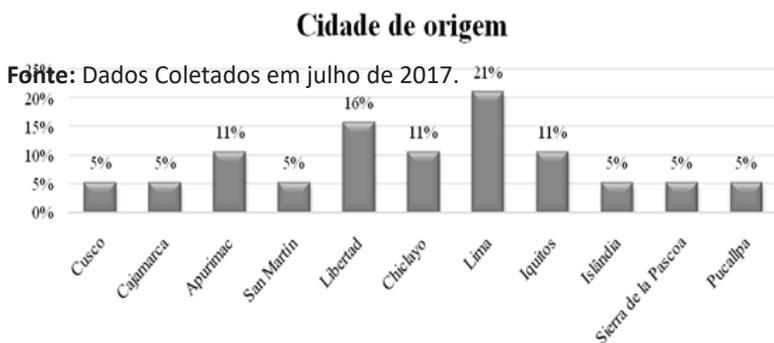
Conforme estes dados nota-se que à proporção que está em consonância com o mercado, é de grande maioria chefes de família (pai ou mãe), sendo que são pessoas adultas, que possuem responsabilidades com filhos e companheiros, em casos específicos as mulheres quando viúvas assumem os comércios e buscam gerenciá-los, mantendo assim toda a família.

Mediante os resultados da pesquisa, confirma-se que o perfil dos comerciantes peruanos que atuam nos comércios benjaminense, este em sua grande maioria do sexo masculino, mais com forte presença das mulheres, entre uma faixa etária com variabilidade de 30 e até mais de 50 anos, configurando-se em comerciantes que possuem laços familiares, sendo que 33% destes são casados, 28 % vivem um relacionamento de convivência ou amigável. Porém, 33% desse grupo de comerciantes atualmente encontra-se solteiros ou separados, e apenas 6% são viúvos. Dessa maneira, pode-se perceber que o atual comerciante peruano são chefes de família seja homens ou mulheres, mas responsáveis pelos filhos, comércios e demais familiares.

## Os fatores que impulsionam a migração peruana Benjamin Constant-AM.

Fez-se necessário, identificar qual a cidade de origem desses comerciantes peruanos, para assim compreender suas raízes e nacionalidade. O gráfico 01, apresentará as principais cidades onde estes comerciantes nasceram antes de migrarem para território brasileiro.

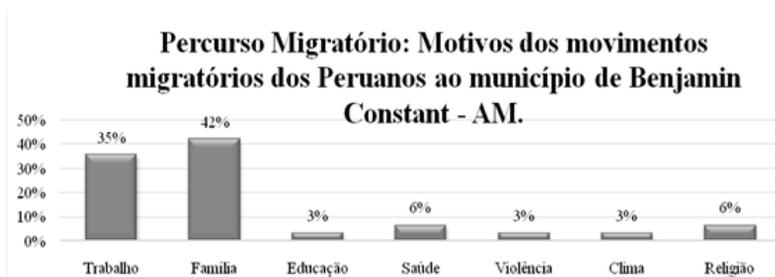
**Gráfico 01:** Cidade de Origem.



De acordo com o gráfico, verifica-se que os imigrantes peruanos advêm de diferentes cidades do seu país Peru, sendo que 21% destes vem de Lima capital peruana, seguido de 16% do estado de Libertad, 11% dos estados de Apurimac e Chiclayo e da cidade de Iquitos, por fim, os demais 5% são das cidades de Cusco, Cajamarca, San Martín, Islândia, Sierra de La Pascoa e Pucallpa.

Com isso, verifica-se uma forte presença dos peruanos, os quais se deslocam de diferentes cidades do Peru em busca de oportunidades de trabalho e até mesmo influenciados pelos familiares, como também por outros fatores, como mostra o gráfico 02:

## Gráfico 02: Motivos de Migração dos comerciantes peruanos



Fonte: Dados coletados em julho de 2017.

Segundo dados acima mencionados, verifica-se que os imigrantes peruanos, são impulsionados por diferentes fatores durante o seu percurso migratório, sendo que 42% destes afirmam serem influenciados pelos seus familiares, ou seja, pais, mães, alguns filhos e até mesmo pelos avós, seguido de 35% motivados por novas oportunidades de trabalho e crescimento profissional.

(...) fiquei curioso em conhecer outras formas de trabalho aqui no Brasil, mas foi influenciado mesmo pela minha mãe. E aqui em Benjamin Constant temos oportunidade de trabalho, e hoje tenho minha própria padaria e posso oferecer melhores condições de vida aos meus filhos, esposa e mãe. (Proprietário de Panificadora).

Percebemos que os comerciantes, por sua vez, dizem ter deixado o país pressionado pela falta de oportunidades, vendo-se obrigados a migrar em busca de novos meios de trabalho, além da possibilidade de residir no Brasil junto aos seus familiares. No entanto, fatores como a Saúde (6%) e a Religião (6%) atualmente possuem grande impacto na decisão dos imigrantes peruanos, como relatado a seguir:

(...) nasci no Peru, eu vim para o Brasil por causa da peregrinação da minha religião e a gente fica morando no vale do Javari, a gente tem plantações e vem pra Benjamin vender verduras, bananas, batatas, e sai da comunidade de Javari porque está dando muita malária, e lá não tem remédio pra gente, por isso vim morar em Benjamin. E os outros que moram no Vale do Javari tão ficando doente, porque não

saem da comunidade e não vem para cidade se cuidar. (Comerciante de uma pequena taberna)

Conforme o relato acima apresentado percebe-se que doenças como a Malária são causadoras também do constante fluxo de imigração de peruanos para território brasileiro, especificamente em Benjamin Constant, em busca de tratamentos médicos, prevenindo tantos seus familiares como a si próprio de doenças contagiosas. Porém, nota-se que a entrevistada cita a sua peregrinação religiosa como fatores migratórios, reafirmando este relato, a próxima entrevistada relata que o seu deslocamento de sua cidade se deve a sua religião, pois seu patriarca que é de denominação religiosa israelita, diz que:

(...) nos os Israelitas do Nuevo Pacto, temos que buscar a “tierra prometida”, que fica em um lugar que só o líder da família conhece. Por isso vamos viajando, pouco a pouco, para lugares na Amazônia peruana. Meu pai chama de “emigración a la Montaña”, por isso moramos na Comunidade de Javari, mais tem muita malária, e a profecia diz que os rios vão secar, as doenças vão aparecer, as plantas não vão nascer, pessoas vão matar uma e outra, então temos que seguir peregrinando até encontrar a “tierra prometida”.

Através da análise, verificou-se que a motivação, “bem estar familiar” e trabalho prevalecem como principais aspectos motivacionais de imigração dos peruanos. Entretanto, fatores como a saúde e a religião são fortes influenciadores na decisão desses comerciantes, os quais seguem uma doutrina e filosofia religiosa que os impulsiona em busca de novas terras, porém durante a sua peregrinação estes são afetados com doenças contagiosas, reprimidos e violentados por outros povos, vivenciando várias dificuldades durante este percurso, como o clima (3%) e a violência (3%). Em contrapartida, entra a educação (3%) como meio de estes conhecerem melhor o país que estão se inserindo, buscando informações a respeito de oportunidades de trabalho, de estudos e de crescimento profissional, garantido assim a sua sobrevivência durante esse percurso migratório.

A partir da análise dos fatores que influenciaram no deslocamento dos comerciantes peruanos, fez-se necessário identificar quais os meios de transporte utilizados para se chegar ao Brasil, sendo identificado com a pesquisa: o avião, ônibus, barcos, lanchas e canoas. Porém são utilizadas duas rotas, a primeira é compreendida pela viagem de ônibus, os quais saem de suas cidades que são próximas a capital Lima e em seguida embarcam em voos direto ao Brasil com destino a cidade de Manaus, e desembargam no município de Tabatinga, os quais embarcam em Lanchas e seguem pra Benjamin Constant, esta rota é mais utilizada por grandes comerciante e até mesmo turistas e alguns familiares desses comerciantes que residem em solo benjaminense.

A segunda rota é utilizada pela grande maioria dos imigrantes peruanos com destino aos municípios fronteiriços do Brasil, pois estes saem de suas cidades em ônibus e vão até a cidade de Iquitos, embarcam em barcos ou lanchas e se encaminham até a cidade de Islândia, em seguida utilizam canoas para que possam chegar até o porto fluvial de Benjamin Constant – AM.

### **Considerações finais**

A partir dos resultados analisados, verificou-se que os comerciantes peruanos se deslocam de diferentes localidades, do seu país Peru, bem como: Lima capital peruana, seguido dos estados de Libertad, Apurimac, Chiclayo, Iquitos, Cusco, Cajamarca, San Martin, Islândia, Sierra de La Pascoa e Pucallpa, os quais para se chegar ao Brasil utilizam meios de transporte como, o avião, ônibus, barcos, lanchas e canoas.

São utilizadas duas rotas, a primeira rota é compreendida pela viagem de ônibus, os quais saem de suas cidades que são próximas a capital Lima e em seguida embarcam em voos direto ao Brasil com destino a cidade de Manaus, e desembargam no município de Tabatinga, os quais embarcam em Lanchas e seguem pra Benjamin Constant, esta rota é mais utili-

zada por grandes comerciantes e até mesmo turistas e alguns familiares desses comerciantes que residem em solo benjamin constantense. A segunda rota é utilizada pela grande maioria dos imigrantes peruanos com destino aos municípios fronteiriços do Brasil, pois estes saem de suas cidades em ônibus e vão até a cidade de Iquitos, embarcam em barcos ou lanchas e se encaminham até a cidade de Islândia, em seguida utilizam canoas para que possam chegar até o porto fluvial de Benjamin Constant – AM.

Os principais fatores motivacionais destacados baseiam-se na busca do “bem-estar familiar” e trabalho, porém, fatores como a saúde, a religião, o clima e a violência e a educação, são determinantes durante este percurso, os quais seguem doutrinas religiosas e familiares que influenciam em suas decisões durante todo o percurso, os quais em sua maioria se encontram aceitos e pretendem continuar residindo e buscando oportunidade que o mercado local oferece para que cresçam profissionalmente e financeiramente.

Dessa forma, a realidade fronteiriça desta pequena parte da Amazônia revela uma dinâmica peculiar, uma pluralidade sociocultural e práticas locais entrelaçadas às globais, o que faz desta região um lugar ímpar e múltiplo, apesar do caos e desordem, como parte desta realidade, é um lugar de pessoas simples que lutam diariamente pela sobrevivência, mas que nunca perdem a esperança de uma vida melhor, mesmo diante da invisibilidade social e política. Na cidade de Benjamin Constant é muito forte a presença do imigrante peruano que tem como fator de atração a oportunidade de trabalho no terceiro setor, com atuação no comércio formal, informal e subinformal. Sua atuação pode ser constatada na área comercial da cidade, em pequenos estabelecimentos, como vendedores ambulantes, no mercado, na feira, praça, e os pequenos estabelecimentos comerciais vêm se expandido para alguns bairros da cidade.

Trata-se da comercialização de produtos acessíveis quanto ao preço, voltados para o consumidor pauperizado. A

falta de estímulos à produção favorece ainda mais o comércio de estrangeiros em Benjamin Constant, assim como na região do Alto Solimões, o que vem tonando os municípios da região dependentes do comércio de produtos dos países vizinhos Colômbia e Peru. A ação fragmentária do Estado para fortalecer as bases econômicas da região oportunizou o crescimento do comércio estrangeiro na cidade de Benjamin Constant, bem como nas diversas cidades do Alto Solimões.

São fragmentadas e descontínuas as políticas direcionadas ao desenvolvimento da economia local que busque proporcionar trabalho e renda, associada à incipiente fiscalização devido a precária atuação dos governos municipal, estadual e federal que terminam por favorecer o comércio informal e ilegal de estrangeiros nesta região. Esses fatores têm contribuído significativamente para o crescimento desse comércio em Benjamin Constant e região do Alto Solimões.

### **Referências**

BARTH, Daiani Ludmila. Brasileiros na Espanha: Internet, migração transnacional e redes sociais. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. 2000. Disponível em: < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 de junho 2016.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Mobilidade humana na tríplice fronteira Peru-Colômbia-Brasil e seus reflexos na cidade de Manaus (AM). In: SEYFERTH, Giralda / PÓVOA, Helion / ZANINI, Márcia Catarina; SANTOS, Mirian (Orgs.). *Mundos em movimento: Ensaio sobre migrações*. Santa Maria: Editoraufsm, 2007.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Migrações fronteiriças: Uma reflexão necessária no Amazonas. Anais V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil. Salvador: 30 de setembro a 03 de outubro de 2008.

RENNER, C. H.; PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS, L. F.; SZNRICSAGI, M. F. (Orgs). *Dinâmica da população: Teoria, métodos e técnica de análises*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT – PMBC/AM. *Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo 2014 à 2024*. Benjamin Constant, janeiro de 2016.

SANTOS, Alessandra Rufino. *Trajetórias migratórias e identidades reveladas: A presença de peruanos em Boa Vista/RR*. Boa Vista: UFRR, 2013.

SILVA, Sidney da. *Peruanos em Manaus, Boa Vista e Pacaraima: Trajetórias e processos identitários*. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 07 a 10 de agosto de 2011.

SIQUEIRA, Sueli. *Migracion y las distintas formas de retorno al suelo natal. Uma perspectiva transnacional*. In: Simposio Internacional Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones. Barcelona: Universitá Autonoma del Barcelona, 14 y 15 de febrero de 2008.



## **Microempreendedor Individual (MEI): Os Benefícios da Formalização para a Economia do Estado do Amazonas**

---

*João Clovis de Oliveira Costa  
Kamilla Ingrid Loureiro e Silva*

### **Introdução**

O Surgimento de Microempreendedores Individuais (MEI) no Brasil deu-se a partir de 2008, consolidando a categoria no país. No ano em que fora promulgada a Lei, estabeleceu-se os padrões de formalização para a categoria, segundo o Portal Tributário. Que, ao mesmo tempo, se tornaria a porta de entrada principal para o trabalhador informal que, por sua vez, não detinha o conhecimento, tampouco, a condição necessária para fazer as atribuições legais que a legislação daquele período exigia. Fato este, que levou o Governo Federal a rever a burocracia existente na época que, do ponto de vista econômico, necessitava resolver a movimentação dos ganhos públicos até então, fechando no vermelho, pela falta de arrecadação que se perpetuava ano após ano no Produto Interno Bruto – PIB. Para arrumar este cenário, o Governo Federal resolveu criar às Leis de incentivo e adequação à Pessoa Jurídica – PJ, o que naquele momento, teria um impacto direto no processo tornando bem menos moroso a constituição e baixa de uma empresa, segundo o Ministério da Fazenda.

Se olharmos do ponto de vista macroeconômica, veremos uma realidade intrinsecamente propícia às empresas de grande porte no mercado, porém do ponto de vista microeconômico, são os Microempreendedores Individuais, Micro Empresários e as Empresas de Pequeno Porte que impulsionam a economia do país, impulsionando com elas, o setor financeiro regional/local. O primeiro reúne todo o potencial econômico

do Estado do Amazonas e consolida o indicador financeiro de ação das multinacionais e o segundo, atua na Capital Manaus e nos Municípios do interior do Estado, proporcionando diretamente a movimentação financeira das localidades agregando postos de trabalho para aqueles que estão em disposição do mercado; e injetam dinheiro no fluxo diário daqueles locais.

No Amazonas, a prática comercial para empresas de qualquer natureza, exige punhos fortes e visão ampla dos empreendedores, especialmente por se tratar de uma região que está no extremo norte do Brasil onde, mesmo com o Polo Industrial de Manaus - PIM tem que importar grande quantidade de material, seja de matéria-prima para a indústria de transformação do setor primário, seja para compra de produtos manufaturados do setor terciário. Nesse gargalo de extremos, vemos os Micros Empreendedores Individuais - MEI que, por sua vez, estão à margem das médias e grandes empresas, contrastando no cenário amazonense como promessas de independência financeira individual e colaboradores de postos de trabalho diretos e indiretos. Nesse sentido, a categoria já detém números expressivos no Estado. Segundo Relatório de Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira - Região Norte do Sebrae<sup>1</sup> divulgado em Fevereiro/2015, tendo como período apurado: os anos de 2009 a 2011:

no setor de serviços (87,7%) com predominância do comércio (54,1%), seguido por outros serviços (28,7%) e com pequena participação dos transportes, com 4,9%. A segunda atividade mais importante dentro dos serviços, para todas as categorias de porte de empresas é a que agrega os outros serviços, em que as médias empresas aparecem com 23,9% e as empresas de grande porte com 41,9%. Analisando o bloco das indústrias no Estado do Amazonas, temos uma formação mais concentrada nas médias e grandes empresas. Dentro da estrutura das MPE o setor industrial participa com 12,3% do número de unidades locais; já as médias e grandes empresas participam, em suas estruturas, com 36,2 % e 17,3%, respectivamente, com destaque para a indústria de transformação.

A atividade comercial nos últimos anos, desde a criação das Leis de incentivo às empresas, foram facilitadores no

---

<sup>1</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

sentido de fortalecimento no setor comercial no Amazonas, e na elevação dos Indicadores de desempenho em todos os municípios, elevando também, o fluxo de rentabilidade dos empreendedores. Como diz Mendonça (2012), a atividade comercial, portanto, encontra-se no setor terciário da economia. O comércio interno que envolve a troca de produtos entre as diferentes cidades, Estados e regiões do país; e a atividade comercial propriamente dita, que pode ser praticada no atacado ou no varejo.

O tema escolhido que trata dos Benefícios da Formalização para a Economia do Estado do Amazonas, evidencia a necessidade de legalização do negócio, justamente por que a formalização objeto deste trabalho trará benefícios à arrecadação estadual, projetando crescimento econômico e social, bem como proporcionará ao Empreendedor, melhores formas na busca por incentivos, estes, de ordem financeira ou para a aquisição de estoque para seu negócio, tornará possível direitos fundamentais sociais, como: auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria, este último, “sonho” de muitos, sem dependência de terceiros.

Uma vez mencionado o problema é importante determinar e Incentivar a formalização no Estado, sendo essa, uma forma de aumentar a receita e ainda poder reduzir a carga tributária, partindo do princípio que, existindo mais contribuintes formalizados, haverá maior recolhimento de impostos e, diminuição do valor tributário final para o Empreendedor. Dessa forma, a questão pertinente nesse processo, é: Como motivar a formalização do trabalho informal para o crescimento econômico do Estado do Amazonas?

### **Aspectos Teóricos**

É importante salientar, que a formalização é um direito, mas também um dever do empreendedor, visto que através dela, o empreendedor terá a possibilidade de se cadastrar em fontes de distribuição, fontes de crédito, incorporar

contas empresariais, agregando a isso, a possibilidade de crescente faturamento, entre outros. Sabedores desse aspecto faz-se relevante um estudo que identifique as causalidades e os impactos que oneram e tornam morosa a adequação dessa classe de empreendedores, que por desconhecerem informações, têm receio de optar pela formalidade. Mas, sobretudo, mostrar o quanto se faz necessário o processo de formalização, uma vez que com este cenário melhor estruturado o Estado terá maior arrecadação tributária, o que conseqüentemente, elevará seu PIB em relação à arrecadação nacional.

O custo da carga tributária, muitas vezes assusta o contribuinte que passa por dificuldades financeiras no início da sua formalização, quando o negócio ainda está dando os primeiros passos, sobretudo quando este não tem o apoio logístico e financeiro adequado para as necessidades pessoais e empresariais. Neste trabalho, evidenciaremos os fatores que contribuem diretamente para estes medos e prerrogativas, que muitas vezes, se tornam o “bicho papão” do contribuinte. Observamos ainda, que existe tamanha necessidade de um empreendedor sair da clandestinidade se inscrevendo no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, por inúmeros fatores, os quais serão mencionados no decorrer deste trabalho.

A agregação de valores específicos, programas de financiamento de produtos e capital de giro, o combate à fraude, o combate à pirataria e a produtos contrabandeados e/ou roubados, são exemplos de sonegação fiscal que marginalizam a atividade informal e enfraquece os cofres públicos tirando da sociedade o direito a serviços básicos de qualidade. Quando seguimos para o campo da economia, percebemos que o caminho a ser percorrido é longo.

Por outro lado, considerando que os microempreendedores individuais são parcela crescente no Brasil e no Amazonas, temos então, a necessidade de pensar em novas políticas de distribuição de renda, visando à proporcionalidade das classes menos favorecidas da população.

Com isso, a importância da formalização das microempresas no Estado do Amazonas se dá do ponto de vista econômico-comercial e socioeconômico, o primeiro, por garantir “sobrevivência” fiscal para o Estado e, o segundo, para garantir emprego e renda para a população e ainda, condições de desenvolvimento e estrutura dos negócios a serem empreendidos nos mais diversos setores.

Onde, o processo de formalização pode ser entendido como uma via de mão dupla, dos quais, por um lado, está a necessidade de buscar mercado local com maior potencial e qualidade, ao passo que, as atividades de abastecimento, estoques de qualidade, menor carga tributária, fortalecimento da atividade comercial no Estado, será crescente. Fato, é que todo o empreendedor deseja expandir seu negócio, o que se busca é o crescimento, quanto mais acentuado for, melhor. Dessa forma a atividade comercial local tende a maximizar seus ganhos e a “injeção” financeira do Estado terá fluxos crescentes.

### **Metodologia**

Na vertente acadêmica-social, o estudo vem disponibilizar material didático, com efeito, de estudo bibliográfico, na forma de Artigo Científico, onde, se procura lançar uma visão esclarecedora a respeito do tema e fixar para o público alvo (Empreendedores), os motivos para estes, efetuarem a transição entre a informalidade e a formalização.

O trabalho é benéfico, no sentido de esclarecer pontos ocultos e/ou nebulosos quanto à formalização e reafirmar a necessidade da formalização. Com isso, poderemos demonstrar a importância da legalização das microempresas no Estado do Amazonas, não só do ponto de vista econômico, mas garantindo condições de desenvolvimento regional nos mais diversos setores sejam eles de serviço ou comerciais.

Tecnicamente falando, uma empresa é uma unidade econômico-social, compreendida por elementos de capital humano, material, técnico e financeiro, que tem como objetivo as

utilidades através de participação no entreposto local de bens e serviços. Utiliza-se de fatores produtivos como: trabalho, terra e capital financeiro. Sendo assim, faz-se uma analogia entre o que se precisa e o levantamento bibliográfico que deu vida a este trabalho, o que para Antônio Carlos Gil, remete a:

O levantamento bibliográfico preliminar depende de muitos fatores, tais como a complexidade do assunto e o nível de conhecimento que o estudante já dispõe a respeito. Não se pode definir de imediato que material deverá ser consultado. A experiência, porém, demonstra que é muito importante buscar esclarecer-se acerca dos principais conceitos que envolvem o tema de pesquisa, procurar um contato com trabalhos de natureza teórica capazes de proporcionar explicações a respeito, bem como com pesquisas recentes que abordaram o assunto. (GIL, pág. 61)

## **Resultados e Discussão**

As empresas são classificadas de acordo com a atuação econômica que desenvolvem. Existem, por exemplo, as empresas do setor primário recursos a partir da natureza, compreendem as: agrícolas, pesqueiras ou pecuárias, as empresas do setor secundário (de transformação de matérias-primas), são: industriais e construção civil e as empresas do setor terciário, prestação de serviços ou comércio. (MENDONÇA 2012)

Outra classificação é possível de acordo com a sua constituição jurídica. Existem empresas individuais (que pertencem a uma única pessoa, objeto deste trabalho) e societárias (constituídas por várias pessoas). Esta última, as sociedades, podem ser anônimas, de responsabilidade limitada e de economia social (cooperativas).

Sua definição também se dá de acordo com a respectiva titularidade do capital. Assim, mencionaremos as empresas privadas (cujo capital está nas mãos de particulares), as públicas (controladas pelo Estado), as mistas onde: o capital é partilhado por particulares e pelo Estado e as empresas de autogestão em que: o capital é propriedade dos trabalhadores. Como afirma Bezerra (2001 *apud* DAVIS 1999, pág. 47):

Uma pequena empresa é caracterizada por ser gerida pelo seu proprietário, por possuir poucos empregados, ou poucos produtos ou linhas de produção, baixo capital de giro, baixas despesas, pequena área de atuação, conhecimento limitado de tecnologia.

A figura do proprietário, pessoa física, se confunde com a pessoa jurídica, porém não é a mesma coisa, uma vez que o primeiro tem condição limitada precívél e o segundo, por sua vez, não tem.

Diferentes atividades e números de sócios distinguem diferentes tipos de empresas. E é importante saber quais são e como se distinguem antes da abertura e/ou formalização, isso reflete as responsabilidades na administração do negócio. Mas, quais são os tipos, como se diferenciam e quais são os portes de empresas conforme a legislação? Conforme a Lei 123/2006, Código Civil (lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002) relaciona seis tipos de empresas ou sociedades empresárias, entre seus artigos 980-A e 1039 a 1092, a seguir:

**a. Sociedade Empresária Limitada ou LTDA**

Esse tipo de empresa é aquele no qual o negócio tem dois ou mais sócios, o que explica o seu nome. Quanto ao termo Limitada, refere-se ao fato de que os sócios são responsáveis financeira e administrativamente pela empresa conforme o capital social que aplicaram e a cláusula de exercício de administração do contrato social. Por isso, os envolvidos não respondem pelas dívidas empresariais, por exemplo, com todos os seus bens pessoais. Os patrimônios de pessoa jurídica e pessoas físicas são legalmente separados.

**b. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)**

A EIRELI funciona da mesma forma que a Limitada, mas a lei exige um capital mínimo de 100 (cem) salários mínimos, 100% integralizado na abertura. A diferença entre elas é que a EIRELI sempre é formada por apenas um sócio, da seguinte forma: Ele toma decisões sozinho, por ser o único envolvido; tem seu patrimônio separado daquele da empresa; Responde financeiramente por ela até o limite do capital social; E usa na empresa um nome empresarial, não o seu nome.

**c. Empresa individual**

Na empresa individual o empresário não é sócio, mas proprietário dela. Inclusive, o nome empresarial tem de ser o mesmo do empresário, apenas tendo a opção de escolher o nome fantasia, por exemplo: SERTECON – Serviços Técnicos Contábeis. Neste caso, mesmo que exista um capital social, o proprietário responde 100% pelo ne-

gócio, podendo ter todo seu patrimônio pessoal tomado para cobrir dívidas empresariais em aberto.

Outra diferença entre esta e as demais é que a empresa individual não tem contrato social. Por não haver sócios, apenas um Requerimento de Empresário é formalizado com os dados de empreendedor e empresa — pois não há necessidade de haver cláusulas restritivas para a atuação do proprietário.

#### **d. Microempreendedor Individual (MEI)**

Também é uma empresa individual, pela qual o proprietário — que dá seu nome ao negócio — é totalmente responsável, inclusive com seus bens de pessoa física. MEIS, logo na abertura, são automaticamente enquadradas no Simples Nacional, não tendo liberdade de escolha por regime tributário. Além disso, não podem faturar mais de R\$ 60 mil anualmente. Caso ultrapassem o valor, devem fazer a transição para empresa individual.

Outra restrição é quanto ao número de funcionários, que não pode passar de um. Por isso, se o empreendedor tiver a necessidade de contar com mais mão de obra, precisa mudar o tipo de empresa para contratação.

#### **e. Sociedade Simples (SS)**

Uma SS, em termos de abertura, contrato social e formalização nos órgãos públicos, tem algumas semelhanças com a sociedade limitada. A característica específica de Sociedades Simples é a finalidade. Ela é uma empresa que une prestadores de serviços para atividades intelectuais, técnicas e científicas. Por exemplo, arquitetos ou advogados podem optar por este formato ao abrirem suas empresas, caso tenham sócios da mesma área.

#### **f. Sociedade Anônima (SA)**

SAS são empreendimentos com capital social dividido em ações, diferente dos sistemas de quotas utilizados por outros tipos de empresas. A Sociedade Anônima é dividida ainda em dois subtipos:

SA de capital aberto: é a organização que vende ações na bolsa de valores ao público geral por intermediação de instituições financeiras, como bancos e corretoras;

SA de capital fechado: também tem o capital dividido em ações internamente entre os sócios e outros interessados ou convidados. Mas não conta com capital aberto ao público em bolsa de valores.

A letra “D” no entanto, é o objeto deste projeto, com tudo, se faz importante pesquisar bastante sobre todas as modalidades apresentadas aqui, de modo a tomar a decisão de abertura mais assertiva. Isso não só ajudará a obter vantagens em relação a tributos, como também evitará dores de cabeça com o governo, caso escolha erroneamente. Igualmente, prevenirá a necessidade de mudar de modalidade logo após o regis-

tro, caso tenha optado por um tipo por equívoco, o que o fará enfrentar novamente todo o processo de regularização. Consequentemente, tomar a decisão certa, poderá reduzir gastos e ainda poupar um bom tempo com processos burocráticos.

### **O Microempreendedor Individual – (MEI)**

O fator que causa o crescimento da informalidade na economia é classificado como econômico. Por exemplo, de causa econômica está o fator que atua sobre as leis do mercado, que podem ser regionais, nacionais ou internacionais. Segundo o Sebrae (2014) a legalização garante ao indivíduo vantagens como aposentadoria, décimo-terceiro, auxílio doença, salário maternidade e pensão por morte. E à empresa, a formalização abre oportunidades como participação em editais, licitações e acesso a financiamentos. Os benefícios se aplicam diretamente ao custo da formalização, principalmente no que se refere ao pagamento de impostos.

O mercado formal tem expressiva importância para a economia regional, essa realidade é percebida segundo os dados do RELATÓRIO ESPECIAL – “Benefício de Ser Empresário” do SEBRAE de Maio/2016, onde na opinião de entrevistados amazonenses a cerca das Perguntas da Enquete: Na sua opinião atualmente, qual o principal “benefício” para se tornar empresário (a)?, responderam:

	<b>AMAZONAS</b>
Manter a renda	37%
Se realizar como empreendedor	30%
Conciliar trabalho e família	15%
Independência financeira	11%
Outros	1%
Não sabe/nqr	6%
<b>Total</b>	<b>100%</b>
Ranking “manter a renda”	5º

Ainda sobre essa pesquisa de opinião, o Ranking de 5º lugar Nacional no item, “Manter a Renda” deu ao Amazonas a 2ª posição na Região Norte. Só no Estado, são mais de 62.750 optantes do SIMEL. As micro e pequenas empresas são importantes para o desenvolvimento social e econômico dos municípios, na maioria das cidades brasileiras os pequenos negócios das áreas urbanas e rurais representam quase a totalidade das atividades empresariais neles desenvolvidas. Esses comércios, de uma forma ou de outra, fortalecem a economia local, geram empregos e melhorando a distribuição de renda, o que também contribui para a arrecadação de impostos e, conseqüentemente, futuras ações de investimentos no bem-estar-social e na qualidade de vida dos munícipes. Conforme a Lei Complementar 128/2008, que altera a Lei Complementar nº 123/2006, insere no cenário jurídico nacional a figura do Microempreendedor Individual – MEI encontram-se as diretrizes:

Com vigência a partir de 01 de julho de 2009, estabelecendo diretrizes e benefícios ao qual condiciona trabalhadores informais a se legalizarem. Porém, o Governo Federal decidiu aplicar mudanças nas regras da tributação, do programa do Simples Nacional, especificamente direcionada ao Microempreendedor Individual ampliando em 50% os limites de faturamento previstos, após a criação e sanção da Lei Complementar 139/11, permitindo que mais empreendedores participem do regime que simplifica o entendimento e diminui a tributação. As alterações supracitadas serão aplicadas da seguinte forma: o Microempreendedor Individual-MEI é aquele que auferir uma receita bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por ano. A média dessa receita será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário. O empreendedor informal, para legalizar-se perante as fazendas públicas federal, estadual e municipal pelo programa Microempreendedor Individual-MEI, necessita efetuar sua inscrição junto aos órgãos competentes via internet através do endereço [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br). Para que a inscrição seja efetuada com sucesso e o cadastro seja efetivado, é necessária a apresentação dos seguintes documentos, entre outros que os entes governamentais julgarem pertinentes: Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Endereço comercial ou Residencial. Também podem contar com a ajuda de empresas de contabilidade optante pelo Simples ou através do SEBRAE que estão obrigadas a fazer o registro e a primeira declaração do imposto

de renda do Empreendedor Individual gratuitamente. (Fonte: [www.portaldoempreendedor.gov.br/legislação](http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislação))

O Microempreendedor Individual – (MEI) contempla os profissionais com faturamento de, no máximo, R\$ 81 mil reais por ano e que possuem até um empregado contratado com salário mínimo ou piso da categoria vigente, sendo que o seu custo mensal varia entre R\$ 50,90 (Comércio e Indústria), R\$ 54,90 (Serviço) e R\$ 55,90 (Comércio e Serviços), segundo o Portal do Empreendedor.

O Governo Federal autoriza e incentiva o cidadão que deseje montar seu próprio negócio independente, lhe concedendo o livre exercício da atividade econômica regular no qual deseje investir:

Parágrafo único - É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. O art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil considera define empresário da seguinte maneira:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa. O novo Código Civil, na Parte Especial, trata no Livro II Do Direito de Empresa. Esse Livro II, por sua vez, está dividido em quatro títulos: Título I - Do Empresário, Título II - Da Sociedade, Título III - Do Estabelecimento, Título IV - Dos Institutos Complementares. Constituição Federal 1988.

As atividades empresariais devidamente enumeradas na legislação própria seguem a Resolução 67/2009 do Comitê Gestor do Simples Nacional como autoriza o Artigo 4º da Lei Complementar 123 de 2006, in verbis: Art. 4º - § 3º Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo. Contudo, o empreendedor

antes de se cadastrar deverá se certificar de que não constam restrições ao exercício da atividade comercial por ele almejada, junto à Prefeitura da cidade em que deseja exercer sua atividade empresarial, como, por exemplo: pipoqueiro, sapateiro, eletricitista. Pode, também, usar seu próprio domicílio como campo físico da empresa. Assim apto a finalizar corretamente o registro receber a devida autorização pela emissão do respectivo alvará de funcionamento; certificado do corpo de bombeiro; número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e o NIRE (Número da Inscrição de Registro da Empresa na Junta Comercial).

A formalização, como se sabe, facilitou o pagamento de impostos, obtenção de créditos, acesso à tecnologia, venda para o poder público e até mesmo exportação. Conforme a Lei n. 123/2006 detalhada no Artigo, a política da microempresa individual e a informalidade das relações de trabalho, seguem os benefícios previstos após sua aprovação:

1. Regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive com simplificação das obrigações fiscais acessórias;
2. Desoneração tributária das receitas de exportação e substituição tributária;
3. Dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias;
4. Simplificação do processo de abertura, alteração e encerramento das MPES;
5. Facilitação do acesso ao crédito e ao mercado;
6. Preferência nas compras públicas;
7. Estímulo à inovação tecnológica;
8. Incentivo ao associativismo na formação de consórcios para fomentação de negócios;
9. Incentivo à formação de consórcios para acesso a serviços de segurança e medicina do trabalho;
10. Regulamentação da figura do pequeno empresário, criando condições para sua formalização;
11. Parcelamento de dívidas tributárias para adesão ao Simples Nacional.

O Microempreendedor Individual – (MEI) deverá manter um estrito controle de receitas e despesas mensais.

Em caso de possuir empregado, deverá entregar mensalmente o GFIP<sup>2</sup>, devidamente preenchida, além de elaborar as folhas de pagamentos, bem como atentar para as demais obrigações trabalhistas. Deve também recolher os impostos, ainda que inexista transação de qualquer espécie, diferentemente, do que ocorre em outros regimes de tributação, nos quais o empresário se obriga a recolher tributos relativos apenas às transações efetuadas. A emissão do alvará de funcionamento é de responsabilidade das prefeituras municipais, podendo ela anular, suspender ou cassar o referido alvará emitido automaticamente via internet, caso o empreendimento esteja estabelecido de forma irregular no município.

Diferentemente do que se propaga nos meios empresariais, o MEI não está desobrigado da constituição de um arcabouço contábil e do acompanhamento de um profissional contabilista. O empreendedor individual terá inúmeras obrigações que dependerão da capacidade técnica de um profissional da área, atuando de maneira gerencial, sendo imprescindível para a administração de qualquer tipo e porte do empreendimento. A gratuidade refere-se apenas a formalização e a primeira declaração anual, os demais serviços devem ser cobrados normalmente.

## **Conclusão**

As evoluções das ações que se referem às melhorias de condições para a formalização a fim de transformar pequenos negócios avulsos em empresas competitivas, está relacionada à relevante desburocratização das leis de legalização no Brasil. No Amazonas, os pequenos empresários ainda enfrentam dificuldades, em especial no que se refere a informação, aliás, na falta dela, muitas vezes. Porém, muito já se fez pelo mercado brasileiro, diminuindo a parcela de contribuição, quantidade de impostos criando programas pelo governo federal como o: Brasil Empreendedor, a Lei Geral e o Simples Nacional.

Mas, é necessário que se faça um esforço no sentido de incentivar o crédito, oferecer especializações e cursos que

2 Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (INSS)

possam profissionalizar estes empreendedores, sobretudo, dar a eles condições de gerir seu empreendimento e contribuir ainda mais para a Economia do Estado e do Brasil.

### **Referências**

BEZERRA, C. A. Projeto de sistemas de Informação baseado em qualidade: uma abordagem voltada à pequena empresa. 2001. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. DAVIS, Harris. Systems analysis and design for the smaU enterprise. 2. ed. Orlando : The Dryden Press, 1999.

GREMAUD, Amaury Patrick. Economia brasileira contemporânea / Amaury Patrick Gremaud, Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr. – 7. ed. – 10. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <<http://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/maues>> Acesso em: 05 maio 2018.

MENDONÇA, Maurício Brilhante de. Atividade comercial e desenvolvimento regional: o comércio varejista em Manaus. / Maurício Brilhante Mendonça. – Manaus: Editora Valer, 2012.

OLIVEIRA, Milton Cesar Pereira de. A importância da lei geral da micro e pequena empresa para o desenvolvimento dos pequenos empreendedores. Artigo de 11/08/2013.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Receita Federal do Brasil. Governo Federal. <<http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaomei/private/pages/relatorios/relatorioMunicipio.jsf>> Acesso em: 20 maio 2018.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Ministério da Fazenda. Receita Federal. Sefaz/AM. <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>> Acesso em: 07 maio 2018.

PORTAL DO EMPREENDEDOR Ministério da Fazenda. Receita Federal. <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/du>

vidas-frequentes/6-pagamento-de-obrigacoes-mensais> Acesso em: 18 junho 2019.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Ministério da Fazenda. Receita Federal. Sefaz/AM. <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao>> Acesso em: 15 maio 2018.

Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira. REGIÃO NORTE. Fevereiro/2015. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

YIN, R.K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



## **Arte e Educação Especial: composição de possibilidades**

*Lílian Freire Noronha*

### **Introdução**

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), em seu Art. 5.º, que discorre sobre os direitos e garantias fundamentais, relata que todos são iguais perante à lei, sem distinção de qualquer natureza. No entanto, de acordo com Noronha (2017), no intuito de garantir essa igualdade, que possui respaldo da União, faz-se necessário que haja igualdade de oportunidade na educação para todos os educandos — independente de possuírem ou não algum tipo de deficiência —; a partir da criação de condições que modelem todo o ambiente educacional, favoravelmente a eles: desde à concepção da própria escola, no que tange à inclusão educacional, perpassando pela entrada e recebimento desses alunos, até à preparação de professores, para que sejam capacitados para atuarem com esse público-alvo da Educação Especial.

Nesse sentido, a pesquisa visa demonstrar a importância do ensino da Arte nas escolas para os aprendizes que fazem parte desse público-alvo; sobretudo, aqueles com necessidades especiais que terão, desde então, a possibilidade concreta de desenvolverem sua criatividade e sensibilidade a partir de um fazer artístico que lhes permita maior liberdade de expressão e otimização de suas potencialidades.

A organização do capítulo está disposta em etapas. Na primeira seção, intitulada “A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva”, apresentamos o contexto histórico da Educação Especial com as principais características pertencentes a cada paradigma, destacando a Legislação em vigor. Na sequência, identificamos o público-alvo, e, finalizamos esse trecho ilustrando os indicadores estatísticos.

Ao adentrarmos na concepção de ramo científico da disciplina, na seção intitulada “Arte pela Arte”, trazemos a abordagem de Arte pela visão de alguns autores. Dando prosseguimento, seguimos por esta especificidade: Percurso histórico da Arte Educação no Brasil. Encerramos a seção compondo possibilidades para O ensino de Arte na Educação Especial: foco nos alunos com deficiências. Ulteriormente, as Considerações finais, os Agradecimentos, as notas sobre a Autora e as referências.

### **A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva<sup>1</sup>**

Problematizar a Educação Especial na perspectiva<sup>2</sup> da Inclusão Educacional por meio da Arte é, antes de tudo, debater a inserção das pessoas com deficiência em variados contextos sociais. É, primeiramente, falar sobre acontecimentos históricos que pautaram os períodos de mudanças de paradigmas. Num segundo momento, faz-se necessário abordar as legislações existentes que tiveram maior impacto na sociedade. Seguimos apresentando o público-alvo da Educação Especial, e, finalizamos com os indicadores estatísticos, com relação às matrículas efetuadas num recorte de 10 anos. Enfim, um contexto da Educação Especial no país.

### **Breve histórico da Educação Especial na perspectiva inclusiva**

Para Fernandes (2011, p. 35),

[...] identificar o caráter transitório das diferentes formas de relação da humanidade com a questão da deficiência exige de nós a compreensão de que essas práticas e concepções são resultantes do nível de desenvolvimento das forças produtivas em cada momento histórico, revelando, portanto, concepções, valores e práticas possíveis nos limites desse modo de produção da vida.

1 Este artigo é um desdobramento da obra: NORONHA, Lílian Freire. **Formação continuada de professores do Ensino Médio para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2017.

2 A palavra “perspectiva” significa forma ou aparência sob a qual algo se apresenta. Significa, ainda, sob outro ângulo, sentimento de esperança, de expectativa (HOUAISS, 2001).

Nesse intuito, Fernandes (2011, p. 35) também aponta quatro fases essenciais que balizaram a história da atenção à deficiência, quais sejam: os períodos de extermínio; de segregação/institucionalização; de integração; e, de inclusão. Na fase do extermínio, as pessoas que nascessem com algum tipo de deficiência eram condenadas a perderem sua própria vida, visto que sua capacidade para sobreviver dependeria de suas habilidades individuais, que com a deficiência seria cerceada culturalmente.

A partir do século XII, “esse paradigma de extermínio das pessoas com deficiência passa a sofrer modificações em suas concepções em face ao que predominava na Europa<sup>3</sup> acerca da ideologia de que toda e qualquer criatura é feita à imagem e semelhança de Deus, sendo, portanto, inconcebível a sua condenação à morte” (FERNANDES, 2011, p. 37).

No século XVI, impulsionado pelas grandes transformações na política e na economia, reflexo da queda da monarquia e aparecimento dos Estados Modernos, ocorreu o período da segregação/institucionalização dos deficientes que se apresentava mediante a criação de instituições governamentais: “O objetivo maior não era o assistencialismo a essas pessoas, mas sim o objetivo de enclausurar, apartar do convívio em sociedade, já que não se encaixavam no padrão de normalidade” (IDEM, p. 41).

Nesse cenário de metamorfose, em face da industrialização capitalista europeia, houve a necessidade de um controle da população; de modo que a Medicina praticada nessa época passou a desenvolver novos procedimentos e determinar um enquadramento da força de trabalho que alcançasse, além de mulheres e crianças, as pessoas com deficiência. Nesse ínterim, Bueno (1993) sinaliza que nos séculos XVI e XVII, o atendimento institucional estava restrito apenas às pessoas cegas e às surdas, que eram aquelas que apresentavam maiores

<sup>3</sup> A Europa do início do século XII encontrava-se envolta por um conjunto de transformações culturais, políticas, sociais e econômicas que caracterizavam um novo período da História denominado de Renascimento. No entanto, ainda havia a ideologia do pensamento de que Deus era o centro de tudo (COTRIM, 2008).

possibilidades de participar do processo produtivo e industrialização que se intensificou.

No século XIX, as pessoas com deficiência passaram a conviver com as que não possuíam nenhuma deficiência; as instituições especializadas iniciaram um processo de transição entre as abordagens clínica e pedagógica — que seria a base para a implantação das futuras “escolas especiais”. A maneira como a deficiência foi vista até esse momento caracterizou o modelo clínico-terapêutico como aquele que subordinava a Pedagogia à Medicina. Dessa maneira, a Educação Especial nesse recorte de tempo deveria descrever a deficiência e suas causas fortalecendo, assim, uma pedagogia terapêutica como base.

Nesse sentido, Fernandes (2011, p. 65) discorre que foi com base na retomada dos ideais da Revolução Francesa, de 1789 — o qual versava sobre os princípios da igualdade, da liberdade e da fraternidade entre os homens —, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>4</sup> foi promulgada e passou a inspirar, a partir de então, as políticas públicas e os instrumentos da grande maioria dos países. Iniciava-se, assim, um processo de visibilidade das minorias sociais que começaram a ser respeitadas.

No final do século XX, as mudanças na forma de perceber a pessoa com deficiência se refletem no início da transição do paradigma clínico-terapêutico para um novo processo denominado de integração. Nessa linha de raciocínio, a incorporação do discurso da integração, para Fernandes (2011, p. 69), *resultou em uma configuração da Educação Especial como uma área voltada à prestação de serviços nos campos da reabilitação e da educação terapêutica para alunos que migrassem para o contexto regular*. Na prática, esse contexto, fundamentado na integração, caracteriza a ocupação de espaços como

4 A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo um documento de luta universal oposita à opressão e discriminação contra as pessoas. Disponível no site: [brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social](http://brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social).

na educação, na saúde, no lazer, nos esportes das pessoas com deficiência.

Carvalho (2000) aponta que, *na integração, pressupõe-se que as relações entre pessoas com e sem deficiência estimulam a solidariedade, em detrimento da piedade, de modo a inseri-las, gradativamente, nos círculos sociais comuns*. Entretanto, muitas críticas a esse modelo surgiram em face do mesmo tentar normalizar as pessoas com deficiência, o que na verdade esboçava uma busca pelo padrão de normalidade que a própria sociedade impõe. Sem considerar as especificidades de cada indivíduo, seja ele com ou sem deficiência.

Na fase da integração, assim, a ênfase era na incapacidade; uma vez que prevalecia o modelo clínico-terapêutico. Integrar, portanto, significava localizar no sujeito o alvo da mudança e não na sociedade. *Entendia-se que a Educação Especial tinha de organizar práticas voltadas a viabilizar as modificações individuais necessárias à adaptação do indivíduo naquilo que era padrão social* (FERNANDES, 2011, p. 74).

Por fim, o paradigma inclusivo tem o início de sua consolidação a partir da estipulação da Declaração de Jomtien; da Declaração de Salamanca; e da Convenção da Guatemala. Nesse início, ocorreram várias ações conjuntas de órgãos representativos e grupos sociais que promoveram diversas ações inclusivas. Tal processo inclusivo propaga que deve existir uma rede de recursos que proporcione o direito à convivência não segregada de educandos com deficiência na escola, de modo que esse alunado tenha oportunidades concretas iguais aos outros escolares.

### **Legislação referente à Educação Especial**

Os direitos das minorias, daqueles que tradicionalmente encontram-se excluídos do sistema educacional, fazem parte do debate da inclusão escolar. Isso tem se materializado em forma de normas jurídicas disciplinadoras em legislação: leis, decretos, resoluções, portarias, normas. *Entretanto, existe*

um descompasso entre o que está no corpo das legislações e o que existe efetivamente de concreto na realidade (GUERREIRO, 2011, p. 32). Mesmo assim, o direito à educação para todos — que teve, por intermédio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), o início de um processo de consolidação do que fora estabelecido em seus conteúdos — desponta no século XXI com um arcabouço jurídico robusto acerca das garantias jurídicas relacionadas às pessoas com deficiência, consoante ao exposto no Quadro 1 (prerrogativas essas as quais esperamos que estejam em compasso com a sociedade).

Quadro 1 — Marco normativo das principais legislações inclusivas

ANO	LEGISLAÇÃO	TEOR
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos.	Esboça os direitos humanos básicos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.
1854	Decreto n.º 1.428, de 12 de setembro de 1854.	Há a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant—IBC.
1857	Lei n.º 939, de 26 de setembro de 1857.	Ocorre a criação do Instituto Nacional da Educação dos Surdos—INES.
1988	Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988.	Trouxe garantias legais que são estendidas às pessoas com deficiência.
1990	Declaração Mundial de Educação para todos.	Realizada pela UNESCO ocorreu em Jomtien na Tailândia e tinha como objetivo propor uma educação adequada em todos os níveis de ensino.
1994	Declaração de Salamanca.	Discorre sobre princípios que regem o sistema regular de ensino e a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais.

1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional—Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Art. 24, Art. 37 e Art. 59).	Surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional preconizando que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.
1999	Convenção de Guatemala.	Define que os direitos e liberdades de todas as pessoas devem ser respeitados.
2001	Resolução CNE/CEB—MEC n.º 2, de 11 de setembro de 2001.	Disciplina as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica determinando que os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.
2004	O Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.	Publica o Ministério Público Federal o documento com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de estudantes com e sem deficiência nas turmas comuns do Ensino Regular.
2007	Plano de Desenvolvimento da Educação—PDE.	Acontece o lançamento do plano pelo Ministério da Educação tendo como eixos a formação de professores para a Educação Especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, o acesso e permanência das pessoas com deficiência na Educação Superior e o movimento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada—BPC. Nesse plano, é reafirmada a visão que busca superar à oposição entre Educação Regular e Educação Especial.
2008	Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.	Trouxe inovações relacionadas à Educação Especial no sistema de ensino sendo que a Educação Especial passa a ter caráter complementar na formação do seu público-alvo.

2014	Lei 13.005, de junho de 2014.	Institui o Plano Nacional de Educação—PNE determinando que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios garantam o atendimento às necessidades específicas na Educação Especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.
	Nota Técnica n.º 04/2014/MEC/SECADI/DPEE.	Trata da exigência de laudo médico para a criança com deficiência ser incluída na escola regular, considerando tal exigência uma restrição ao direito de educação a todos.
2015	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência—Lei n.º 13.146, de julho de 2015.	É também conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência e veio ampliar os direitos civis, trabalhistas, direito à educação, à previdência social, para citar.

Fonte: Sistematizado com base em dados do SECADI/MEC, 2016/2017.

### **Público-alvo da Educação Especial**

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) objetiva o acesso, a participação e a aprendizagem, nas escolas regulares, dos alunos com: a) Deficiência; b) Transtornos globais do desenvolvimento; c) Altas habilidades/superdotação.

Sendo assim, no que diz respeito às pessoas com deficiência, conceitua esta como aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial; as quais, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Aqueles estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são os que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Os com altas habilidades/superdotação (superdotados/sobredotados/alto-habilidosos), por sua vez, são aqueles que demonstram elevado potencial em uma determinada área ou em áreas combinadas, quando compara-

dos à média, tais como: intelectual, acadêmica, liderança, psicocomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Nesse ínterim, é importante observar os indicadores estatísticos sobre as matrículas da Educação Especial efetuadas nas escolas especializadas e as matrículas das classes comuns do ensino regular, abordados na próxima seção.

### **Indicadores estatísticos acerca da Educação Especial**

No que tange à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, nas escolas do Ensino Regular: “Esse movimento de acolhimento e inserção de pessoas com deficiência em instituições educacionais e sociais resulta de lutas históricas de movimentos sociais por garantia de direitos de cidadania e de igualdade de oportunidade para todos” (COSTA; SEGURA, 2016, p. 23). Nesse contexto, cabe evidenciar, por conseguinte, os indicadores estatísticos para observar como está ocorrendo o desenvolvimento da Educação Especial no transcorrer do último decênio; partindo-se, inicialmente, dos dados do último recenseamento demográfico realizado no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), acerca da distribuição da população pelas regiões, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 — Distribuição da população brasileira por região

<b>Região demográfica</b>	<b>Habitantes p/ região</b>
Sudeste	80.353.724
Nordeste	53.078.137
Sul	27.384.815
Norte	15.865.678
Centro-Oeste	14.050.340
<b>Total</b>	<b>190.732.694</b>

Fonte: Dados do IBGE referentes ao Censo Demográfico Brasileiro, 2010.

Consequentemente, é possível perceber que, diante do quantitativo de habitantes, distribuídos pelas regiões geográficas, “a educação representa um desafio político e social enfrentado historicamente pelo Estado brasileiro em face de sua grandiosidade territorial, populacional e das desigualdades sociais [...]” (COSTA; SEGURA, 2016, p. 23).

Já na Tabela 2, destacamos os dados dos Estudos Estatísticos Escolares efetuados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apresentados num recorte de tempo de 10 anos, a contar de 2007 a 2016, correspondente ao total de matrículas da Educação Especial em escolas exclusivamente especializadas ou em classes especiais do Ensino Regular; assim como as matrículas da Educação Especial em classes comuns do Ensino Regular e/ou da Educação de Jovens e Adultos.

Tabela 2 — Matrículas realizadas pelo público-alvo da Educação Especial: 2016/2017

Unidade da Federação	Alunos público-alvo da Educação Especial	
	Matriculados exclusivamente em escolas especializadas e/ou em classes especiais do Ensino Regular e/ou da Educação de Jovens e Adultos	Matriculados em classes comuns do Ensino Regular e/ou da Educação de Jovens e Adultos
2007		
Brasil	341.781	304.882
Amazonas	4.549	1.892
2008		
Brasil	315.553	374.537
Amazonas	4.137	3.307
2009		
Brasil	252.687	387.031
Amazonas	3.841	3.438
2010		
Brasil	218.271	484.332
Amazonas	3.618	4.748

Manaus*	1.617	1.468
2011		
Brasil	193.882	558.423
Amazonas	2.761	5.381
Manaus*	1.320	2.018
2012		
Brasil	199.656	620.777
Amazonas	2.888	7.090
Manaus*	1.346	2.903
2013		
Brasil	194.421	648.921
Amazonas	2.609	7.543
Manaus*	1.279	3.061
2014		
Brasil	188.047	698.768
Amazonas	2.592	8.265
Manaus*	1.303	3.498
2015		
Brasil	179.700	750.983
Amazonas	2.496	9.243
Manaus*	1.315	4.085
2016		
Brasil	174.886	796.486
Amazonas	2.684	10.380
Manaus*	1.789	4.906

*Fonte:* Sistematizado com base nos Censos Escolares de 2007 a 2016, realizados pelo INEP, 2007–2016.

(\*) A classificação das matrículas por cidades só passou a ocorrer a partir do ano de 2010.

Vislumbramos na Tabela 2 a evolução crescente das matrículas de educandos da Educação Especial nas classes comuns do Ensino Regular em comparação às matrículas nas classes especializadas desse mesmo ensino e/ou exclusivamente em escolas especializadas. Tal crescimento ocorreu, principalmente, a partir de 2006, como efeito das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001 e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

Na etapa seguinte, adentraremos no campo das Artes para traçarmos um percurso que permita demonstrar a aplica-

bilidade do uso das linguagens artísticas para desenvolvimento do potencial do alunado da Educação Especial.

### **Arte pela Arte**

*A Arte pode elevar o homem de um estado de fragmentação a um estado de ser íntegro, total. A Arte capacita o homem para compreender a realidade e o ajuda não só a suportá-la como a transformá-la* (FISCHER, 2002, p. 57). Posteriormente, o homem tende a se apropriar do momento histórico em que vive para apresentar sua arte que vem a ser reflexo daquilo que vivencia, por meio da leitura de mundo que faz.

Acompanha o mesmo pensamento Frange (2003, p. 40), *Arte é a manifestação de um sujeito que se faz ver e nos mostra por sua produção, uma subjetividade, uma personalidade e uma coletividade, todas as dimensões instaladas num único discurso visual, inter-relacionado a muitos outros*. Tal subjetividade se modela dentro do contexto histórico e social de determinado recorte de região, tempo e cultura.

Necessariamente, os conceitos de Arte, também, variam em função da percepção visual de quem lhes emprega. Gombrich (2008, p. 15) discorre sobre tal intercorrência enfatizando que:

Nada existe realmente a que se possa dar o nome Arte. Existem somente artistas. Outrora, eram homens que apanhavam um punhado de terra colorida e com ela modelavam toscamente as formas de um bisão na parede de uma caverna; hoje, alguns compram suas tintas e desenham cartazes para tapumes; eles faziam e fazem muitas outras coisas. Não prejudica ninguém dar o nome de arte a todas essas atividades, desde que se conserve em mente que tal palavra pode significar coisas muito diversas, em tempos e lugares diferentes [...].

Gombrich (2008, p. 20) segue na mesma linha citando que *o problema é que gostos e padrões de beleza variam muitíssimo*. Exemplifica, então, com as figuras de anjos tocando alaúde<sup>5</sup> e relata que muitos irão preferir a obra italiana de Melozzo

---

5 Instrumento musical de corda cuja palavra árabe denota “a madeira”.

da Forli<sup>6</sup>, por ser graciosa e cativante; e irão desprezar a obra de seu contemporâneo Hans Memling<sup>7</sup>, em função da aparência lânguida e deselegante do anjo.

Desse modo, as formas de pensar o ensino de Arte estão atreladas a esses padrões que, por sua vez, estão alinhados ao momento histórico, econômico, social e cultural de um povo numa determinada sociedade. Nesse sentido, faz-se necessário traçar o percurso histórico do ensino de Arte no Brasil evidenciando as influências do cenário existente da então sociedade.

### **Arte: Percurso histórico da Arte Educação no Brasil**

A Arte acompanha o homem desde o começo de sua História, e no Brasil ela deu os primeiros passos no século XIX quando da criação da Escola Belas Artes no Rio de Janeiro, bem como com a chegada da Missão Francesa no País:

Desde o início da história da humanidade a Arte sempre esteve presente em praticamente todas as formações culturais. O homem que desenhou um bisão numa caverna pré-histórica teve que aprender, de algum modo, seu ofício. E, da mesma maneira, ensinou para alguém o que aprendeu. Assim, o ensino e a aprendizagem da Arte fazem parte, de acordo com normas e valores estabelecidos em cada ambiente cultural, do conhecimento que envolve a produção artística em todos os tempos. No entanto, a área que trata da educação escolar em Artes tem um percurso relativamente recente e coincide com as transformações educacionais que caracterizaram o século XX [...] (BRASIL, 1997, p. 21).

A Arte, quando da vinda de D. João VI para o Brasil, era estimulada e criada nos parâmetros das cortes europeias. Apenas os filhos dos nobres estudavam-na com o direcionamento para as Belas-Artes. À camada popular, era-lhe direcionada a área das Artes Mecânicas que preparava para atuação nas fábricas devido à expansão industrial.

Já no século XX, o ensino da Arte se torna obrigatório nas escolas primárias e secundárias como componente curri-

6 Melozzo da Forli — Anjo, 1480. Detalhe de um afresco; Pinacoteca do Vaticano.

7 Hans Memling — Anjo, 1490. Detalhe de um altar; óleo sobre madeira; Koninklijk Museum voor Schone Kunsten, Antuérpia.

cular. Entretanto, restringia-se ao ensino de Desenho Geométrico e Artístico visando, ainda, os trabalhos fabris. A Pedagogia dominante era a Tradicional; para a qual, o aluno era considerado um “ser sem luz”, uma “tábua rasa”, não detentor de conhecimentos, e o professor tinha o condão de ser essa luz.

A partir de 1930, pós semana de Arte Moderna no Brasil de 1922, surgiu a Pedagogia nova, também intitulada Escola Nova, que influenciou o ensino da Arte. Nesse período, o educando era considerado com criatividade e a quem se deveriam oferecer todas as condições de expressão artística livre e espontânea (SANTOS, 2006, p. 20).

Com a Lei nº 5.692/71, a Educação Artística é incluída no currículo escolar como atividade educativa e não como uma disciplina, centrando o ensino da Arte em técnicas e habilidades. Contudo, em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino de Educação Artística tornou-se obrigatório na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) passando a ser utilizada como ferramenta para o desenvolvimento cultural do discente (SANTOS, 2006, p. 24).

Nessa mesma década, a Metodologia — denominada Metodologia triangular, difundida pela pesquisadora Ana Mae Barbosa, que adaptou essa ferramenta de uma proposta desenvolvida nos anos 60 por professores de Arte nos Estados Unidos e Inglaterra — uniu as vertentes da crítica e da estética na dimensão da leitura da imagem: Os três eixos oriundos são o fazer artístico, a leitura da imagem e a história da arte (IDEM).

Outrossim, têm-se ações para o aprendiz produzir, apreciar e contextualizar. Mais recentemente, BARBOSA (2002) já repensa a nomenclatura triangular; por sustentar que a mesma não oferece uma visão aberta dos procedimentos. Os três eixos devem continuar a ser utilizados, mas não como única forma de ensino da Arte.

Ainda com referência à Lei n.º 5.692/71, o ensino de Artes faz parte da área da linguagem. Então denominada Co-

municação e Expressão, passa a integrar, com a adoção dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Assim, o documento busca discutir dois planos específicos da Arte, quais sejam: a dimensão simbólica e estética do ser humano no seu sentido mais amplo. Nesse viés, em primeiro plano, permite o estudo sobre as diversas linguagens (visual, sonora, corporal e verbal). Permite, paralelamente, a abordagem dos mais diversos aspectos da cultura ligados ao cotidiano, ao entretenimento, aos ofícios, às ciências, para exemplificar. Em segundo, é destacada a especificidade da experiência simbólica e estética da Arte, que gera — especialmente na tradição ocidental — um tipo particular de narrativa sobre o mundo, diferente da narrativa científica, da filosófica, da religiosa e dos usos cotidianos da linguagem (BRASIL, 2006).

Além disso, a Lei 13.278/2016 trouxe um novo contexto para a formação docente da área de Artes; visto que a partir dela é instituída a obrigatoriedade de formação específica das linguagens artísticas, quais sejam: da música, da dança, do teatro e das artes visuais.

### **O ensino de Arte na Educação Especial: foco nos alunos com deficiências**

Diante do panorama histórico evidenciado da Educação Especial e do aumento expressivo no número de matrículas de estudantes com alguma ou múltiplas deficiências nas escolas regulares de ensino brasileiro, no recorte de tempo apresentado; observamos que a disciplina de Artes — pelo condão de ser bem receptiva entre o público almejado e proporcionar desenvolvimento da criatividade — pode ser usada como ferramenta pelas variadas linguagens que o educador inserir para gerar atividades significativas no ensino e na aprendizagem. Nessa linha, Weber (2017, p. 261) narra:

*Acredita-se que através da arte na educação é possível desenvolver certas áreas do conhecimento como a percepção visual, auditiva, a*

expressão corporal, a intuição, a imaginação, o pensamento analógico, concreto, holístico e a reflexão, permitindo assim, o desenvolvimento da criatividade, sendo também uma forma de estímulo para o educando, em especial ao aluno com necessidades educativas especiais.

Logo, a Arte como ferramenta de inclusão é capaz de potencializar conhecimentos. *Ao trabalhar Arte entre alunos com deficiência, a mesma poderá auxiliar no desenvolvimento de suas habilidades e capacidades* (Santos, 2006, p. 77). Por esse ângulo, Santos (2006, p. 76) dá sequência ao seu pensamento e discorre que:

Quando trabalhamos com alunos com necessidades especiais, devemos levar em consideração a necessidade de um espaço físico adequado, bem como oferecermos estímulos e liberdade para que manipulem objetos e instrumentos e para que movimentem seu próprio corpo, desenvolvendo e descobrindo o mundo a seu redor. Desse modo, a escola deve contribuir para que todos os alunos passem por um conjunto amplo de experiências voltadas à aprendizagem e à criação, para que articulem a percepção, a sensibilidade, o conhecimento e a produção artística pessoal e de grupo. Ao perceber e criar formas visuais, estamos trabalhando com elementos específicos da linguagem e suas relações no espaço (bi<sup>8</sup> e tridimensional<sup>9</sup>). Elementos como ponto, linha, plano, cor, luz, volume, textura, movimento e ritmo relacionam-se, dando origem a códigos, representações e sistemas de significações.

Sendo assim, torna-se imperioso que o ensino da Arte não esteja adstrito apenas à pintura ou ao desenho. É, pois, significativo para a aprendizagem que a Metodologia traçada amplie os processos criativos de cada linguagem artística e estimule o escolar a conceber novas formas com sua criatividade. Para Gzjik e Arruda (2014, p. 265)

A educação utilizando a Arte como ferramenta, se torna um processo dinâmico e contínuo que deve ser utilizado para facilitar a compreensão dos alunos especiais. De tal modo, lançam-se olhares especiais sobre a Arte e descobre-se que através dela, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação, expressando os sentimentos e desenvolvendo habilidades. Portanto, o ensino de

---

8 Imagem plana. Santos (2006) cita como exemplo um quadro.

9 Objeto com altura, largura e profundidade. Santos (2006) exemplifica com um cubo.

Arte nas escolas possibilita aos alunos portadores<sup>10</sup> de necessidades especiais o despertar da criatividade, oferecendo um contato com a realidade e a fantasia, proporcionando o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética.

Por conseguinte, entrelaçar as Artes, em todas as suas linguagens e formas de produção, com a Educação Especial, principalmente com relação aos alunos com deficiência, não se trata, apenas, de desenvolver uma Metodologia adequada para o ensino e aprendizagem; mas, antes de tudo, trata-se de garantir e respeitar um direito constitucional da parcela do corpo discente com deficiência, cujos membros têm assegurado juridicamente o acesso a esse ensino com aprendizagem e efetividade para obter conhecimento na escola e fora dela.

### **Considerações finais**

O estudo das Artes Visuais amplia o campo de visão do ser humano. Sai da condição de observador, em que muitos se encontram, para explorar todas as formas de expressão que dão vazão aos seus sentimentos. Permite uma reflexão acerca do “mundo” que o cerca — como, também, e, principalmente, acerca do “Mundo” com suas mais variadas relações. Aplicar tal estudo no campo da Educação Especial é possibilitar aos alunos com deficiência uma construção de novos saberes com (re)leitura desses “mundos”; leitura, essa, que lhe dará ferramentas para uma composição de possibilidades e sua inclusão concreta na sala de aula, na escola, no bairro, na sociedade.

### **Agradecimentos**

À Universidade Federal do Amazonas, mediante Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Ao Prof. Michel Justamand, Docente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/PPGSCA. Ao Prof. Ivon Carlos da S. Lobato, responsável pela disciplina Teoria da Percepção Visual da FAARTES. À memória de Iara Maria Freire Noronha, pela luz emanada nesses dias tão turvos.

---

<sup>10</sup> O termo “portador de deficiência” não é mais utilizado, pois na era da inclusão o mesmo é considerado uma forma pejorativa de tratamento.

## **Referências**

BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação no Brasil. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. 1ª a 4ª série. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Presidência da República, Brasília, DF, 1988. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BUENO, J. G. Silveira. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

COSTA, Valdelúcia Alves da; SEGURA, Raúl Vargas (Orgs.). Educação inclusiva na América Latina: políticas, pesquisas e experiências. Niterói: Intertexto, 2016.

FERNANDES, Sueli. Fundamentos para educação especial. Curitiba: Ibpex, 2011.

FISCHER, Ernest. A necessidade da arte. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

FRANGE, Lucimar Bello. Arte e seu ensino, uma questão ou várias questões? In: BARBOSA, Ana Mae. (Org). Inquietações e mudanças no ensino da arte. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMBRICH, Ernst Hans. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFSCar. 2011. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) — Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

GZGIK, Maricleide; ARRUDA, Gisele. A importância do ensino da Arte na Educação Especial. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS — III CONAP, Paraná, 2014.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

NORONHA, Lílian Freire. Formação continuada de professores do ensino médio para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ensino Tecnológico) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS — ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro Mugnol. A metodologia do ensino da arte. Curitiba: Ibpex, 2006.

WEBER, Maria Luiza Ternes. A Importância da Arte na Educação Especial. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 13, p. 261-267, jan. de 2017.



## **Preceitos civilizatórios no contexto educacional**

*Nelly Mary Oliveira de Souza*

### **Introdução**

A formação histórica da nossa sociedade provém de formas de controle através de uma educação em prol da estrutura política, econômica, social e cultural vigente no país. Dentro de um mecanismo de controle, os atores que participam dessas relações acabam por reproduzirem um sistema mecânico de desfragmentação do conhecimento.

A formação dos Estados-Nação europeia foi ponderada por Elias como processos de integração social, dando surgimento a diversas formas de controle do comportamento e direcionando para o fortalecimento de estruturas de distinção social.

A relação do homem e sociedade está estreitamente ligada, nas quais as transformações gerais sofridas e as alterações ocorridas nas estruturas de personalidade dos indivíduos que a formam, acabam proporcionando uma teia de interdependência recíproca.

Nos preceitos de Elias (1994) as estruturas de personalidade e da sociedade evoluem em uma inter-relação indissolúvel, sendo que as mudanças nas estruturas de personalidade é um aspecto específico do desenvolvimento de estruturas sociais.

A dinâmica dessas transformações do processo de civilização, percorre em diferentes contextos da sociedade, permitindo modificações nas relações de interdependência, e ainda produzindo formas diversas de figurações sociais, sendo que essas alterações são resultados de outras relações de interdependência existentes interiormente. O primordial dessa dinâmica é o fato de que o processo civilizador não se realiza de forma padronizada.

As transformações no processo de desenvolvimento do indivíduo e as relações com a sociedade, propiciam mudança na conduta e sentimentos humanos, independentemente se estas mudanças, não tenham sido intencionais ou planejadas.

Elias (1993) nos propõe dois direcionamentos, o primeiro é que ao analisarmos o conjunto histórico não podemos dizer que as mudanças sucedidas, tanto nos aspectos individual ou social, em direção a uma nova figuração, foram racionalmente planejadas. E o segundo, remete-nos de que também não podemos reduzir essas mudanças ao aparecimento e desaparecimento aleatórios de modelos desordenados.

Observa-se que estes direcionamentos pressupõem e estabelecem uma relação de interdependência entre o indivíduo e sociedade. Nessa perspectiva, de relações recíprocas e figurações é que buscamos contextualizar o processo civilizador no contexto escolar, como um dos ambientes articuladores dessas relações, além de que outras formas de organizações sociais- família, cidades ou estratos sociais, também são formados pelas relações de interdependência entre os indivíduos. Elias e *et al* (2000, p. 184) explanam a noção de configurações:

Dizer que os indivíduos existem em configurações significa que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes. Dizer que as configurações são irreduzíveis significa que nem se pode explicá-las em termos que impliquem que elas têm algum tipo de existência independente dos indivíduos, nem em termos que impliquem que os indivíduos, de algum modo, existem independentemente delas.

Há de convir, que o modo como se deu o processo de escolarização do indivíduo, acabam por influenciar dentro dos aspectos vividos na formação político e econômico da sociedade, sobrepondo interesses dentro de uma rede de inter-relações entre os sujeitos e até como um instrumento de dominação cultural e social. Conforme Elias (1994, p. 15) “*o que toca ser frisado aqui é o simples fato de que, mesmo na sociedade civilizada, nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e que o*

*processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social”.*

Percebe-se a existência de várias concepções e reprodução social, econômica, política, pedagógica e cultural, acerca do âmbito educacional, proveniente do processo de civilização dos costumes e hábitos incorporados dissimuladamente.

No contexto histórico da educação do país, revela-se que desde o início a mesma esteve a serviço das classes dominantes, propagando até os dias atuais a forma de organização dentro do contexto escolar. De um modo ideológico, Cunha (1989) corrobora que os papéis escolares também se definem na sociedade, sendo estes identificados com a classe dominante, perpetuando pelas formas de produção e distribuição do conhecimento. E ainda dentro de um ambiente complexo, existe diariamente a participação de múltiplas interações sociais. Nos quais também são frutos da realidade cotidiana das escolas, uma incapacidade de fornecer uma visão crítica aos alunos, pois, eles mesmos não a têm, em decorrência se debatem no espaço de ajustar seu papel à realidade imediata da escola, perdendo a dimensão social mais ampla da sociedade.

### **Políticas Educacionais norteadoras**

A organização das políticas educacionais acaba por determinar o modo pelo qual o processo educacional deve trilhar seus processos de construção do saber, promulgando regras e normas nos quais servirão de moldes para a emancipação de práticas doutrinadoras, impossibilitando a quebra de um paradigma construído a partir de um modelo capitalista impregnado na construção histórico-social, político e econômico. À vista disso Elias aponta que:

Quando o equilíbrio das tensões que permitia a perpetuação de uma formação social se encontra rompido, seja porque um dos adversários-parceiros se tornou muito poderoso, seja porque um novo grupo recusa sua exclusão de uma partilha estabelecida sem ele, é a própria formação que se vê em perigo e finalmente substituída

por uma outra, que repousa em um novo equilíbrio das forças e em uma figura inédita das interdependências. (ELIAS, 2001, p.14)

A adversidade existente entre os grupos dominantes é decorrente da diferenciação das funções sociais que reforçou o monopólio de dominação. Nesse viés em que as concepções de educação tomaram diversas formas de atuação, em diferentes contextos e espaços.

Norbert Elias constituiu as etapas de desenvolvimento de uma civilização, tornando possível organizar em processos educativos, institucionalizados ou não, e transmitidas de uma geração para outra. A elaboração e admissão dos valores educativos em um hábitos proporcionaram mudanças de condutas no comportamento humano através do autocontrole dos indivíduos e das suas emoções, vinculando saberes populares e científicos introduzidos no contexto escolar. A partir de então, a obrigatoriedade da escolarização dos indivíduos se deu através da regulação dos saberes elementares. No que se refere sobre habitus, Elias discorre:

(...) cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros e sua sociedade. Esse habitus, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do habitus social – um estilo mais ou menos individual algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social. (ELIAS, 1994 b, p.150)

Evidenciam-se nas prerrogativas de Elias que hábitos são características comuns desenvolvidas entre os atores e membros da sociedade, numa dinâmica de alterações.

Adentrando nos marcos legais do que compete o papel da educação e relacionando com o que pretende expor a partir dos preceitos de Nobert Elias, proponhamos destacar os documentos norteadores para compreendermos as figurações perpassadas através de suas promulgações.

Nos Artigos 205 a 214 da Constituição Federal de 1988, garante o direito a educação como dever do Estado e da família em colaboração com a sociedade. Quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB nº 9.394/96 fundamenta e direciona a educação, nela estão contidos alguns princípios fundamentais para a construção da cidadania, como: democracia, pluralidade, participação, liberdade, tolerância, entre outros, ambos os documentos consolidam a finalidade e os princípios da educação brasileira.

Outros marcos legais, das políticas educacionais como: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, são instrumentos que definem o processo de tomada de decisões e configuram-se como uma política reguladora dos sistemas de ensino e das escolas.

Shiroma *et al* (2011) ressalta que, uma Política Educacional mesmo tendo um caráter humanitário, ela carrega consigo as contradições da sociedade, dessa forma a educação vai se redefinindo ora como reprodutora, ora como inovadora da sociabilidade humana. Além do mais, tais políticas influenciam o processo educativo e formativo das pessoas, e a escola é um dos seus locus privilegiados.

Compreender essa dinamicidade implica em uma reflexão do modelo educacional que vise a qualidade nas ações desenvolvidas, de modo ainda a considerar as relações que perpassam dentro deste contexto e como o processo civilizador acabam moldando o indivíduo, dependendo das tomadas de decisões do cidadão que se quer formar. Leão (2007, p.44) corrobora que:

O processo de civilização é um movimento que absorve o conjunto dos indivíduos de uma sociedade, levando-os à incorporação e à apreensão, nem sempre conscientes e voluntárias, das estruturas sociais objetivas que, por sua vez, encontram formas de expressão nas estruturas mentais, no autocontrole, na autodisciplina do corpo e nos mecanismos interiores de exercer a censura das maneiras e condutas.

Nessa perspectiva, o indivíduo é coagido a desenvolver internamente os padrões sociais de auto regulação impostos pela sociedade, de modo que essa transformação acarretará modificações em suas relações sociais com o meio no qual se insere. Para Elias:

Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições, uma civilização. Portanto uma auto-regulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões, ou o desvio desses impulsos de seus fins primários para fins secundários, e eventualmente também sua reconfiguração sublimada. (ELIAS, 2006, p.21)

Podemos verificar diante dos preceitos de Elias que os seres humanos não são civilizados por natureza e, para que possam coabitar consigo mesmos e com outros seres humanos, devem aprender a ter controle dos afetos e pulsões, derivado da auto regulação.

O ambiente escolar como instituição, assume um papel importante na sociedade, como um lugar de articulação entre o conhecimento e a relação de experiência. A valorização dos conhecimentos prévios dos alunos é fundamental para o processo de ensino aprendizagem e o crescimento do conhecimento humano. Elias pondera que a transmissão se dá sob a forma de símbolos transferida de uma geração para outra e ainda exprime que:

Podemos admitir que todas as sociedades humanas partilham entre si um fundo comum de experiências e, portanto, de conhecimento. Por isso, podemos verificar que algumas sociedades possuem representações simbólicas de conhecimento que estão ausentes em outras sociedades. (ELIAS, 2002, p. 5)

Observa-se que a escola como instituição tem o propósito de ser um instrumento de regulação do comportamento e da conduta, mesmo quando se volta para instruir, para introduzir no conhecimento valores, normas e condutas. Essa é uma forma de integração no qual os símbolos de comportamento variam de uma sociedade para outra.

Ela permite a uma geração posterior utilizar o conhecimento sem ter de passar por todos os ensaios e experiências que foram necessários aos seus antepassados para produzir este conhecimento. [...] um indivíduo pode utilizar a língua e o conhecimento na forma que eles assumem quando entra na comunidade dos vivos e não ter consciência do fato de que, para a sua elaboração, contribuiu o trabalho e a experiência das gerações agora mortas. (ELIAS, 2002, p. 120)

Como enfatizado anteriormente, a escola acaba se tornando um ambiente de padronização e civilização, assumindo uma postura de modelação de comportamentos. Sendo que, os alunos são levados a se adequarem e se adaptarem conforme as suas normas e regras. É de extrema importância a valorização das particularidades dos alunos para a transformação da coletividade.

### **A emergência da desfragmentação do saber**

Para Elias (1980), as sociedades são compostas de indivíduos, dotados de características e capacidades humanas. Se o objetivo da investigação da natureza física era reduzir tudo o que se move e muda a algo estático e imutável, ou seja, reduzir tudo às eternas leis da natureza, o mesmo não se pode dar com os indivíduos, pois uma pessoa (professor) está em constante movimento e mudanças; ela não apenas atravessa um processo, mas ela própria é um processo. É nesse sentido que a imagem do homem (professor) para o estudo da sociologia não pode ser a da pessoa singular. Deve ser antes, a de pessoas (professores), no plural; a imagem de uma multidão de pessoas (professores, alunos, diretores, secretários, ministros etc.), cada uma delas constituindo um processo aberto e interdependente. Pois, logo que nasce, todo indivíduo começa a relacionar-se com os outros.

Partindo desse ponto de vista e o modo como às formações sociais se diferem, podemos considerar que o aluno enquanto ser social inserido em um determinado contexto, acaba fazendo parte do processo civilizador como modo de

transformação do seu comportamento. A introdução dessa nova estrutura de mentalidade, implicitamente em experiências históricas desencadeiam figurações.

As redes invisíveis nos quais permeiam o processo civilizador são fortemente presente no contexto educacional, fortalecendo a interdependência funcional dos atores sociais e suas relações.

A relação de quem ensina e quem aprende, ou, aquele que transfere o conhecimento e o que se apropria dele, está claramente definindo no que podemos chamar de teias de interdependências. No qual, esta deve ser tomada como ponto de referência para a escolha de procedimentos ou instrumentos que favoreçam no processo de ensino e aprendizagem, de modo a não exercer um papel subordinador e alienador de práticas preconcebidas ou tidas como normativas submetidas pela sociedade.

Para Cunha (1989), professor e aluno, juntos, criam um vínculo que permite que a aprendizagem aconteça a partir das trocas de ideias, das propostas que surgem da mediação a cada etapa e evolução do aluno, possibilitando que o conhecimento circule.

A interdependência dessa relação recíproca é sustentada pelas conexões entre professor e aluno, de forma involuntária, estabelecendo comportamentos compartilhados dentro das estruturas sociais. A convivência dessas relações sustenta-se pelas figurações de maneira tensional e coerciva.

A modificação das figurações humanas liga-se estreitamente à possibilidade de transmitir as experiências de determinadas gerações, como um saber social adquirido. Essa acumulação social contínua do saber contribui para a modificação da convivência humana e para que se alterem as figurações formadas pelos homens. (ELIAS, 2001, p. 38)

Logo, a relação professor e aluno, englobam aspectos mais profundos diante do processo de ensino e aprendizagem. Como citamos anteriormente no corpo deste trabalho, aponta-

mos alguns princípios institucionais, que tratam dos aspectos constitucionais e legais em geral, no que refere aos direitos do cidadão à educação e aos deveres do Estado em colocá-la a sua disposição.

A teia de relações entre professores e alunos, não deve se dar apenas em resolver os conflitos entre ambos, mas também de favorecer um ambiente adequado para a realização da das trocas de saberes, que é a aprendizagem dos conteúdos, acompanhado do desenvolvimento social e a consecutivamente a formação do caráter do cidadão.

Em função disso, Carvalho (2006) aponta algumas representações de auto regulação existente no contexto escolar, onde os alunos sentam-se enfileirados, vestidos uniformemente, obrigados a se comportarem de maneira civilizada, com uma postura ereta, silenciosos e atentos aos ensinamentos. Tem-se na figura do professor um detentor do conhecimento, aquele que não pode ser contestado devido o seu posicionamento de superioridade. Na maioria das vezes os alunos são tratados como iguais e colocados numa condição de aprendizagem dos mesmos conteúdos, na mesma velocidade e da mesma forma.

Nessas condições, nota-se que não são respeitados os conhecimentos prévios dos alunos, suas diferenças em termos de capacidade, muito menos suas opiniões sobre o que se está aprendendo. O aluno tem apenas o dever de aprender em um tempo determinado, de uma forma pré-estabelecida e configurada de acordo com o que se cobra na sociedade. Vê-se, nesse âmbito, um processo de homogeneização, vítima de uma racionalização produzida a partir de modelos, os quais se tornam almeçados, porém, raramente alcançados.

O processo interativo na relação professor-aluno deve proporcionar um ambiente de trocas, para que ambas as partes sejam impulsionadas a desenvolverem suas potencialidades, de maneira horizontal estabelecendo um clima e relação de empatia.

A esse respeito, vale destacar Guimarães (1996) no qual salienta que a escola como qualquer outra instituição,

está projetada para uniformizar as pessoas, com o intuito de manipular com mais facilidade. A homogeneização é exercida através de mecanismos disciplinares, ou seja, de atividades que recorrem à imposição das atitudes e comportamentos de forma submissa e dócil.

A forma de controle é demonstrada pelo poder de coação através do autoritarismo, a imposição, a ameaça com relação a notas e reprovações cria um clima que em nada favorece uma boa convivência entre professores e alunos. De acordo com Foucault (2002, p.08) afirma que *“as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento”*. De um modo geral temos, em algumas práticas pedagógicas mecanismos de controle e vigilância dos alunos, nos quais são embutidas e desenvolvidas normas sociais reguladoras de comportamentos.

É nesse sentido, que a formação do ser professor é resultante das diferentes configurações nas quais ele está imerso, pois, de acordo com Elias, modelam suas ideias a partir de todas as suas experiências e, essencialmente, das experiências vividas no interior do próprio grupo.

DesfrAGMENTAR o saber consiste na desvinculação de conceitos provenientes de uma sociedade formada por modelos reprodutores e práticas elencadas de doutrinas dominadoras. Faz-se necessário o rompimento dessas práticas que manifestam instrumentos de dominação cultural, a relação professor e aluno deve ser recíproca, respeitando as heranças culturais dos alunos e seus conhecimentos prévios.

### **Considerações Finais**

As instituições sociais, particularmente a escola participam do processo civilizador através da relação com a estrutura da sociedade, de forma que manifestam a auto regulação das emoções e das pulsões, ou seja, é fundada nas relações complexas entre indivíduos e sociedade e para haver a integração na

convivência, o aluno é levado a seguir algumas regras e ainda a desenvolver certos comportamentos que são julgados e impostos como normas de condutas essenciais para se viver em sociedade.

Assim, as contribuições de Norbert Elias nos leva a refletir como as instituições sociais, especificamente a escola, se tornaram fundamentais na produção e circulação cultural do conhecimento, como instituição de produção e representante de referências civilizacionais.

Neste cenário a escola assume uma postura educadora e disciplinadora, manifestando diferentes configurações sociais. É o que percebemos a partir das contribuições de Nobert Elias que a forma de configurações sociais está sujeito a mudanças ao longo do tempo. E que essas alterações que afetam as configurações sociais não são planejadas e nem previsíveis. Assim, o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento do conhecimento humano é produto da dinâmica das configurações sociais.

### **Agradecimentos**

Aos meus familiares pelo apoio e paciência nesta trajetória de estudos; Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia — PPGSCA.

### **Referências**

CARVALHO, Alonso Bezerra. A sociologia weberiana e a educação. In: CARVALHO, Alonso Bezerra e SILVA, Wilton C. L. Sociologia e educação. São Paulo: Avercamp, 2006.

CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993b, vol. 2.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. 2.ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, vol. 1.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, Norbert. Teoria simbólica. Oeiras: Celta, 2002.

ELIAS, Norbert. Escritos & Ensaios – 1. Estado, processo, opinião pública. Organização e apresentação de Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Luiz Felipe Baeta Neves (trad). 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GUIMARÃES, A.M. A dinâmica da violência escolar: Conflito e ambigüidade. Campinas: Autores Associados, 1996.

LEÃO, Andréa Borges. Norbert Elias & a Educação. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. Política Educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

## **Amazônia: traçado histórico das influências da colonização**

*Sandra Rejane Viana de Almeida  
Artemis de Araújo Soares*

### **Introdução**

Uma breve descrição dos processos de jugo dos povos dos índios e as inserções que ocorreram nos períodos relacionados aos séculos XVII até início do século XX é o ramo sondado.

Está fundamentado em uma análise bibliográfica, e busca base nos registros dos viajantes, em escritores locais, tais quais Moacir Andrade, Iraíldes Caldas Torres e Marilene Corrêa da Silva; e em autores contemporâneos, segundo Ana Pizarro e Francisco Foot Hardman, que trazem uma descrição das nuances que emergem da história, na intenção de desvelar relações de poder que construíram o tecido social e que influenciaram a formação do homem amazônico em seus aspectos sociais, econômicos e culturais.

Neste sentido tenciona-se traçar uma reflexão do modo de este habitante atuar socialmente e culturalmente, e da maneira de vislumbrar estes aspectos, despertando o seu olhar sobre o outro e sobre si.

### **Da proa do barco**

Esta narrativa lança mão de uma metáfora que descreve a visão de um expectador, de um representante do ecossistema que navega em sua pequena embarcação, típica da Amazônia; um viajante que percorre rios, lagos, igapós e igarapés desta estrutura gigantesca, e nestas suas viagens tem a oportunidade de vislumbrar as paisagens da natureza exuberante, a qual ele não se cansa de contemplar. São cenários

de relatos míticos, são imagens que descrevem as vivências e relações sociais dos aglomerados originários nos diferentes contextos: comunidades às margens de rios, nações indígenas em suas festividades, grupos em atividades de caça e pesca, e aqueles que buscam a sobrevivência mediante a economia de subsistência em seus roçados, ou nas demais atividades extrativistas racionais da floresta.

Pode-se afirmar que o transeunte que percorre o caminho aquático não se depara somente com o belo, peculiar da selva. Nada obstante, em suas andanças vê as lutas diárias travadas pelos indivíduos da mata para se manterem firmes diante das adversidades, vicissitudes da vida. Presença, igualmente, a variedade de raças que habitam a abrangência; e, apesar desta diversidade, não se sente diferente dos demais, dado que também se enquadra sendo “homem da floresta”.

Contudo, existem razões para afirmar que a sua condição de viajante e expectador não o deixa em posição mais elevada — podemos concluir que ele é pertencente à realidade social existente no bioma, e que em momento oportuno, na sua condição de timoneiro, estará inserido nestas peculiaridades. Desta forma, pode ter consciência desta identidade, perceber a si próprio inserto e atinente, tal qual parte deste cenário aventureiro.

### **O homem amazônida**

O traçado cultural inserto nas sociedades do interior do estado do Amazonas configura um retrato do processo que ocorreu em toda a região amazônica — não apenas por uma designação étnica; mas consideravelmente ao que diz respeito aos hábitos, costumes e religião exercidos por estas populações, que particularmente nos trazem à tona as heranças culturais deixadas por povos nativos, europeus, nordestinos e negros.

A compreensão deste fenômeno não está restrita ao entendimento puramente relacionado à sua historiografia. Ao contrário: necessita avançar na compreensão que resulta das

lutas pelo poder; e entender de que forma esse atributo se estabeleceu na elaboração do tecido social descrito, bem como a supremacia existente neste processo.

Este esclarecimento nos fará entender o porquê de o selvático amazônico revelar-se contido em seu mundo, e em certas circunstâncias da vida de forma subserviente — ou, na melhor das hipóteses, arrolado em lutas por direitos que são fundamentais à vida, a saber, exemplificando, a educação de qualidade, o direito à moradia condigna, saúde com qualidade.

Em contrapartida, temos o olhar do conquistador, para a Amazônia e para as sociedades que nela habitam; sendo cenário que ainda permanece com as mesmas características de intenção de superioridade e expropriação, tal qual era nos primórdios da sua colonização, seja pelo interesse do próprio país que intenciona alargar suas ações econômicas exploratórias (ou de países estrangeiros, cujos objetivos visam favorecer o Capitalismo, em suas variadas formas, assim como na exploração de minérios, madeiras, recursos hídricos, e recursos diversos, sem se importarem com o diálogo que se faz necessário com estas nações silvícolas e ouvir o que dizem suas opiniões, e sem se importarem com a soberania e a Legislação internacional e nacional).

Dentro deste enredo, encontra-se a visão estereotipada que havia acerca da Amazônia e sobre suas populações, de cujo conjunto devemos considerar estes sendo personagens fundamentais que a caracterizam e dão as principais notas da canção à temática *Amazônia*, entretanto sem agradarem aos ouvidos de quem se torna maleável apenas com a canção que emana dos acordes impetuosos do capital. Temos uma definição singular em Boaventura Sousa Santos (2002, p. 137) que nos diz que “é impossível haver um diálogo multicultural se algumas culturas têm sua opinião e conceitos suprimidos ou silenciados”.

Ana Pizarro (2012, p. 105) nos traz uma observação sobre a formatação mediante a qual a Amazônia é vista

aos olhos do mundo; já que afirma que “*esta é conhecida pelas concepções externas a ela, não pelo que realmente é sua miscigenação cultural e a profunda relação de seu povo com o meio ambiente, suas vivências*”.

A concepção deturpada que foi divulgada pelos primeiros exploradores, de que o “homem amazônico seria um ser irracional” e sobre este conjunto ser um suposto “*inferno*” acarretou em uma descrição de uma pseudo-Amazônia que foi notada por Euclides da Cunha (1997, p. 226) que saiu em defesa desta ao asseverar: “*Procurarei vingar a Hyloe maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVII*”.

Esta é a opinião de alguém que presenciou e percebeu a essencialidade de tornar públicos os fatos referentes às subserviência e exploração dos grupos que a habitavam.

### **Da amizade necessária à ocupação desejada**

Ao tecermos uma reflexão sobre os processos de inserção neste ambiente, devemos ressaltar as particularidades que permeiam o seu contexto; visto que não é novo o fato de haver interesse dos países e setores europeus em explorar e conquistar estes territórios.

A Amazônia brasileira e a estrangeira sempre estiveram presentes nos interesses dos conquistadores ibéricos e demais sociedades europeias, visto que as notícias que os viajantes dos séculos XVI e XVII narravam aos seus monarcas descreviam uma localização misteriosa, cercada de mitos; uma vez que eles relatavam lugares com muitas riquezas, e, dentre elas, “*idades revestidas de ouro, na qual os caciques após banharem-se nas águas dos rios, mergulhavam e emergiam de fontes de ouro em pó*” (PIZARRO, 2012, p. 80).

Diante de tais descrições, os recém-chegados foram motivados ainda mais pela possibilidade da geração de riqueza, que poderiam ser advindas não apenas da possibilidade da existência do minério, mas também na evidência das subse-

quentes exploradas “drogas do sertão”, à maneira das mercadorias asiáticas desejadas.

Neste sentido, eram revelados o ensejo e a consequente ânsia dos reinos português e espanhol em demonstrar sua força bélica e política mundialmente. Exibiram suas ações de forma nítida e planejada inquestionavelmente, em atitudes que também manifestavam a maneira de estas duas nações medir forças entre si (potências contemporâneas irmãs e rivais) e entre as demais aglomerações europeias, consoante cita Marilene Corrêa da Silva (1996, p. 11):

Quando se desenvolve a crise dos países ibéricos, a defesa e o asseguramento dos espaços conquistados são vitais para a permanência de Portugal e Espanha na cena política da Europa, e para influenciar nas tendências econômicas da época. Assim, tanto no aparente desinteresse espanhol pelas terras amazônicas, como na persistência portuguesa de defesa e ocupação [...].

O interesse em absorver os territórios na referência silvícola não se limitava às monarquias que a pleiteavam explicitamente. Isto estava relacionado a projetos particulares e pessoais, uma vez que havia dádivas aos líderes que nelas estavam envolvidos. As mesmas são citadas por Marilene Corrêa da Silva (1996, p. 14) que nomeia estas ações *Anarquia do Loteamento* e denota uma forma de demonstração de poder por parte de uma determinada coroa que indiscriminadamente distribuía as terras almejadas aos seus conquistadores.

Dentre os conglomerados europeus, além de portugueses e espanhóis, que adentraram este território; podemos citar também os franceses, holandeses e ingleses, que trouxeram suas contribuições étnicas e culturais para a formação dos silvícolas destas paragens.

Por intermédio das descrições históricas, é fácil notar o interesse do cidadão europeu e demais exploradores da época sobre a biomassa que usufruíram; pois por meio de seus relatos alusivos sempre demonstraram e exemplificaram suas conquistas e embates entre si, e contra os habitantes, tendo em

vista que suas relações com estes nem sempre foram amigáveis. Entrementes, Pizarro (2012, p. 149) destaca que “*a voz do conquistador sempre se fez ouvir*”; e isto é documentado largamente, transmitido por séculos institucionalmente e percebido em seus escritos, em suas obras de arte e na definição de sua posição social. Em contrapartida, a “*voz do homem indígena*”, proprietário legítimo da região, no decorrer das épocas, que sofreu as barbáries e a escravidão e outros tipos de hostilidade, nunca será ouvida; porque fora silenciada, suprimida ou apagada e jamais saberemos quais foram suas percepções respeitantes à usurpação de seu hábitat, sua história e sua cultura, pois jaz no silêncio.

Podemos avultar dois exemplos na disputa de territórios no espaço nativo que são aludidos pela historiografia e estão relacionados ao processo de escravidão de índios que o habitavam; e os resultados destas relações vieram a influenciar diretamente sobre a formação das sociedades residentes; posto que a partir destes episódios abriram-se portas para o início de novas relações entre conaturais e europeus.

O primeiro é o que menciona a localidade de Manaus, que vislumbrou um dos principais focos de conflitos gerados por lutas, pela ocupação e domínio de sua circunscrição.

Os registros históricos nos levam às áreas do local denominado Tarumã<sup>1</sup> e nos conduzem aos meados do século XVII. Relatam que antes do início da apropriação, este lugar era habitado por selváticos concernentes ao tronco linguístico Aruaque, cuja sociedade ficou marcada pela presença dos padres jesuítas<sup>2</sup> e dos mercedários<sup>3</sup>, a exemplo do Frei Teodósio, que liderou a denominada Missão Tarumã, sendo este bloco do biosistema o primeiro núcleo a ser povoado nestes moldes em Manaus.

---

1 Hoje é um bairro manauara localizado em área suburbana.

2 Ordem religiosa de origem francesa que chegou ao Brasil em 1549 com a expedição de Tomé de Souza, cuja finalidade principal era a catequização dos povos selváticos.

3 Respectivos à Ordem de Nossa Senhora das Mercês, de origem espanhola, da circunscrição de Barcelona, fundada em 1218 e tal qual as demais ordens eclesiásticas vinham na missão de doutrinar e “domesticar”, civilizando silvícolas.

Nesta missão estava presente Pedro da Costa Favela, o famigerado matador de proprietários deste hábitat, conforme relata Mário Ypiranga Monteiro (1998, p. 25).

No decorrer deste processo de ocupação em colonização, a vastidão também foi utilizada para o devassamento das *drogas do sertão*, cujo excesso quanto ao uso do trabalho era designado aos nativos sobreviventes que conheciam os procedimentos da sua extração: “*feitas por índios escravizados, já afeitos a esse tipo de trabalho*” (ANDRADE, 1985, p. 16); e este período de subalternização deles ocorreu durante a segunda expedição nesta área. Este local posteriormente foi denominado de Arraial do Tarumã.

O exemplo acima descreve a relação estabelecida entre os precursores e os submetidos que pela exploração da força de trabalho destes, realizavam suas conquistas e expandiam o seu poderio.

O segundo merencório relato que se propõe aconteceu no mesmo período memorável, o qual trata do fato ocorrido no rio Urubu<sup>4</sup>, durante a Missão de Saracá, cenário onde hoje é o município de Silves<sup>5</sup>, cuja descrição reconhecida relata o combate travado por cidadãos do oeste europeu contra as etnias domiciliadas: Guanavenas, Caboquenas e Buruburus — esta denominada pelos moradores selváticos como Bararurus, os quais se engajaram em uma vã tentativa em defender seu território que estava a um passo de ser usurpado.

Conforme os relatos de Donato (1996, p. 117):

A penetração do poder lusitano no vale amazônico, empregando métodos escravagistas disfarçados nas “expedições de resgate”, sugeriu aos indígenas coligações defensivas de que foi exemplo aquela integrada por caboquenas, buruburus e guanavenas (sic).

Ao final desta batalha, houve a supremacia lusa que dizimou aproximadamente quinhentos representantes dessas

4 Um dos afluentes do rio Amazonas na margem esquerda, cuja nascente fica localizada no município amazonense de Presidente Figueiredo.

5 Município amazonense localizado no Médio Amazonas, distante de Manaus a 206 Km em linha reta.

etnias, e aos sobreviventes fizeram cativos, sendo levados na configuração de prisioneiros de guerra ao Estado do Pará.

As descrições acima revelam a estratégia utilizada pelos pioneiros ibéricos que consistia em traçar relacionamentos de amizades com naturais na finalidade de pacificá-los, e posteriormente dominá-los, tomar posse de seu território, revelando a supremacia do seu despojo, à maneira da documentada em Torres (2008, p. 180):

A colonização é uma das formas de encontro entre as culturas, resulta de um propósito consciente de conquistar o poder e realizar a exploração econômica, articulados por processos sociais, signos e valores forjados, sem os quais o sistema não se manteria. Quer dizer, o sistema de ideias que sustenta a colonização só sobrevive por intermédio da representação simbólica que subjaz a ele.

Os ditames políticos estabeleceram os critérios para o desapossamento estabelecido pelos descobridores: pela ideologia imperialista sob, uma das principais justificativas para a “domesticação de indígenas” remetia às questões religiosas; posto os “primitivos” desconhecerem os princípios cristãos, portanto destituídos da salvação, o que justificaria a carência de catequizá-los. O que a documentação reflete são os genocídios no continente, e não o estabelecimento de relacionamento intercultural benéfico.

Suas explicações eram fundadas em visões distorcidas quanto à realidade cultural, linguística e religiosa do prógono, e esta catequização viria no intuito de alicerçar o proselitismo religioso.

Tais fatos nos fazem perceber que os interesses políticos e econômicos sempre estiveram presentes e se revelavam por meio das ações das missões religiosas — dentre eles os processos educacionais de colonos e indígenas, casamentos entre estes e aqueles, ou ainda mediante supostas “amizades” com os nativos, tendo em vista que a partir destas se tornariam possíveis a usurpação e a aquisição imperialista do bioma.

## O seringueiro e o negro

A composição do quebra-cabeça étnico-cultural que é a formação do emaranhado amazônida é complexa, mas coerente a partir do momento em que se acende a luz da compreensão do processo histórico e social que a desenvolveu.

A exploração da borracha no século XIX foi um processo conflituoso no que tange à questão das lutas comunitárias, pois foram marcadas pelo enriquecimento dos donos das propriedades, pelo embelezamento e desenvolvimento das capitais envolvidas em sua produção e pela servidão de homens que estavam na vanguarda da lida diária e que desenvolviam o processo de extração da matéria-prima.

Estes seres humanos foram marcados pelo isolamento. Cada um sendo “*trabalhador sentenciado a viver na solidão do caucho*” (HARDMAN, 2009, p. 26); vulnerável às doenças endêmicas, e agruras afins que permeavam o contexto da vida no gomal, tal como foi descrito por Euclides da Cunha (HARDMAN, 2009, p. 27), “*o caucheiro: homúnculo da civilização*”.

Há, nas palavras de Cunha, a propósito da figura do extrator, um alguém plenamente ativo e que pertence ao processo de enriquecimento dos seringalistas — sob a forma de personagem; o qual, devido à presença do Capitalismo, não pode vislumbrar o fulgor que resultava da sua força de trabalho.

Em meados do século XX, os embates mundiais arrolaram os brasileiros de formas variadas, e uma delas foi no decorrer do denominado Segundo Ciclo da Borracha que visava a fomentar o poder bélico dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

O passado descrito cita o brasileiro nordestino tanto quanto ferramenta que compõe a formação do homem inato; que sendo retirante chegou à região amazônica para lidar com a seringueira (*hevea brasiliensis*) e a produção da borracha.

O seringueiro — que outrora se configurava no indígena e no caboclo —, agora é identificado no homem nordes-

tino que experimenta os aviltamentos delineados pelo sistema de semiescravidão existente nestes setores da extração, no qual os problemas são agravados pela grande dificuldade da aquisição da borracha. Pizarro (2012, p. 114) contribui, fazendo uma alusão: “A obtenção da resina é trabalhosa, especialmente devido ao lugar onde é encontrada, em geral um lugar emaranhado e repleto de perigos na selva”.

Uma inquietante pergunta surge em nossas reflexões: Quem mais se prontificaria a um trabalho árduo, abominável e longe de suas terras? Quem, senão alguém que já estivesse desesperançado em seu viver, devido à seca fulminante que sobrevinha na época aos moradores do semiárido brasileiro?

As narrativas de Euclides da Cunha nos proporcionam analisar as formas de descomedimento econômico e especificamente o que se refere à forma de pagamento feita aos servidores pelos seus trabalhos realizados nos gomais, a saber, o sistema de aviamento — e neste o dono do seringal detinha o poder econômico e mantinha o controle da permanência do círculo vicioso sobre a dívida do trabalhador; que, ao final de sua produção, nunca lhe sobrava uma parte do soldo eficazmente ou a quitação definitiva da dívida, mas sempre a permanência do débito ao seu patrão.

Hoje a herança cultural deixada pelo legado nordestino é percebida entre os amazônidas, deixando claro que os *soldados da borracha* permaneceram e integraram-se culturalmente; o que é percebido por meio de suas brincadeiras de bois-bumbás, danças de quadrilhas, culinária, exemplificando características peculiares, que se fundiram e se tornaram perenes no contexto ingênito.

Concomitantemente, frente ao que se relaciona à presença do negro no contexto amazônico pouco é falado, visto ou observado. Entrementes, convém frisar que sua participação é um fato; visto que o precursor da libertação nacional, Estado do Amazonas, tem, em sua base histórica, os relatos que nos concedem observar a atuação de políticas escravagistas e abolicionistas no século XIX, da forma que é registrado em Sampaio (2011, p. 57): “Essa percepção de um espaço de cultura marcada-

*mente indígena, fez com que a escravidão e a cultura africanas se deslocassem a um plano menor, constituindo um vazio na historiografia regional”.*

Esta observação denota a relevância da busca pelo conhecimento respeitante às influências dos grupos — tanto de índios quanto de negros, paralelamente à colaboração da documentação dos brancos — para a constituição do homem que habita a região amazônica; tendo em vista fazerem parte deste legado da história, e o reconhecimento de suas influências culturais nestas sociedades se torna substancial.

O tempo passou, as comunidades conatas foram se reconstituindo e se estabelecendo com suas crenças, mitos, saberes, religiões e sua cultura em geral — desenvolvimento de um processo basilar para que a sua estruturação se consolidasse e fazendo de suas particularidades uma matriz cultural diferenciada, apesar de não ser valorizada pelos olhares dos que a veem de fora; nada obstante, percebemos que o aspecto herdado se torna fundamental para constituir o arcabouço e o anteparo deste povoado.

E, retomando a metáfora do viajante supramencionada, observa-se que o que ele viu e o que ainda hoje vê da proa de seu barco não foi feito ou gerado ao acaso. Todavia, tudo é o resultado de um longo processo histórico, que foi pincelado por diversas mãos — às vezes, não tão amigas na medida em que se pretendiam apresentar; outras, fortuitas; mas que trouxeram contornos imprescindíveis à imagem que se configurou ao longo dos séculos.

O homem caboclo, que atualmente luta por sua sobrevivência, traz as mesmas marcas de seus antepassados: o conatural que hoje luta pela demarcação de seu território e impõe resistência em neles permanecer, demonstra — via estes gestos — a força para lutar contra os mesmos processos ocorridos no passado que persistem em permanecer no presente.

### **Considerações Finais**

Posto isto, podem-se encontrar alicerces para uma reflexão apropriada sobre o contexto sociocultural que se estabe-

leceu no bioma regional nos primeiros séculos que a História nos oportunizou em suas descrições e narrativas estabelecidas por intervenção dos contornos étnicos e culturais delineados pela presença do multiculturalismo — que teve um papel importante para compor o quadro que contemplamos nas diversas matrizes, quais instrumentos: indígena, nordestino, europeu e africano, que vieram a fundir-se para compor o homem amazônida, presente nos mais diversos lugares desta vasta extensão, o bioma Amazônia.

### **Referências**

ANDRADE, Moacir. Manaus, ruas, fachadas e varandas. Manaus: Humberto Calderaro. 1985.

DONATO. Hernâni. Dicionário das batalhas brasileiras: dos conflitos com indígenas aos choques das reformas agrárias. 2.ed. São Paulo: IBRASA, 1996.

HARDMAN, Francisco Foot. A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: UNESP, 2009.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Roteiro histórico de Manaus. Manaus: EDUA. 1998.

PIZARRO, Ana. As vozes do rio: imaginário e modernização. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2012.

SAMPAIO, Patrícia M. (org.). O fim do silêncio — presença negra na Amazônia. Belém: Açai, 2011.

SANTOS. Boaventura Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Marilene Corrêa. O paiz do Amazonas. Manaus: EDUA, 1996.

TORRES, Iraíldes Caldas. A formação social da Amazônia sob a perspectiva de gênero. In: Ciências e saberes na Amazônia: indivíduos, coletividade, gênero e etnias. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2008.

## **O dever de casa: estabelecendo relações entre escola-família no 4º ano do Ensino Fundamental**

*Carlinho Ferreira Pessoa  
Jarliane da Silva Ferreira  
Sebastião Melo Campos*

### **Introdução**

Este artigo se consolidou a partir da necessidade de compreender a dificuldade de estudantes, pais e professores, acerca do dever de casa como instrumento fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, nas séries iniciais, e da possibilidade de inter-relação da escola e família.

Entretanto, por ser um tema pouco discutido no repertório científico, tivemos pouco acesso a autores e pouco acesso a fontes no INC-UFAM, para melhor compreensão da referida temática, que consideramos de grande relevância por se tratar de ramo que constitui elementos importantes, tanto na prática escolar quanto na vida familiar da criança.

O dever de casa apresenta em seu cerne o estabelecimento de relações entre família e escola; eleva o rendimento dos discentes; se for compreendido como uma ferramenta de aprendizagem, contribui para o fortalecimento dos relacionamentos entre pai e filho; auxilia o discente na organização de sua rotina de estudos; estimula a autonomia e senso de responsabilidade no discente. Por isso, o dever de casa deve ser compreendido como um instrumento para a formação sólida e deve começar no ambiente escolar e, por conseguinte, dar continuidade em casa com o auxílio dos responsáveis dos educandos.

Diante do exposto, é importante afirmar que a pesquisa contribuiu para revelar as finalidades e importância do dever de casa, papel da escola, dos pais e dos discentes; desde a

aplicação do dever até a sua execução e o seu retorno à escola para correção e identificação das dúvidas sobre o conhecimento explanado pelo docente.

O referido artigo é recorte de um capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas do Instituto de Natureza e Cultura, desenvolvido com o tema “O dever de casa: Estabelecendo relações entre escola–família no 4º ano do Ensino Fundamental”. Tem como objetivo analisar os fatores que implicam nas dificuldades dos alunos em relação ao dever de casa, entendendo a relação escola–família nesse processo de acompanhamento; e especificamente buscou-se refletir sobre a importância do dever de casa enquanto recurso de aprendizagem utilizado pelo corpo docente.

### **Conceitos, Finalidades e Importância**

O dever de casa é aqui assim considerado como toda atividade pedagógica elaborada e proposta por professores, destinada ao trabalho dos alunos fora do período regular de aulas. Resende (2004, p.1) salienta que: A comunidade escolar dá vários nomes para essas atividades: tarefas para o lar, lições de casa, deveres, deveres para o dia tal, atividades para o lar, atividades extras (os deveres para casa no processo ensino-aprendizagem).

Diante disso, compreende-se que o dever de casa envolve todas as atividades práticas, exercícios, pesquisas, resolução de problemas, entre outras propostas solicitadas pelo professor para serem executadas em casa pelo discente.

Amorim (2010) define que:

O professor entrega ao aluno a responsabilidade de realizar um trabalho em casa, que vai tomar tempo e exige concentração desse aluno fora do ambiente escolar. Como convencer a criança ou o adolescente de que aquele “dever de casa” faz parte de seu aprendizado e é tão importante quanto prestar atenção às aulas? Essa questão nem sempre passa pela cabeça de educadores ou de pais e acaba ofuscada pela questão de quem deve cobrá-la. Ou seja, discute-se quem deve acompanhar a vida escolar da criança/adolescente sem levar em conta o porquê desse acompanhamento.

Daí, a importância de enfatizar ao discente a responsabilidade de se fazer as tarefas em casa, propiciando um ambiente tranquilo e adequado ao aluno. Desta forma, o professor deve buscar a melhor maneira de explicar para seus aprendizes que o dever de casa irá fazer parte de um processo de desenvolvimento da sua aprendizagem. Isto, pois o dever se constitui como ferramenta favorável à aquisição do conhecimento mediatizado pelo docente; e, após a conceituação deste conhecimento, faz-se necessária a execução do procedimento para que escolar possa apreender o que foi ensinado e ter uma atitude diferente diante de sua aprendizagem.

Discute-se também a questão de quem deve cobrar ou acompanhar o dever de casa e de que maneira deve ser efetuado o seu acompanhamento. Segundo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Para tanto, compreende-se que é responsabilidade dos pais ou responsáveis participarem ativamente da construção, organização e compartilhamento de ideias e dos instrumentos que irão favorecer à aprendizagem dos escolares.

Nesse sentido, Padilha (2005) reforça que:

É importante que as tarefas propostas para o aluno estejam efetivamente a serviço do desenvolvimento da autoria, ou seja, essas tarefas deveriam ser, sobretudo, oportunidades de estímulo a sua própria produção. Que a tarefa de casa remeta-o ao estudo, à pesquisa e que lhe encomende textos e trabalhos instigantes e significativos. Ao longo do ano letivo, o aluno terá tido a oportunidade de fazer brotar uma farta e caudalosa produção de textos próprios. Dessa forma, assumirá cada vez mais a posição de autor e desenvolverá sua própria metodologia de trabalho. (2005 *apud* apostila per cursos, p. 9).

Desta forma, faz-se necessário que o professor proporcione ao aluno exercícios que promovam o seu próprio fazer, ou seja, passando tarefas que propiciem trabalhos mais estimulantes e significativos, oportunizando aos educandos a criação e recriação de seu próprio método de trabalho.

Conforme o art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9394/96: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Por tal caminho, é de fundamental importância a participação dos pais no contexto educacional, contribuindo, incentivando, ajudando, interagindo com a escola para entender quais as dificuldades e necessidades dos seus filhos nesse processo.

Nas palavras de Carvalho (2004):

Concebido como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, o dever de casa não apenas afeta seu planejamento e implementação, e, portanto, o trabalho docente, mas afeta também a vida dos estudantes fora da escola e sua rotina familiar, pois supõe a conexão entre as atividades de sala de aula e de casa, e uma estrutura doméstica adequada apoiando as atividades escolares.

Sendo assim, o dever de casa torna-se um dos principais meios de interação entre escola e família, afetando não apenas a rotina diária do contexto escolar, mais também o contexto familiar. Desta maneira, compreende-se uma interação maior entre escola e família para adequar as atividades de sala de aula com o ambiente familiar.

É necessário que o aluno compreenda que a tarefa de casa deve ser feita em casa, e não em outros ambientes não propícios a sua execução, fazendo com que o indivíduo em formação escolar entenda que o dever de casa é um compromisso dele e deve ser levado a sério.

Os pais devem dispor ao aluno de um ambiente que beneficie às imaginação e aplicação, atenção, dispondo de materiais que favoreçam sua prática. É necessário que os pais estabeleçam prioridades, fazendo uma organização do tempo, destinando à brincadeira e a cada tarefa o tempo necessário, orientá-los sobre os pontos positivos do dever de casa e incen-

tivar de maneira prazerosa como deve ser feito e porque deve ser feito.

De acordo com Polonia (1996, p. 29):

Os educadores têm consciência que a tarefa passada para casa tem objetivo subsidiar os conteúdos, reforçar e promover o armazenamento daquilo que é considerado importante para a aprendizagem. No entanto, sentem-se perdidos e são colhidos por perguntas nem sempre fáceis de responder, considerados os tantos entraves a uma educação de qualidade.

Diante disso, compreende-se que os mestres entendem as reais finalidades dos deveres escolares, no sentido do reforço e continuidade daquilo que foi estudado em sala de aula, que irá propiciar ao aprendiz uma melhor compreensão das atividades e conteúdos propostos pelo professor. Porém, a autora enfatiza que, se a tarefa para casa não for de fácil assimilação para o educando, isso dificultará os objetivos do dever de casa.

Para Polonia (1996, p. 29):

Embora o dever de casa venha apresentando distorções, às vezes vem se tornando como um verdadeiro castigo para o aluno, há de se reconhecer que, se for devidamente apropriado, pode ser necessário na medida que desempenha algumas funções tanto para a aprendizagem, como para outros aspectos da vida dos alunos.

Dessa maneira, apesar da tarefa de casa apresentar distorções de suas finalidades; é reconhecido que este recurso pedagógico é adequado e contribui para aprendizagem dos educandos, e para o professor identificar se o aluno aprendeu o conteúdo estudado, além de contribuir em casa na rotina fora da escola, possibilitando um senso de responsabilidades, autonomia, cumprimento de obrigações, para enumerar.

A autora ainda enfatiza (1996, p. 30):

A lição de casa permite à criança aprender em seu próprio ritmo e ir além dos limites do que é feito em sala de aula. Ela pode ensinar a autodisciplina e ajudar a criança a desenvolver bons hábitos de estudo. Ela dá ao aluno mais lento a oportunidade de se igualar ao restante do grupo caso tenha perdido tarefas de classe; e de compen-

sar suas dificuldades. Se a lição de casa não for meramente trefista; poderá melhorar as notas da criança em sala de aula.

Diante do exposto, o dever de casa certamente é fundamental no processo pedagógico, pois o mesmo dá à possibilidade da criança criar o seu próprio meio de estudo, além das atividades de sala de aula, dando ao sujeito que aprende mais lentamente, realizar as tarefas em casa.

O aluno deve conciliar as suas atividades diárias, ou seja, do seu convívio, com o tempo a ser dedicado aos deveres de casa. Enfatizam-se as implicações diretas, no contexto familiar e escolar, que o dever de casa apresenta no sentido de articular ou adequar as tarefas do dia-dia com as tarefas de classe. É inegável a eficácia desse método para o aproveitamento escolar.

Desta forma, compreende-se a importância desse recurso, que irá estabelecer uma relação maior da escola com a família, importante para que os pais reconheçam e compreendam o dever de casa como uma atividade que favorece o desempenho no processo de aprendizagem de seus filhos.

Vale salientar que os deveres de casa em excesso nos trazem algumas contradições na prática para sua realização. O excesso das tarefas escolares torna-se uma atividade muito cansativa, fazendo com que o estudante veja esse instrumento apenas como o cumprimento das obrigações escolares e não como uma forma de subsidiar sua aprendizagem. É importante que o dever de casa oportunize a ele o real desenvolvimento, ou seja, criando possibilidades naturais na sua produção.

Em conformidade com Polonia (1996, p. 31), a tarefa de casa se presta a várias finalidades e isto deve ser considerado na hora de passá-la para o escolar. Segundo a autora (1996, p. 31), este instrumento tem a finalidade de:

Estimular à criação de uma autodisciplina: Se for apropriada, a tarefa de casa faz com que o aluno desenvolva uma autodisciplina, compreendendo que para adquirir conhecimento ou realizar outros trabalhos, ele precisa de determinadas regras: distribuição do tem-

po e da atividade a ser feita, adequação do local, cumprimento de prazos, etc. Isto, sabemos, será muito útil ao longo da vida para as atividades que requerem disciplina tais como trabalho, dirigir carro, pontualidade em encontros sociais, dentre tantas outras.

Nessa perspectiva, a tarefa de casa propicia à criança o estímulo da autodisciplina, se a tarefa proposta estiver adequada e favorecer à aprendizagem do mesmo, pois os afazeres necessitam de regras determinadas para sua realização (dentre os quais, alguns citados acima). Dessa forma, o dever de casa terá muita utilidade na vida social futura da criança.

De acordo com o parecer da autora (1996, p. 31), as tarefas extraclasse propiciam ao estudante:

A promoção de independência: na medida em que o aluno for desenvolvendo uma autodisciplina, automaticamente, vai se tornando independente, tirando dos pais o trabalho adicional de ficar supervisionado as suas tarefas diárias, que muitas vezes traz aborrecimentos para ambos.

Por tal razão, refletimos que o dever de casa, a partir do estímulo da autodisciplina e no decorrer do processo educacional, promoverá a independência das crianças na realização das tarefas e nas rotinas diárias fora da escola.

Outras funções relevantes relatadas por Polonia (1996, p. 31) referem-se a que os deveres escolares atuam como:

Reforço: a tarefa de casa possibilita ao aluno rever o que foi dado em sala de aula e verificar o que não foi bem assimilado, identificando os pontos que requerem maior dedicação. Isto resulta em melhor acompanhamento da turma pelos alunos considerados mais fracos, favorecendo a obtenção de melhores notas. Nestes casos, com os devidos cuidados para não discriminar alunos com mais dificuldades, faz sentido a observação de uma aluna.

Complementação das atividades de sala: para os professores que sentem que determinada atividade exige mais exercícios complementares ou necessita que o aluno se detenha um pouco mais no conteúdo trabalhado em função do grau de dificuldade, a tarefa de casa servirá para preencher esta lacuna.

Por tal mister, considera-se fundamental a prática do dever de casa, pois o mesmo tem o intuito de reforçar e com-

plementar o conteúdo estudado na sala de aula, fazendo com que o professor identifique o que não foi aprendido pelo educando e possibilitando ao educador intervir nas dificuldades apresentadas pelo aluno. Contudo, esse trabalho deve ser feito cuidadosamente para não rotular o aprendiz com dificuldades como fraco, diante do grupo de colegas.

Polonia destaca que o dever de casa permite:

O Desenvolvimento do senso crítico: Ao retornar o assunto estudado em sala de aula, o aluno tem a oportunidade de ponderar sobre o que foi visto, sobre as observações do professor, abstrair e questionar o que seria aplicável à sua vida prática ou à sociedade em que vive. Este é um exercício que o aluno pode fazer junto à sua família ou com seus colegas, o que serviria para aguçar o senso crítico. Esta função é importante, sobretudo para o adolescente que está começando ou já começou a desenvolver o pensamento abstrato.

Por conseguinte, a tarefa de casa surge com um papel relevante, como recurso pedagógico, permitindo ao aluno uma postura crítica, diante das atividades e conteúdos diários de sala de aula; e, a partir do que foi proposto, questionar o que está sendo estudado, questionando sua aplicabilidade na sua aprendizagem e no contexto social. Portanto, essa postura certamente contribuirá para sua posição crítica diante da realidade que cerca o estudante.

Neste intuito, Polonia ressalta que as tarefas escolares estimulam e facilitam ao educando:

O desenvolvimento de processos específicos de aprendizagem: A tarefa, neste sentido, oportunizaria ao aluno vivenciar uma ou mais situações como: estabelecer relações entre os conhecimentos adquiridos, desenvolvimento do pensamento indutivo e dedutivo, classificação, formulação e resolução de problemas, associação de idéias, generalização e assim por diante.

A aproximação entre pais e filhos: Se a tarefa for apropriada e não representar um desgaste, cumprirá a função de aproximar pais e filhos. Isto porque, no momento que acompanham a tarefa, os pais tornam conhecimento da vida escolar dos filhos — suas dificuldades e facilidades no que estão aprendendo. Em contrapartida, o filho se sentirá apoiado ao perceber o interesse dos pais pelas suas atividades, fracassos e conquistas.

Para isto, compreende-se a grande relevância do dever de casa no processo de ensino-aprendizagem, e na aproximação familiar. Nesta perspectiva, se a tarefa estiver objetiva, for adequada e de fácil assimilação, oportunizará ao indivíduo conhecer diferentes canais de aprendizagens, que possam ser relacionados aos conhecimentos alcançados em sala de aula, possibilitando um pensamento analítico e crítico, para citar.

Nesse mesmo sentido, a tarefa de casa surge como um fundamental instrumento de aproximação entre pais e filhos, pois os pais acompanham a realização, dificuldades e facilidades dos deveres em casa juntamente com eles, ou mesmo deveriam além de conhecer o dia-a-dia das crianças na escola; e isso certamente fará com que a relação entre os mesmos melhore.

### **Dever de casa: prática pedagógica do professor**

O papel do lente na prática do dever de casa é um componente fundamental para que a lição de casa seja realizada com sucesso e assim contribua para suas reais finalidades. Freire (2005) salienta que: O professor só ensina verdadeiramente, na medida em que conhece o conteúdo que ensina, quer dizer, na medida em que se aproxima dele em que a aprende. Freire destaca ainda que: A gente não ensina ninguém, a gente ajuda alguém a aprender, e quando nós estamos ensinando nós estamos também aprendendo.

Conseqüentemente, o docente precisa apresentar todo um repertório diversificado de metodologias, habilidades e procedimentos que proporcionem uma aprendizagem mais significativa para os educandos; e, por conseguinte o educador estará aprendendo e melhorando sua prática de ensino. Portanto, sugere-se que a lição de casa não seja utilizada somente como castigo ou uma ocupação para o aluno realizar em casa, ou mesmo como uma atividade de repetição mecânica e descontextualizada dos objetivos a que se propõe o dever de casa.

É notório que o dever de casa como recurso pedagógico ainda nos dias atuais é considerado por corpo docente e genitores

como uma necessidade educacional e um elemento favorável na relação entre escola e família, além de um componente importante do processo de ensino-aprendizagem e do currículo escolar, e uma ocupação adequada para os estudantes em casa em um contexto pedagógico e familiar.

Polonia (1996, p. 34) indica que, para a tarefa ser atraente para o sujeito, o educador precisa:

Ser criativo e dinâmico: Se for uma tarefa automática e repetitiva, onde o aluno tem que fazer cópias, questionários ou exercícios que visem uma única resposta possível (e do livro adotado!), o aluno não sentirá motivação para fazê-la. É importante que a tarefa o estimule a buscar novo conhecimento, que possibilite construir (um jogo, por exemplo), fazer experiência, questionar e encontrar soluções próprias para um determinado problema. Fazer conexão com a realidade: É a forma de incentivar o aluno a buscar outras fontes para fazer a ligação de um assunto estudado com outros da atualidade ou da sua realidade. Por exemplo, se o assunto é clima, o aluno poderia ter como tarefa apenas procurar em jornais e na TV os assuntos relativos à meteorologia do seu país ou cidade, ou ainda, sobre acidentes em decorrência da má visibilidade. Outro exemplo seria buscar informações sobre as consequências da baixa umidade para a saúde e relatá-las para a turma. Tarefas desta natureza dificilmente o aluno acharia monótonas.

Colaborando, Freire (2005) enfatiza que: *O que ensina é o interesse do professor em ensinar*. Ele tem um papel fundamental para que a tarefa de casa seja atraente e prazerosa para a classe. No sentido de que ele, sendo criativo e dinâmico nos deveres que irão para casa, proporcionará o estímulo em buscar/questionar diferentes e novos conhecimentos. E, desta forma, a turma conseguirá realizar com êxito e satisfação.

Nesta mesma linha de pensamento, outra prática é crucial para que a tarefa de casa esteja a serviço da aprendizagem do educando, na qual o lente mediante o dever de casa, ao relacionar sua finalidade com a realidade da criança, tornará um incentivo para que o escolar resolva determinadas atividades diante das realidades e atualidades que o cercam, como TV, celular, internet.

Corroborando, Polonia (1996, p. 34) considera relevante, na prática do educador, saber usar/aproveitar as estra-

tégias didáticas como as experiências lúdicas da pessoa e os diferentes recursos e espaços da escola. A autora ainda orienta:

Aproveitar as experiências lúdicas da criança é um recurso que o professor pode usar para tornar uma tarefa mais atraente. Infelizmente, “O adulto, na escola, ao propor as atividades lúdicas de jogo para as crianças, geralmente esquece ou desconsidera sua bagagem lúdica, e isso às vezes torna a atividade escolar enfadonha, pouca atrativa, não despertando o interesse da criança”.

Muitas vezes, há lugares na escola que o aluno desconhece, ou porque não chegou o momento ou, simplesmente, porque não foi incentivado para isto. Uma tarefa poderia ser uma visita ao laboratório por um grupo; outro grupo visitaria a área administrativa e outros a biblioteca, por exemplo. Cada visita teria uma atividade proposta: uma descrição do ambiente, um poema ou trecho de livro que tenha achado interessante e que seria apresentado para a turma. É uma oportunidade de oferecer diferentes atividades que não cansariam o professor nem os alunos com a “correção”. Incluindo essas atividades poderiam ser divididas em grupos, de maneira que cada um faria uma tarefa por dia. (p. 35).

Neste rumo, enfatiza-se a fundamental importância do uso das próprias experiências lúdicas da criança, pois o aproveitamento dessas experiências torna-se um recurso para o professor: fazer com que a lição de casa seja de seu domínio, e assim torná-lo atraente para a classe. Nessa mesma perspectiva, a partir das experiências lúdicas da turma, o uso e/ou aproveitamento dos espaços da escola torna(m)-se aliado (s) essencial (is) na prática pedagógica do professor.

Nesta linha de raciocínio, por intermédio da associação com as experiências sociais dos sujeitos, a tarefa de casa torna-se um instrumento adequado para educador atingir as finalidades do dever de casa. Freire (2005, p. 56) salienta que: *É preciso ouvir a voz de quem vem à escola, porque traz um mundo rico.* Assim, as experiências vivenciadas no cotidiano dos alunos associado às atividades propostas, com as que a criança costuma fazer nos finais de semana mais especificamente, quando na maioria das vezes o docente utiliza-se desses dias para passar os deveres surge como uma estratégia relevante na prática de ensino.

Polonia também lembra que outros recursos didáticos podem favorecer a prática do professor:

Usar a mídia como aliada: Numa época em que é difícil fugir da TV, é melhor tê-la como aliada em determinados momentos. Uma tarefa poderia ser pedida usando este recuso: se o assunto é verbo, um grupo de alunos poderia trazer verbos de algum programa de televisão. O mesmo poderia ser feito com o jornal ou rádio, onde os alunos poderiam fazer o exercício a partir das reportagens lidas ou ouvidas, de letras de músicas, procurando analisar e criticar cada uma delas, justificando suas observações.

Favorecer o emprego de recursos sensoriais: Este item refere-se à possibilidade do aluno fazer uso da sua capacidade sensória – ver, ouvir, tocar e sentir. É a oportunidade que o aluno tem de ir além da escrita, com uma tarefa que poderia ser apenas uma observação, um desenho ou pintura, um recorte e uma colagem relacionados a um determinado tema. Poderia, também, ser uma apresentação através de mímicas, danças ou a composição de uma música. Isto possibilitaria uma tarefa diferente para cada grupo de alunos. É bom pensar em quão enfadonha seria uma turma de quarenta alunos trazendo quarenta cartazes para a sala sobre um mesmo tema e com os mesmos dizeres! (1996, p. 36).

Com base nisso, considera-se o uso desses recursos, primordial na prática pedagógica do professor. Porque o uso dos recursos midiáticos nos dias atuais proporciona aos educandos um fator mais atraente das crianças realizarem os deveres de casa; assim o professor ao relacionar os exercícios de sala de aula aos conteúdos oriundos da internet, TV, rádio, jornais, músicas, mais acessados em casa pelos aprendizes, certamente terá o favorecimento da sua prática, quanto à satisfação e gosto pela realização da lição de casa pela classe.

Freire (2005, p. 76) destaca que: “Ensinar só é válido quando os educandos aprendem a aprender ao apreender a razão de ser do objeto ou do conteúdo”. Assim, o emprego de recursos sensoriais surge como proposta metodológica reconhecidamente significativa, uma vez que representa o uso de filmes, desenhos, dinâmicas, mensagens, recorte, colagem e composição de poesias, letras de música de interesse dos discentes, com que possam aguçar os sentidos sensoriais, ouvindo, vendo, observando, tocando e produzindo. Desta forma, será

mais fácil e significativo para discente compreender, interpretar, assimilar os conteúdos e atividades, e assim, o uso desses recursos contribui sensivelmente no processo de ensino e na assimilação e aprendizagem dos educandos.

Para tanto, é necessário que ocorra reciprocidade nos deveres de casa, pois se a pessoa fez a lição de casa, o correto é que o docente faça a correção no dia posterior, ou o mesmo faça adequação juntamente com o escolar, pois essa atitude do educador em mostrar interesse pelo dever realizado do aluno serve como motivação para ele fazer as próximas lições de casa.

À vista disso, a lição de casa deve ser uma tarefa passível de ser cumprida pelo ser: se a tarefa proposta pelo docente for maior que a capacidade de realização da criança (ou mesmo se os deveres forem excessivos e difíceis), ela certamente se sentirá incapaz para realizá-la, o que leva à frustração; e, em consequência, a um sentimento de fracasso. Nas palavras de Vygotsky (1978, p. 15), “*a zona proximal de hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã*”. Ou seja, aquilo que nesse momento uma criança só consegue fazer com a ajuda de alguém, um pouco mais adiante ela certamente conseguirá fazer sozinha:

Não há um estudante igual a outro. As habilidades individuais são distintas, o que significa também que cada criança avança em seu próprio ritmo. À primeira vista, ter como missão lidar com tantas individualidades pode parecer um pesadelo. Mas a pesquisadora garante: o que realmente existe aí, ao alcance de qualquer professor, é uma excelente oportunidade de promover a troca de experiências (VYGOTSKY, 1978, p. 19).

Entretanto, se a tarefa de casa for muito pequena e desinteressante, o estudante também não vai querer cumpri-la. Deste modo, o docente deve considerar que as aprendizagens dos educandos são distintas, ou seja, cada aluno irá desenvolver suas habilidades e potencialidades de aprendizagens no seu ritmo. Desta forma, o professor deve analisar possibilidade da dosagem no dever de casa, pois a quantidade de lição de casa preocupa a quem a elabora e também aos familiares. Afinal,

quanto tempo o escolar deve dedicar aos estudos depois que volta da escola? Todos devem compreender que mais importante que a quantidade de lição é a sua qualidade e o sentido que faz para o ser em desenvolvimento.

Freire (2005, p. 29) enfatiza que:

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas, a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe encontrou de forma desestruturada [...].

A quantidade e o tipo de dever de casa devem ser determinados pelo lente, de acordo com seu projeto e com o nível de aprendizagem de seus estudantes, ou seja, o educador deve exigir o adequado e que contribuirá na aprendizagem dos educandos. Logo, a questão não é apenas passar ou não passar dever de casa. O adequado é definir estratégias junto ao discente, que sejam capazes de fazer a diferença e garantir que o educando efetivamente consolide os conteúdos apresentados em classe e realize os deveres de casa contribuindo na sua aprendizagem.

### **Dever de casa: participação da família**

Outro componente importante nos deveres escolares dos alunos/filhos é a participação dos pais, ou responsáveis, como agentes orientadores da atividade extraclasse. Para Vygotsky (1978, p. 45), “*ensinar é uma relação um a um, entre uma criança e um adulto*”. Afinal, os adultos atuam (ou pelo menos devem atuar) como orientadores, uma vez que o dever de casa é para os menores executarem e não para eles resolverem. Entretanto, sabe-se que quando aumentam as dificuldades da lição de casa, os genitores precisam dar uma mãozinha — e, muitos, por não terem a prática ou paciência, acabam fazendo a lição do estudante, ao invés de propiciarem condições favoráveis para a realização da tarefa de casa.

Porém, alguns aspectos relevantes devem também ser considerados na inserção e prática da tarefa de casa no ambien-

te familiar. Alguns pais apontam que são culpados pelos filhos não fazerem os deveres, e naturalmente a reação de escola e professores é colocar a culpa nos responsáveis, por não acompanharem ou ensinarem os filhos em casa. Também questionam na maioria das vezes o que os pais estavam fazendo.

Por que não ajudou o filho na tarefa de casa? No entanto, neste trabalho especificamente, alguns aspectos foram observados durante a realização da pesquisa, visto que algumas famílias demonstram ter uma realidade que não colabora na ajuda e acompanhamento do dever de casa dos filhos como: “famílias desestruturadas, filhos que são criados por avós, pais agricultores que têm uma rotina exaustiva de trabalho diário e pais analfabetos”.

Por consequência, refletimos se alunos/filhos que apresentam uma realidade familiar relatada acima, têm a estrutura voltada ao tempo para criar oportunidades de aprendizagem em casa, organizando e adaptando continuamente o ambiente doméstico para atender demandas escolares e diárias dos filhos; ou mesmo estrutura e recursos materiais e humanos; além do tempo que sobra do atendimento de suas próprias necessidades, obrigações e opções quanto à divisão do trabalho doméstico, horários de descanso, programas de lazer, com os quais o dever de casa interfere diretamente.

Embora este quadro ocorra, a conclusão de Resende (2004, p. 23) é otimista:

A questão sobre participação nos trabalhos de casa das crianças ainda fomenta discussões acadêmicas e pedagógicas. Até que ponto os pais devem se intrometer nas tarefas dos filhos é uma delas. Há um fio tênue entre ajudar e resolver os deveres de casa do filho. Seja por comodidade, falta de paciência ou mesmo inexperiência pedagógica, nem sempre os pais estão preparados para ajudar os filhos em seus afazeres. O que não impede que esses mesmos pais acompanhem as tarefas de seus filhos.

Diante de tais questionamentos, a saída mais adequada parece ser uma conjugação de responsabilidades, em que corpo docente saiba passar ao discente à importância de levar

para casa uma continuidade do ambiente escolar, ao mesmo tempo em que os pais saibam adequar no ambiente familiar esse mister às obrigações com que o infanto-juvenil começa a englobar. Desse modo, a prática de distribuir responsabilidades pressupõe se relacionar esse procedimento aos pais e professores, que precisam ter laços mais estreitos; para que possam juntos modificar tal realidade, a fim de oferecer melhor qualidade pedagógica aos filhos/alunos. Neste sentido a autora aborda que:

A educação acontece em dois planos: O informal e o formal. Informalmente dizendo, a educação acontece mediante a atuação direta dos pais na vida dos filhos, em contato direto com eles, essa maneira de educar é de extrema importância, pois é determinante ao desenvolvimento da personalidade. É uma forma de passar aos filhos os valores importantes que se tem, é revestido de afeto e emoção, que só podem ser demonstrados com a convivência espontânea com o filho. Ajudando-os a amadurecer e aprimorar sua personalidade. A educação formal consiste na escolaridade realizada nos estabelecimentos de ensino, é direito garantido por lei, bem como o acesso à escola pública. Nesse sentido, a função dos pais consiste na escolha do estabelecimento escolar, no ato de matriculá-lo e acompanhá-lo durante o aprendizado (RESENDE, 2004, p. 34).

Nesse contexto, todos precisam compreender que a educação formal não deve ser função e responsabilidade somente dos educadores: é importante a participação dos genitores no processo pedagógico e educativo ao qual o menor está sendo submetido. Por isso, o mais relevante é que os adultos acreditem que a criança (acompanhada e mediada pelos mesmos, por meio de orientação, apoio, estímulo, cobrança e condições favoráveis para realização do dever de casa) ganhe confiança em si e em sua capacidade de dar conta de sua vida escolar.

Silva (1997, p. 57) afirma que: apesar destas controvérsias, os pais se implicam no âmbito da realização das lições de casa. Entretanto, as relações entre a participação dos pais nas lições de casa são mitigadas. Em efeito, elas são tanto positivas como negativas.

Explanando, a participação da família constitui uma força positiva, quando as proporções de deveres (que são passados pelo educador) são examinados, encorajando, e supervisionados, em casa pelos pais. Porém esta participação pode se transformar em um ponto negativo, quando as implicações dos pais são inadequadas, como resolver o dever para o filho e isso não corresponderá ao nível de desenvolvimento da aprendizagem da criança.

Silva (1997, apud Cooper 2001) conclui que: “a ajuda dos pais é crucial para os alunos que estão em situação de dificuldade escolar especialmente quando estes têm dificuldade em se concentrar e não conseguem gerir seu tempo de maneira adequada e, por isso, desenvolvem-se menos”.

Para tanto, Polonia (1996, p. 51) entende que algumas estratégias auxiliam os pais nos deveres escolares dos filhos como:

Compatibilizar com outras atividades da criança: definir, junto com filho, um momento adequado para realização da tarefa. Este momento não deve coincidir com as atividades preferidas da criança como, por exemplo, o esporte, a descida com os amigos ou programa de TV. Se coincidir com estas atividades, a lição seria interpretada como um castigo.

Adequação do horário e ambiente: se a criança fizer a tarefa assim que chegar da escola ou à noite quando estiver cansada, possivelmente, se sentirá mais desinteressada. Estes momentos, então não são os mais adequados. Além disso, deve-se proporcionar um ambiente onde não haja coisas que a distraiam como, por exemplo, TV ou outros aparelhos ligados.

Assim sendo, ajustar a lição de casa com outras atividades diárias da pessoa, como a prática de esportes, programas de TV ou brincadeiras, é uma estratégia que pode favorecer a realização do dever de casa pelo educando; porque, ao adequar ou conciliar um momento juntamente com o filho, essa atitude se tornará um incentivo, um estímulo para que o menor faça a tarefa de casa. Entretanto, se o dever de casa coincidir com as atividades do cotidiano da criança, pode ser visto como um castigo pelo filho e não como atividade que possibilitará sua aprendizagem.

Nesta mesma perspectiva, a adaptação do horário e ambiente é uma estratégia fundamental que deve ser considerada em casa pelos pais; pois, se o filho realizar a lição de casa ao chegar da escola ou no período da noite (quando este se apresentar cansado das atividades diárias), provavelmente mostrará desinteresse em fazer os deveres de casa: assim, é aconselhável desconsiderar esses horários. Outro fator relevante a que os maiores devem estar atentos é em relação ao ambiente adequado e propício para o membro familiar aprendiz fazer a lição de casa: ambientes esses que devem ser tranquilos, arejados e organizados, longe de coisas que possam distrair e tirar a atenção dos pequenos.

Diante do exposto, é fundamental que os ascendentes tenham atitude com descendente no momento da realização da tarefa de casa, ou seja, os pais devem evitar falação, dar broncas ou sermões, já que em outro momento decidiram, juntos, lugar e horário adequado para que o filho faça o dever de casa. Nada obstante, é conveniente que, em algumas ocasiões, os pais deixem a criança vivenciar que, ao não fazer a lição de casa, isto trará implicações às suas ações e omissões.

Nesse mesmo sentido, é importante que os responsáveis entendam que o dever de casa é responsabilidade exclusiva do estudante; pois (segundo supracitado) a tarefa de casa tem finalidades peculiares. Ou seja, se os adultos realizarem os deveres pelos menores, não permitirão que a sua função seja alcançada, e provocarão indiferença e acomodação pela feitura da lição de casa:

Os incentivos e elogios são bem-vindos: o recurso de motivar o filho com a promessa de algo bom que fará ou terá depois da tarefa cumprida é uma possibilidade. Um exemplo seria um lanche ou o aluguel de uma fita de vídeo que ele goste. É claro que se trata de uma estratégia que não será usada regularmente, uma vez que os deveres nem sempre são difíceis e o filho o fará com naturalidade. Deve-se acrescentar que o ideal seria incentivar a responsabilidade em primeiro plano (POLONIA, 1996, p. 53).

Por tal afirmação, acredita-se que o ato de incentivar e/ou elogiar é uma prática que pode motivar e estimular o jovem a executar a lição de casa. Uma das maneiras de incentivá-lo é dizendo que, ao final da difícil tarefa realizada, terá um lanche delicioso, ou algo de que ele goste. Porém, esta não deve ser uma prática cotidiana, pois não será todas as vezes que a lição de casa consistirá em dificuldades: assim, a criança a executará de forma natural. Logo, o primordial é que os pais incentivem seu filho a ser responsável pela execução do dever de casa.

### **Considerações finais**

O estudo apontou que o dever de casa estabelecendo relações entre escola-família claramente é um fator importante que deve ser refletido por esta junção de como devem ser as práticas familiares e escolares para o desenvolvimento e realização do dever de casa pelo aluno/filho. É evidente que o dever de casa exige tempo e esforço diários dos aprendizes — nesse sentido, a contribuição, ajuda e incentivo na medida certa de seus familiares, estabelecendo algumas situações e restrições, como horários de lazer e de convívio social, ambiente adequado, tranquilo em função da realização dessa tarefa.

No entanto, os professores e os parentes têm sua parcela de responsabilidade em campos específicos. A escola, como representante de um sistema maior do ensino formal, carrega a parcela mais significativa, por não conseguir traçar diretrizes pragmáticas, inovadoras ou menos maçantes aos educadores.

Isto posto, foi notório no transcorrer deste trabalho que o dever de aula em casa tem sua utilidade, não só como fixação e/ou preparação de novos conteúdos programáticos, mas também como elemento importante na verificação da aprendizagem pela auto avaliação. Além disto, a lição de casa possibilitar a intersecção de dois universos: casa e escola. Desse modo, é inegável a importância deste instrumento para o desenvolvimento do hábito do estudo e da pesquisa, da disci-

plina intelectual, além de servir como extensão das atividades escolares. A lição de casa é um exercício que colabora na construção da autonomia, da curiosidade, da responsabilidade e da experiência formadora dos educandos.

## Referências

ALMEIDA, Herminia Leopoldina Martins de. *Espaço Escolar*, ET AL, S.D.

AMORIM, Alexandre. *Quem deve cobrar a realização dos deveres de casa? Os pais ou os professores?* Publicado em 9 de março de 2010.

BELTRAME, Ivone G. *Lição de Casa: Como orientar os filhos:* Pedagoga/Socióloga/Geógrafa - Diretora do Colégio Santer, 31/08/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. *Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola*. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação / Jan / Fev / Mar / Abr, 2004. no 25.

FARIAS, Giselle. *Dever de casa: três de setembro* de 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

GARCEZ, Andrea Müller. *Dever de casa - Dica para pais e professores*. (S.D).

JUNIOR, Joseph Razouk. *Educacional - Tarefas de casa*. Gerente Editorial do Centro de Pesquisas Educacionais Positivo.

PADILHA, Heloisa. *Pré-Dorsos - A Revista do Leme - Laboratório de Estudos sobre Mudanças na Escola, Reflexões sobre o dever de casa*. Ano 1, Número 1, fevereiro de 2005.

Presidência da República. *Subchefia para assuntos jurídicos. Estatuto da Criança e do Adolescente*. LEI N° 8.069, de 13 de julho de 1990.

POLONIA, Ana da Costa. Dever de casa: *Ajuda ou Castigo?* / Ana Maria da Costa Polonia. Maria Vilma Ferreira Aquino – Brasília, 1996.

RESENDE, Tânia F. *Dever de Casa: Questões em torno de um consenso* – FaE/UFMG – taniaresende@fae.ufmg.br, GT: Sociologia da Educação – n. 14, Agências Financiadoras: PRPq/UFMG; CNPq; FAPEMIG, 2004.

RESENDE, Tânia F. *O dever deve ser para o aluno e não para a família* - Pedagogia, com doutorado em educação, Tânia de Freitas Resende é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na área de Sociologia da Educação.

SILVA, Nilce; ROUSSEAU, Michel; e DESLANDES, Rollande. *Participação dos pais e mães na realização da lição de casa no Quebec e no Brasil*. Revista ACOALFAPlp: São Paulo, ano 4, n. 8, 2010.

SILVA, Nilce da, ET AL. *Participação dos pais e mães na realização da lição de casa no Quebec e no Brasil*, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Zona de desenvolvimento Proximal (ZDP): Três implicações pedagógicas*. in Revista Portuguesa de Educação, vol 14, n° 2, PP. 273-291. 1978.



## **Abordagem do desenvolvimento sustentável no contexto escolar: um estudo com discentes e profissionais da educação em escolas públicas de Benjamin Constant-AM**

*Tales Vinícius Marinho de Araújo*

*Flavia Karenine da Silva Ponte*

*Sebastião Melo Campos*

*Bruno Reinart Abreu*

### **Introdução**

O Desenvolvimento Sustentável tem sido visto como solução para minimizar desafios ambientais, pois é notório que o aumento excessivo da população no planeta, somado ao crescimento acelerado e desordenado das grandes metrópoles, contribui para que a humanidade se torne cada vez mais capitalista.

Tal constatação proporciona uma dicotomia: de um lado, o crescimento econômico; e, do outro, o aumento dos problemas ambientais, que decorrem de uma política excessiva da produção e do consumo exagerado. Para Dias (2002), o avanço ambientalmente adequado consiste no uso racional dos recursos naturais, para produzir e desenvolver a sociedade, sem comprometer o capital ecológico do planeta.

Diante disto, é clara a imprescindibilidade de mudar o comportamento do responsável para com a natureza e todo o ambiente, no sentido de promover um modelo de progresso racional, oferecendo um processo que assegure uma gestão ciente dos recursos do mundo.

Neste contexto, com os óbices e reptos ocorridos neste todo, os instrutores sentiram a indispensabilidade de recorrer à sustentabilidade, propondo que a globalização constitui ameaça para a sobrevivência das comunidades, especialmente das

minorias e dos povos indígenas, incluindo florestas e outros habitats dos quais tais populações dependem. Segundo Oliveira (2006), ressalta-se que está reflexão trouxe à tona a inquietação dos principais representantes da Educação do país, passando a olhar a ampliação ambiental como aliada para a supervivência do planeta como morada do conglomerado desta raça.

Nesse processo das relações sociedade e ambiente, a escola torna-se um “agente social e transformador, que auxilia na promoção de novos valores éticos, em ações alternativas concretas e viáveis para a mudança deste paradigma” (JACOBI, 2003). No entanto, nas organizações de aprendizagem pertencentes ao município de Benjamin Constant, localizado no interior do estado do Amazonas, há a carência de ações que busquem minimizar a degradação dos recursos naturais presentes na região.

Desta forma, surgiu à inevitabilidade de analisar os aspectos educacionais voltados ao Meio Ambiente, mais precisamente no Desenvolvimento Sustentável, um segmento relativamente atual e que muitas vezes é negligenciado por parte das escolas públicas da cidade averiguada.

Este entrelaçado foi verificado desde o contato com experiências vivenciadas como estudante de uma escola pública do município e mediante estágios supervisionados realizados durante a graduação do Curso de Ciências: Biologia e Química. A partir desses momentos, pode-se cogitar a falta de trabalhos e propostas pedagógicas que integrem o discente com questões relacionadas à natureza e ao desdobramento verde.

De acordo com estes fatores, a presente averiguação buscou conhecer a abordagem sobre o crescimento econômico, social e ecologicamente recomendável no contexto escolar, analisando as ações e concepções de discentes e demais profissionais da educação sobre o enunciado, em duas instâncias públicas de transmissão de conhecimento do município de Benjamin Constant – AM.

Além disso, pretendeu-se identificar através das propostas pedagógicas, ações que envolvem alguns estudos educacionais e/ou projetos voltados ao Desenvolvimento Sustentável, conhecendo através destas ações as concepções de discentes e profissionais da educação, sobre a temática.

### **Metodologia**

A pesquisa contou com público amostral de 80 discentes de duas escolas da rede pública estadual, uma de Ensino Fundamental e outra de Ensino Médio, além de profissionais da educação – 09 docentes (Ciências Naturais, Biologia e Química), gestores e coordenação pedagógica pertencentes às estruturas respeitantes.

Na efetivação da pesquisa, realizou-se inicialmente um levantamento bibliográfico, buscando em documentos e artigos científicos a abordagem do termo Desenvolvimento Sustentável, analisando as concepções dos principais teóricos que defendem esse tipo de ação ambiental e sua obrigatoriedade no ambiente escolar de acordo com disposições e recomendações legais.

Realizou-se em seguida na pesquisa de campo do tipo exploratória um levantamento documental, tendo como objetivo identificar com suporte das propostas pedagógicas (Projeto Político Pedagógico) das Escolas envolvidas, ações que envolvam aspectos relacionados ao tema Desenvolvimento Sustentável, realizando um levantamento das práticas trabalhadas nas escolas sobre a temática.

Ao identificar o PPP das organizações de ministração, realizou-se também o estudo de caso, sendo, um produto específico que reflete a realidade da escola, no qual segundo Bell (2008), o estudo de caso deve ser feito para acompanhar e proporcionar mais detalhes a um levantamento.

Em seguida foram aplicados questionários sobre o fazer pedagógico e o trabalho escolar sobre o tema, bem como conduziu ao conhecimento das concepções dos sujeitos da

pesquisa delimitados (discentes, docentes das disciplinas de Ciências Naturais, Química e Biologia; gestores e Coordenação Pedagógica) sobre o Desenvolvimento Sustentável, analisando de que forma os mesmos estão aplicando ou não nas suas vidas e no âmbito escolar.

Os dados recolhidos foram obtidos mediante a análise de fontes primárias, informações obtidas através da aplicação de questionários com perguntas abertas (descritivas) e fechadas (categóricas), utilizadas como instrumento de coleta de dados, complementando os resultados com a realização de entrevistas informais.

Conforme Gil (1999) define que o questionário “é um instrumento de coleta de dados que atinge o maior número de pessoas simultaneamente, garante o anonimato e objetiva obter respostas as mesmas perguntas”, permitindo quantificar e qualificar os resultados obtidos. Em relação as entrevistas informais, Michelat, apud Saad (2003) ressaltam que estas têm o objetivo de “captar informações complementares ao interesse imediato para a pesquisa”.

Para a análise dos dados, foram utilizados os métodos quantitativo e qualitativo, fazendo o uso de tabelas e gráficos demonstrando os resultados alcançados. Os métodos quantitativos e qualitativos tiveram o objetivo de descrever e discutir os dados amostrais e apresentar as concepções alcançadas. Segundo Seabra (2001), o método qualitativo “ênfatisa as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado, o método quantitativo supõe uma população de objetos comparáveis”.

Os dados obtidos nos questionários foram tabulados com auxílio de planilhas eletrônicas através do uso das frequências absoluta e relativa para melhor quantificação e interpretação dos gráficos e tabelas. Após a análise e interpretação das respostas, realizou-se a ligação entre citações de estudos já realizados de autores que trabalhem com essa temática para melhor compreensão dos resultados.

## Resultados e Discussões

A partir das análises dos Projetos Político Pedagógicos pertencentes aos órgãos de aprendizado investigados (Escola EF e EM), constatou-se que as Coordenações Pedagógicas, em conjunto com os Gestores e estabelecimentos competentes, realizam e desenvolvem semestralmente projetos, ações e competências acerca da temática 'Desenvolvimento Sustentável' no âmbito escolar.

As atividades são desenvolvidas conforme o plano de ação pedagógica voltadas às diversas áreas do conhecimento. São executadas de acordo com o cronograma anual elaborado e consolidado no (PPP), alicerçadas em reuniões e encontros, discutindo a metodologia como ocorrerão abordagem, ações e projetos a serem realizados durante o ano letivo. Os projetos e ações consolidadas de ambas os organismos sondados relacionados à temática podem ser visualizados na Tabela 1.

<b>Escola de Ensino Fundamental</b>	<b>Escola de Ensino Médio</b>
Feira de Ciências	Feira de Ciências
Semana do Meio Ambiente	Sarau
Horta Escolar	Projeto Sabão Ecológico
SIAE	Semana do Meio Ambiente
—	Horta na Escola

**Tabela 1.** Relação de Projetos e ações desenvolvidas nas instituições de ensino (Escola EF) e (Escola EM) sobre a temática Desenvolvimento Sustentável.

Em meio aos projetos executados nos estabelecimentos, existem outras duas atividades que desempenham um papel fundamental na vida dos discentes, a saber, o cultivo das hortas educativas e as oficinas para a produção de Sabão Ecológico.

Apesar de ser uma prática muito comum nas escolas em geral, a horta escolar é um fator fundamental; pois estimula o contato dos educandos com o solo, ocasionando práticas sau-

dáveis no ambiente externo (ao ar livre), além de incentivar o hábito de responsabilidade, dedicação e cuidado socioambiental de cada participante. Já o sabão ecológico trabalha questões relacionadas com a reutilização de óleos de cozinha usados, evitando o descarte na rede de esgoto doméstica, e consequentemente a poluição de mananciais e fauna associados.

Todas estas ações criam um superveniente espaço educador sustentavelmente defensável, favorecendo a relação homem/natureza; e, sobretudo, incentivam a cidadania ambiental por intermédio do estímulo da delegação que temos frente a cuidar dos recursos naturais dos quais dependemos – especialmente no contexto amazônico.

Desta forma, os órgãos alusivos possibilitam, por meio de atividades lúdicas, uma compreensão fundamental da relevância de reciclar e reutilizar resíduos, havendo o incentivo em desenvolver ações sustentáveis que possibilitem a minimização do rejeito inadequado dos resíduos sólidos que seriam descartados incorretamente no ecossistema.

Desta maneira, conforme o Art. 14, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental, a respectiva ramificação para o Desenvolvimento Sustentável “deve estar presente nos Projetos Políticos Pedagógicos, contemplando uma abordagem curricular que enfoque a natureza como fonte de vida” (BRASIL, 2012).

De acordo com os docentes das disciplinas de Ciências Naturais (Nível Fundamental) e Biologia e Química (Ensino Médio), este ramo é geralmente abordado por meio dos assuntos transversais voltados e relacionados ao meio ambiente e à educação referente a este. Comumente são trabalhados uma vez a cada semestre, seguindo os planos anuais de ensino produzidos pelos ministradores adjuntos da coordenação pedagógica, livros didáticos e manuais sobre bioma e sustentabilidade na escola disponibilizado pela Secretaria de Educação Estadual, fazendo com que “o aluno interaja ativamente com o ambiente em que está inserido — o que caracteriza um ensino-aprendizado contextualizado.

A metodologia empregada para a supracitada contextualização do tema é inserida pelos professores de modo diferenciado, como pode ser visualizado na Tabela 2:

Disciplinas	Professores	Metodologia (s) utilizada (s)
Ciências Naturais	Professor 1	Aulas Expositivas, vídeoaulas
	Professor 2	Vídeos animados, exercícios de fixação
	Professor 3	Seminários
Biologia	Professor 1	Projetos Educacionais, oficinas
	Professor 2	Semanas do Meio Ambiente, gincanas
	Professor 3	Conversas Informais, leituras participativas de artigos
Química	Professor 1	Debates, discussões de artigos
	Professor 2	Discussão de textos educacionais do livro didático
	Professor 3	Aulas expositivas

**Tabela 2.** Metodologia utilizada para a abordagem do tema Desenvolvimento Sustentável (incluindo Educação Ambiental), nas disciplinas de Ciências Naturais (Escola EF), Biologia e Química (Escola EM), no município de Benjamin Constant, AM.

De acordo com a Tabela 2, percebe-se que os lentes, de uma maneira geral, aproveitam as ações e os projetos do plano anual da configuração para toda a comunidade escolar. Poucos são os educadores que realizam algum evento exclusivo sobre a sua disciplina com o fator investigado.

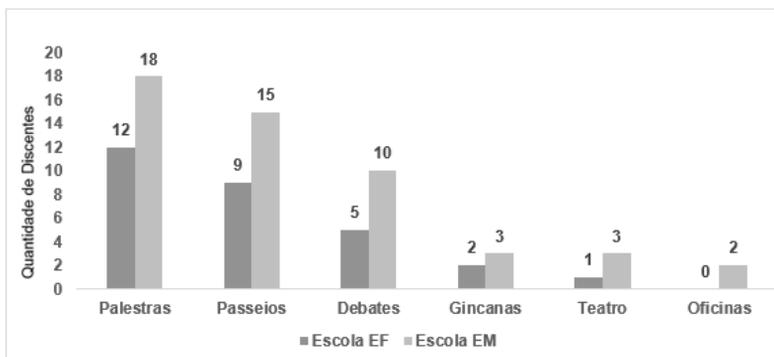
Parafraseando com Jacobi (2003), é importante que os docentes assumam o papel de mediadores na sala de aula, introduzindo novas metodologias para trabalhar a educação para a sustentabilidade, sendo essencial para a construção de uma base adequada para “a compreensão da natureza como um todo, dos problemas e soluções relacionados à mesma, e da responsabilidade de cada indivíduo para construir uma sociedade mais consciente e ambientalmente sustentável”.

Com o intuito de investigar a concepção dos profissionais da educação acerca do tópico, aplicou-se um questionário, podendo-se observar que tais sujeitos possuem um conhecimento bem definido sobre o tema trabalhado, abordando de forma concisa a definição. Isto demonstra o quanto os mesmos estão preparados para educar para o Desenvolvimento da sustentabilidade, possibilitando desta forma motivar e sensibilizar os discentes a buscarem as condições ideais para a qualidade de vida associando a sustentabilidade com o âmbito escolar.

Para Binswanger (1997), o termo Desenvolvimento Sustentável deve encaminhar continuamente a respeito da manutenção das condições ideais de vida para os educandos de todas as nações, pois “qualidade de vida é, portanto, a meta principal de todas as ações sociais, econômicas e educacionais que buscam conciliar os novos rumos do desenvolvimento com a proteção ambiental”.

Ao instigar os aprendizes respectivamente a suas concepções sobre o termo Desenvolvimento Sustentável, percebeu-se uma pequena diferença entre os discentes dos dois níveis educacionais, sob qual comparação pode-se visualizar que os do Ensino Médio obtêm uma ideia mais estruturada do que seria o conceito. Os do nível Fundamental apresentaram uma certa incompreensão frente ao que seria o conceito, demonstrando dúvidas e insegurança ao responderem. Além disso, pode-se verificar que o corpo discente, em geral, possui uma certa incapacidade em diferenciar os termos Desenvolvimento Sustentável e Educação ambiental.

Outro questionamento realizado com os escolares foi referente a quais os meios utilizados pelos docentes e profissionais da educação das escolas estudadas relacionados sobre o Desenvolvimento Sustentável. As práticas mais comuns estão dispostas na Figura 1:



Por intermédio das palestras, cerca de 30 educandos analisados (37,5%) citaram que é o meio mais utilizado pelos transmissores de classe. Neste momento há a participação de toda a comunidade escolar, além da cooperação de profissionais do município que incentivam a prática de atividades sustentáveis. As palestras ocorrem com frequência nas semanas do meio ambiente e nas Feiras de Ciências.

Outro instrumento realizado nos estabelecimentos são os passeios proporcionados pelos professores das disciplinas de Ciências e Biologia, sendo que 24 discentes (30%) citaram esse tipo de prática como sendo uma de suas favoritas, pois eles saem do ambiente escolar.

As incursões mais frequentes citadas por eles são: mutirões de coleta de lixo no perímetro dos locais de ensino; trilhas de preservação (nas quais formações eles são informados e ensinados como preservar a floresta Amazônica); e visitas ao “Lixão” da cidade (havendo a aceitabilidade dos discentes em participar de tais práticas). Um dos meios menos usados citados por apenas 2 discentes (2,5%) das instituições são as oficinas. De acordo com eles, as poucas oficinas foram realizadas mediante projetos promovidos por acadêmicos pertencentes à Universidade Federal do Amazonas.

Desta forma, observa-se (via resultados obtidos pela pesquisa) que os comunicadores e os escolares realizam diver-

sas ferramentas com intuito de desenvolverem de diferentes maneiras a educação para o Desenvolvimento Sustentável. Os diferentes métodos propiciam aos aprendizes de diferentes níveis e faixas etárias uma forma de repensar sobre suas atitudes negativas praticadas ante o ambiente, contribuindo na construção de novos conhecimentos. Para Loures (2009),

[...] a educação para o Desenvolvimento Sustentável deve atingir a todos, independentemente da fase da vida em que se encontram. Dessa forma, adota-se a perspectiva de educação ao longo de toda a vida, utilizando todos os meios e métodos possíveis de ensino: formais, não formais e informais, realizando práticas que levem os educadores e educandos a desempenharem seu papel na sociedade.

Deste modo, a escola deve buscar a valorização da sustentabilidade como busca de uma nova relação sociedade-natureza, fazendo crítica ao uso das técnicas incompatíveis com este valor (BRASIL, 1998). É visível que nas unidades atuais, o modelo capitalista tem implementado claramente a ideia que progresso está relacionado ao rápido crescimento do capital, ligado ao comércio e às relações de poder.

### **Considerações finais**

Por intermédio da análise dos dados, verificou-se que os processos que envolvem o informar para o Desenvolvimento Sustentável estão sendo transmitidos pelos profissionais da educação mediante projetos e modalidades pedagógicas propostas pelo Projeto Político Pedagógico das estruturas investigadas, porém de uma maneira superficial e talvez não tão contextualizada como deveria. Percebeu-se que os discentes estão absorvendo esta aprendizagem para a sua vida, mas ainda é necessário um incentivo maior para criar cidadãos altamente sustentáveis.

Foi possível, outrossim, identificar as proposições curriculares apresentadas pelas unidades, analisando os conteúdos de instrução englobados pelas diferentes configurações (Ciências Naturais, Biologia e Química). Verificaram-se de igual modo as diferenças metodologias empregadas pelos pro-

fissionais de educação e a visão que os mesmos obtém sobre o desenvolver aconselhável.

Posto isto, é fundamental implementar e fazer avançar a concepção da sustentabilidade por intermédio da execução de práticas pedagógicas, trabalhando nas questões de conservação e de sustentabilidade nas configurações, visando a uma conscientização em prol do desenvolvimento ambiental para a sustentabilidade no ensino do município de Benjamin Constant, incorporando esta prática, na vida do corpo discente e respectivas famílias.

Assim, espera-se que esta pesquisa tenha instigado e venha a auxiliar os profissionais da educação do município de Benjamin Constant, principalmente das escolas averiguadas; a obter uma visão ampla; e, a adquirir uma percepção no que concerne ao ramo ambiental investigado, a relação homem-natureza, instrumentalizando indivíduos e sociedades a buscarem valores para se viver e trabalhar de maneira sustentável.

### **Referências**

BELL, Judith. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais/ Judith Bell; Tradução Magda França Lopes. –4.ed–Porto Alegre: Artmed, 2008.

BINSWARGER, M. O sonho da Terra. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. DOU nº 116, Seção 1, págs. 70–71. Brasília, 2012.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação: Meio Ambiente, 1998. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/pcn5a8.asp>>. Acesso em: 20 de Agosto de 2018.

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Entrevista. In: \_\_\_\_\_ Métodos e Técnicas de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Cap. 11, p.117–127.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189–205, 2003.

LOURES, Rodrigo C. da. Sustentabilidade XXI: Educar e inovar sob uma nova consciência. São Paulo: Editora Gente, 2009.

MICHELAT apud SAAD. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003. p.164–169.

SEABRA, Giovanni de Faria. Pesquisa Científica: O método em questão. Brasília, DF: UNB, 2001.

## Capoeira e boi bumbá em Benjamin Constant – Amazonas

Tharcísio Santiago Cruz  
Odenei de Souza Ribeiro

Na capoeira do Recôncavo da Bahia está viva na memória coletiva dos capoeiristas locais as realizações de um lutador conhecido como “Besouro Mangangá”, seu nome faz referência a um grande besouro “que apesar do tamanho consegue a proeza de voar”. Por algum motivo na cidade de Benjamin Constant, no Amazonas, na década de 1990 foi criado o boi de nome Mangangá, dinamizando uma brincadeira e dança folclórica que faz alusão a prática cultural do bumba-meu-boi do Maranhão.

Nos últimos anos, em realização de pesquisa sobre capoeira no Alto Solimões no Estado do Amazonas, precisamente na cidade de Benjamin Constant<sup>1</sup> foi possível observar e constatar uma relação de apropriação por parte dos capoeiristas sobre esse fator e com isso o estabelecimento de uma aproximação entre: *capoeira* e *boi-bumbá*, ambas são práticas culturais inseridas no meio social da cidade há algumas décadas, bem como de inúmeras outras no Estado, como Parintins na região do médio Amazonas.

Na *Capoeira* e no *boi-bumbá*, há o compartilhamento de vivências, histórias, memória entre diversos segmentos da comunidade local. A manifestação folclórica do boi se efetiva em divertimento e entrega. A capoeira é luta, jogo, arte e cons-

---

1 A distância entre Benjamin Constant e Manaus, a capital do Estado do Amazonas é de 1.125,00 km por via fluvial, cujos transportes utilizados são: navios, lanchas ajato e embarcações menores. o trajeto também pode ser realizado por via aérea, como tempo de 1:30m de viagem pela empresa Azul Linha Aéreas. Este ano de 2019, o valor da passagem de lancha ajato embarcações com dois motores que fazem o trajeto entre Manaus a Benjamin Constant em 48 horas pelo rio Solimões teve o valor alterado de 550,00 para 670, 00 reais em função do festival em Parintins. A distância entre Parintins e Benjamin Constant é de mais de 1.600 km.

trução de identidade de seus adeptos. Ambos são interpretados como: prática cultural, arte, dança e brincadeira, é comum no Amazonas a frase “brincar de boi”, assim como, “jogar capoeira”.

### **A capoeira em Benjamin Constant**

Na capoeira da cidade de Benjamin Constant, a existência de um *boi* com o nome de Mangangá tornou possível uma aproximação entre ambas as práticas culturais, pois os feitos de um importante capoeirista é lembrado e repetido semanalmente nas músicas e ladainhas de capoeira, como “...o que tava escrito na camisa, é um tal de *Bezouro Mangangá*”.

Apesar de existirem na história da capoeira do Brasil, outros personagens marcantes como: Juca Reis, Manduca da Praia (Morais Filho, 2002) e Madame Satã no Rio de Janeiro, para não tornar por demais extensa as exemplificações, esses são nomes pouco cantados nas rodas de capoeira local, diferentemente de *Bezouro Mangangá*.

Tentamos evidenciar nesse texto aspectos como: o diálogo entre essas duas práticas culturais, o trabalho performático, expresso nas apresentações de ambas as práticas para o público local. Tentativa de mostrar a proximidade e ao mesmo tempo as contradições entre ambas as práticas culturais.

A capoeira por exemplo, é difundida através da atuação e do desempenho de: mestres, contramestres, professores, instrutores e os praticantes de forma geral. Persiste a atuação destes agentes da capoeira em um trabalho contínuo, semanalmente durante anos, principalmente para a manutenção desse modelo de hierarquia.

Na fala de um dos praticantes de capoeira e brincante no *boi Bumbá Mangangá*, expressa a seguinte questão, “...na época do boi deixamos um pouco a capoeira, mas também a gente pode valorizar mais nossa arte apresentando no boi”. Todo esse trabalho como prática é realizado através de treinos, exercícios, aprendizado da musicalidade da capoeira, nas apre-

sentações de rua ou folclóricas como no *Festival Folclórico de Benjamin Constant* que ocorre no mês de setembro na cidade.

Na cidade são dois grupos de capoeira: *Quilombo* e *Negros no Amazonas*, de fato é possível constatar que nos meses que antecedem o festival, há menos capoeiristas treinando, numa média de 20 a 30 praticantes por grupo, principalmente do grupo *Quilombo*, que normalmente são convidados para ensaiar junto aos músicos e brincantes do boi.

### O boi Mangangá

Na cidade de Benjamin Constant, o Festival folclórico dos Bumbás ocorre desde a década de 1990, com a disputa entre os *bois Mangangá* (cor verde) e *Corajoso* (cor vermelha), na modalidade de Arena, ou seja, com lugar próprio para apresentação, semelhante ao Festival Folclórico de Parintins, cidade às margens do rio Amazonas, local em que ocorre esta manifestação cultural, Braga (2000)<sup>2</sup>. O *festival de Parintins* e a disputa entre os bois: *Garantido* (cor vermelha) e *Caprichoso* (cor azul) exerce forte influência no folclore local, principalmente no período das *festas juninas*, mas ocorre a festividade em Parintins, no mês de junho, algo semelhante a outras cidades do Estado.

O *boi Mangangá* foi o primeiro boi de *Arena*<sup>3</sup> em Benjamin Constant, substituindo a modalidade de “boi de terreiro”, a partir de uma dissidência entre organizadores do *Mangangá* que nos anos de 1990 foi criado o boi *Corajoso*. O *Mangangá* é originário do bairro da Cohabam às margens do rio Javari, é um bairro composto principalmente por pescadores e agricultores, assim o *Mangangá* difundiu a fama de o “boi do povo”.

Seu Raimundo Dimas, ele contou para nós, o primeiro boi foi o *Mangangá*, mas antes era o boi de terreiro, como o *Tira-Teima* e o *corre campo*, O *tira teima* virou o *Mangangá* e o *Corre-Campo* virou o *Corajoso*... (Jacaré- personagem Nego Chico do *Mangangá*)

---

2 O Festival folclórico de Parintins e o “auto do boi” em suas raízes ibéricas é extensivamente analisado por Braga (2000), em *Os Bois bumbás de Parintins*.

3 A *Arena* segundo Nogueira (2008) segue acompanha a ideia e modelo arquitetônico de ligar de espetáculo, na seguinte lógica: Sambódromo (Rio de Janeiro), Bumbódromo (Parintins-AM), Cirandódromo (Cirandas de Manacapuru- Am). O Bumbódromo de Benjamin Constant comporta no máximo cinco mil pessoas.

O *boi Mangangá* se constitui imerso em um misto de vivências cotidianas, histórias e lendas e aos poucos foi sofrendo a influência dos bois da cidade de Parintins, principalmente devido ao alcance midiático do festival desta cidade, inclusive com transmissão por via satélite, pelo *Amazon Sat*. Importante também mencionar o apelo mercadológico do *Festival Folclórico de Parintins* aliado ao discurso de cultura popular. Dessa forma há, um forte sentimento de ser uma brincadeira que surgiu da vontade das pessoas mais simples e pobres da cidade de Benjamin Constant.

O povo gostava daquela brincadeira, só que no decorrer do tempo mas já vinha Parintins, já adiantado com essa brincadeira do boi, aí surgiu um forró de rua no dia 21 de junho de 1992, um pequeno forró de rua, os moradores fizeram um cenário aí na rua, com tanta pisca-pisca, fiquei até emocionado, aí eles fizeram um boi, mas não tinha nome, mas eu já tinha a ideia de botar um boi, mas não tinha a ideia da categoria do boi de hoje, achava que seria assim um boi de terreiro, quando foi na hora da apresentação, não tinha apresentador. Vai ter a apresentação de um boi aqui, então vamos botar um nome inédito que possa um dia virar tradição. Eu disse deixa o nome comigo. (Sr. Raimundo Dimas, idealizador e fundador do Mangangá)

A *capoeira* e *boi-bumbá* se constituíram fazendo uso respeitando um modelo de linguagem com alicerces nas tradições de oralidade e uso do corpo o que possibilitou a emergência de uma forma de comunicação que se assemelha a manutenção de várias formas de linguagem existentes nas atividades humanas e nos vários gêneros discursivos, Bakhtin (1997). Para Bakhtin, os gêneros discursivos estão ligados a padrões relativamente estáveis de determinados enunciados. Tudo isto se relaciona a forma como falamos, ouvimos, ou seja, construímos variadas comunicações, os gêneros de certa forma moldam tal uso. Há em certa medida uma relação aproximada entre gêneros do discurso e nossa língua materna, em nosso caso, o português e suas várias formas de discurso ligados também a nossa construção histórico-cultural.

Na *capoeira* e no *boi* como práticas culturais, estas internalizam e externam aspectos físicos, adentram aos ele-

mentos culturais e possibilitarem a construção de identidades a partir desta prática cultural. Existem na capoeira e no boi o uso de inúmeras técnicas corporais, expressas nas danças e na luta, o que de certa forma desperta o interesse de investigação acadêmica.

Interessamos neste ensaio apresentar os elementos que demonstrem os aspectos da performance. Entendemos que ambos estão próximos, se pensamos que na *capoeira* e no *boi* o corpo: a linguagem, traduz conhecimentos, transmite valores e cultura, guarda práticas e segredos, revela tradição.

### **Performance no Mangangá e capoeira**

Na *capoeira* e no *boi* percebe-se diversas formas de representações, comportamentos, práticas ligadas a performance, estas ocorrem em lugares e espaços que foram sendo constituídos ao longo das décadas. O terreiro é um desses lugares, para ambos, como revelam seus praticantes e brincantes, como mestre de capoeira Gigante, “...no início a gente praticava a capoeira no terreiro e na rua.” Segundo o Sr. Raimundo Dimas, mestre de boi e um dos criadores do *boi Mangangá*, “... chamava assim boi de terreiro e boi de roda, porque formava um grupo de pessoas, de 50 a 60, aí quando chegava a época do mês de junho, São João, Santo Antônio, São Pedro aí começava, aqui tinha muita dança bonita...”

O terreiro como espaço primeiro, de origem, depois a rua como lugar para as apresentações e é claro as performances, dos capoeiristas e seus instrumentos em suas rodas, dos brincantes de boi e suas fantasias, o *boi de pano*, os músicos tocando zabumba, triângulo e as toadas, “*Oh oh meu boi, terra feliz com você, Oh oh meu boi, terra feliz com você*”.

Essas apresentações e representações ocorreram nos anos de 1980, aos poucos outros lugares e espaços foram sendo partilhados, a *capoeira* nas escolas e ginásios o *boi* no bumbódromo. Mas as histórias e memória datam de tempos mais distantes e mesmo de outros lugares, como os estados e cidades

do nordeste brasileiro.

Trata-se de uma constituição de práticas culturais que são vivenciadas em relação permanente e prematura com tradições e experiências locais em que o sentido de comunidade, liderança e dos mestres tem o valor aglutinador.

Em certa medida os personagens estão se formando, o mestre de capoeira era na época um *instrutor* a percorrer um longo caminho de aprendizado de : exercícios, musicalidade, instrumentos e o demorado preparo do corpo, os praticantes são em sua maioria crianças e adolescentes, com o corpo em formação apreendendo as múltiplas dimensões da capoeira e do contexto da cidade. No boi o *mestre* ainda é um **personagem**<sup>4</sup> central, junto a *sinhazinha*, o *tripa* conduzindo o boi de pano, todos são elementos que dinamizaram a existência da brincadeira e os personagens centrais : *mãe Catirina* e *Nego Chico*, como observa um dos brincantes, “Porque a história do boi aqui pra nós ela é muito incrível, porque é pelo desejo da Catirina que o Nego Chico que ele mata o boi, são histórias que nossos pais contavam, tudo começa com ela a Catirina...” (Josina- personagem Mãe Catirina).

A performance na *capoeira* e no *boi - bumbá* pode ser percebida, no lugares em que estão ocorrendo eventos, como nas cerimônias de batizado e apresentações ou mesmo no festival anual de bois-bumbás em que disputam o *boi Mangangá* e o *boi Corajoso* os personagens, como: capoeiristas e brincantes do boi, deixam de lado, durante este período, suas posições sociais, profissões, estudos, papéis na sociedade e assumem uma identidade de grupo, performática, visivelmente, nos trajes e uniformes, como na capoeira os abadá e suas cordas coloridas que indicam as hierarquias nessa arte, ou mesmo no boi: a *sinhazinha*, cunha Poranga, Nêgo Chico e Catirina, os levantadores de toadas, músicos as tribos e a camisa amarela, in-

4 No *Auto e brincadeira do boi* atuam personagens com papéis e desempenho de dança, música e coreografia, como: Pai Francisco (Nego Chico), Catirina, a *sinhazinha* da fazenda, a porta estandarte do boi, cunhã poranga, o amo do boi, o boi de ano e o tripa (fica dentro do boi), o pajé, as tribos, os músicos da percussão o levantador de toada (que canta as músicas de boi).

dumentárias. Modificam os comportamentos com os ensaios, treinos, preparativos, recepção dos convidados.

Na capoeira há uma forte ênfase a rituais, conhecidos entre seus praticantes, ou seja, da roda de capoeira, o batizado, a troca de graduação e o reconhecimento do capoeira. Os capoeiristas, ou seja, aqueles sujeitos com maior vivência na capoeira, principalmente mestres, atuam como organizadores dos eventos e assumem determinados papéis, como: organizar os instrumentos, preparar os berimbaus, organizar os participantes, escolher um lugar mais condizente para as crianças, se posicionar com relação ao uso dos instrumentos musicais, como: tambores, violões, cavaquinhos e teclados.

Nos eventos e encontros de capoeira, os espectadores normalmente são familiares, convidados e pessoas que de certa forma auxiliam em sua realização, quando se trata de um curso com a participação de um mestre conhecido nacionalmente e internacionalmente, a participação o público tende a ser maior.

No *boi-bumbá* a linguagem dos rituais é também muito presente, de forma geral é comum a denominação “a festa do boi-bumbá”, acompanhado de rituais como das “tribos”, no caso do boi em Benjamin Constant, o povo Ticuna desempenha esse papel no “auto do boi”. Esse lugar foi reservado aos Ticunas a medida em que os bois *Mangangá* e *Corajoso* foram sofrendo as influências do Festival de boi de Parintins, e consequentemente tendo como referências os bois *Garantido* e *Caprichoso*.

Em certa medida, a incorporação do modelo de boi de Arena de Parintins no tocante a atuação indígena, despertou entre os indígenas o interesse e reivindicação de sua autenticidade e etnicidade. Para os ticunas falar de “índios” é se reportar a seu grupo étnico, sua história e presença na região do Alto-Solimões. O *Festival Folclórico de Benjamin Constant* se que esse povo pudesse assumir um lugar de destaque semelhante à própria compreensão de sua importância no lugar.

A participação dos ticunas reproduz o misto de prá-

ticas culturais indígenas em suas cerimônias e rituais, no *boi* eles apresentam para o público a encenação do *ritual da moça nova*, seus adereços não são apenas fantasias, mais idênticos aos usados no ritual tribal. Ao mesmo tempo alimentam o caráter de fetichização do indígena do “auto do boi” e reafirmam a incorporação das tribos indígenas na “festa do boi”.

No *Festival de boi-bumbá* há um público bem maior que ocupa a arena do bumbódromo. Trata-se de um evento anual, assim como na capoeira. Os preparativos ocorrem nos meses que antecedem o acontecimento que envolve a participação de centenas de pessoas da comunidade, prefeitura da cidade e Governo do Estado, as escolas alteram seus calendários, o comércio se mobiliza, e dezenas de famílias e pessoas se organizam em suas barracas de vendas de alimentos, camisetas, adereços, fantasias.

Em depoimento do atual coreógrafo do *boi Mangan-gá* em 2019, responsável pela organização das danças: tradicionais, tribais, com a responsabilidade de trabalhar as lendas indígenas, caboclas locais em forma de dança e movimentos de forma a demonstrar para o público o que o boi se propõe a mostrar em cada apresentação anual, ou seja, existem mudanças nas apresentações que articulam demandas e acontecimentos em nível mundial como as: temática ambiental, afro brasileira indígena, personalidades históricas. Em seus relatos está presente a marcante influência de outras formas de danças e coreografias que transcendem o modelo tradicional dos bois.

Para o artista, o trabalho é realizado por meio de ensaios, principalmente em horários noturnos, para maior presença dos brincantes, que em sua maioria são adolescentes e jovens. Na oportunidade são repassadas as coreografias. Os ensaios ocorrem normalmente a partir do mês de junho acompanhando a data de realização do *boi de Parintins*, devido a divulgação, lançamento de cds, circulação de artistas pela cidade, principalmente cantores e é claro valorizando as novidades que serão apresentadas em Parintins. Apesar da distância Benjamin Constant experimenta a influência da festa da ilha “Tupinambarana”.

No *bumbódromo*, seguindo o modelo de Parintins, o público participa parte da arquibancada reservadas às torcidas do Mangangá e Corajoso, assim como os camarotes reservados às ‘autoridades’ e convidados e aos que têm condições financeiras de pagar. O festival não tem o alcance midiático de Parintins, pois não é televisionado, sua divulgação é maior através da internet, redes sociais e veiculações midiáticas eletrônicas.

A grande arena oportuniza aos brincantes e aos que assistem compartilharem três dias de apresentações. Significa para os capoeiristas uma oportunidade de realizarem apresentações, normalmente no início antes dos rituais a serem avaliados e da apresentação dos personagens específicos do boi, como: *sinhazinha da fazenda*, *cunhã poranga*, *pajé* e o *próprio boi de pano* de arena.



Imagem 1: dos bois mangangá e Corajoso na Arena de Benjamin Constant de 2015.

Fonte: Cruz, Tharcisio, 2015.

Schechner (2006) define performance nas artes como na vida cotidiana com possibilidades de “exibir-se, chegar a extremos”, ações elaboradas para aqueles que assistem, assim como num show ou dança, “Realizar performance” também pode ser entendida em relação a capoeira, ou mesmo a: “... sendo; fazendo; mostrar fazendo; explicar “mostrar fazendo”. “Sendo” é a existência por ela mesma. “Fazendo” é a atividade de todos que existem, dos quarks até seres conscientes e cordas super galácticas. “Mostrar fazendo” é desempenhar: apontar, sublinhar e se exibir fazendo.” (Schechner, 2006, p.02)

Schechner constrói sua análise a partir do campo da arte, a performance “marcam vidas”, ao mesmo tempo constroem as identidades, estão presentes na vida cotidiana, na vida como na arte, é preciso treino, prática, ou seja, significa também aprender “determinadas porções de comportamentos culturais, de ajustar e atuar os papéis da vida de alguém em relação às circunstâncias sociais e pessoais.” (IDEM, p. 03)

A longa infância e a meninice específicas da espécie humana é um período estendido de treinamento e ensaio para desempenho de sucesso na vida adulta. A “graduação” para a maioridade é marcada em muitas culturas por ritos de passagem. Mas, mesmo antes de atingida a maioridade, algumas pessoas se adaptam à vida que vivem do que outras, que resistem e se rebelam. A maior parte das pessoas vive a tensão entre aceitação e rebelião. As atividades da vida pública – algumas vezes calma, outras tumultuada; algumas vezes visível, outras mascaradas – são performances coletivas.

O autor argumenta que esse conjunto de atividades e práticas cotidianas, variam num universo de ajustamento de papéis, “Estas atividades variam, desde política sancionada até demonstrações populares e outras formas de protesto, e até mesmo a revolução.” Há segundo Schechner, os realizadores querem de certa forma mudar as coisas, alterar os padrões que estão estabelecidos, uma não conformidade. Performances, segundo Schechner “afirmam identidades”: artísticas, rituais ou cotidianas, permitem o que ele denomina de “comportamentos restaurados”.

Pode-se pensar também nos eventos como instâncias preparatórias para futuros Ritos de Passagem, como as trocas de graduação ou condição dentro da capoeira, na formação dos futuros integrantes do *Mangangá*. Tais fatores nos que nos aproximamos de Turner (2005) em sua análise sobre ritos de passagem, bem mais evidentes, segundo o autor, em sociedades em que os processos de mudança obedecem a outras dinâmicas, próximo desta proposta a possibilidade de inserir os grupos de capoeira, como tentativa de explicá-los em suas situações esperadas de mudanças de estado.

Para Turner (1974) a noção de *liminaridade*, voltados para a análise das pessoas (*personae*) em situações ambíguas e de mudança em seu espaço cultural, estas entidades liminares, ou pessoas, estão no meio de antigas e novas posições dentro do grupo social, dentro de um universo de ordenamento regido por costumes, convenções ou mesmo em cerimônia como as apresentadas em situações-eventos na *capoeira* e no *boi bumbá*.

As performances de rua, os rituais, as cerimônias, nos eventos em si, o boi e a capoeira apresentam forças motivadoras e incomparáveis, para seus adeptos e brincantes, o que influencia na expectativa dos espectadores que sempre esperam algo mais a ser apresentado, seja nas: danças, coreografias, arte cênica, musicalidade, acrobacias.

Ambas as práticas culturais capoeira, apresentam-se de forma dialógica, principalmente por não ser possível suas práticas sem a participação nos grupos, mesmo que seja numa apresentação ou performance de rua, sempre é necessário compartilhar os aprendizados, até mesmo como teste ou verdadeiros rituais.

A contribuição de Schechner, para demonstrar que a vida se mistura com a arte de forma cotidiana, na *capoeira* e no *boi* a arte faz parte de muitas vidas, grupos, movimentada de forma dinâmica verdadeiros atores, sempre como sujeitos atuantes em uma relação dialógica cujo o corpo é elemento dinamizador de uma linguagem própria, contínua, aberta para as mudanças que esta arte compartilha com o mundo.

De certa maneira talvez possamos pensar as práticas culturais do *boi* e da *capoeira*, dentro de um conjunto de apropriações e recriações simbólicas e materiais, na medida em que se são alcançadas pelas dinâmicas e exigências de um mundo cada vez mais globalizado, em que o local 'apresentado ao global.

No caso do espetáculo do *boi - bumbá* no Amazonas e em específico ao *Festival Folclórico de Benjamin Constant*, há o esforço por parte de seus organizadores em seguir o mode-

lo do Festival de Parintins, que segundo Nogueira (2008) “ as festas populares que estudamos (boi) atingem uma dimensão desterritorializada a partir do momento em que são, também , espetáculos televisivos e produtos de consumo em vários lugares ao mesmo tempo.”(p.48)

No caso do *boi Mangangá* juntamente com o *Corajoso*, estes não alcançaram essa visibilidade nacional, é considerado um festival de pequeno porte, porém conta com grande presença de pessoas que vem da Colômbia e do Peru para assistir e vender diversos produtos nas noites de festividade.

### **Considerações finais**

Para Vieira e Assunção (2008) é relevante analisar aspectos como a preservação da “diversidade cultural” as tradições da capoeira, independente das próprias modalidades: regional, angola ou contemporânea e formas de jogo espalhadas pelo mundo, até porque segundo o pesquisador, há na capoeira “diferentes formas de compor seus elementos”, e ,

Em muitos casos, preservar a diversidade da capoeira envolve assegurar aos capoeiristas condições para que possam viver de seu ofício. E isso se torna, no Brasil atual, particularmente complexo no caso de mestres idosos que vivem nos tradicionais centros da capoeira nacional (cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Recife) e também em pequenas localidades do interior, onde sobrevivem manifestações tradicionais da capoeira. (ASSUNÇÃO, 2008, p.17)

A capoeira se insere assim na forma como é tratada a cultura popular no Brasil e suas dimensões exóticas e folclóricas em outros países. Em certa medida a capoeira em âmbito geral, tem grande presença em mais de 160 países e todos os continentes no mundo, fruto de um trabalho que teve início nos anos de 1970, configurando em um trabalho de maior permanência que já dura mais de quatro décadas e tende a ter continuidade.

O *boi Mangangá* por exemplo, sobrevive, graças ao trabalho de sua diretoria, que realiza campanhas, bingos, feijoadas, dentre outras alternativas para arrecadar recursos para comprar e consertar instrumentos musicais, gravar cds com as

toadas de cada ano, produzir camisetas e manter alternativas de divulgação do boi.

A capoeira local se mantém graças ao esforço dos mestres e dos praticantes para manter as atividades que são regulares e realizarem anualmente as cerimônias de batizado e troca de cordas. Os grupos contam com o apoio das escolas em que ocorrem a prática da capoeira.

Ambos, *boi e capoeira*, não dispõem de apoio regular da prefeitura ou governo do Amazonas, são livres para buscar apoios de diversos setores, seja privado de empresários e comerciantes locais ou público se submetendo aos escassos editais públicos voltados a atender projetos culturais. No entanto os bois, Festival Folclórico, contam com apoio financeiro da prefeitura e do Estado, para realização do festival, algo que não ocorre com a capoeira. Tal fator demonstra as múltiplas dimensões em que são tratadas determinadas práticas culturais, em que o apelo do mercado e da mídia tem peso muitas vezes determinante.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich, 1895-1975. Estética da criação verbal -2. ed. São Paulo Martins Fontes, 1997.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. Os bois-bumbás de Parintins. Rio de Janeiro: FUNARTE/Editora Universidade do Amazonas, 2002.

NOGUEIRA, Wilson. Festas Amazônicas: boi-bumbá, ciranda e sairé. Manaus: Editora Valer, 2008.

MORAES FILHO, Mello. Festas e Tradições Populares do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SCHECHNER, Richard. "O que é performance?". Performance studies. New York & London: Routledge, 2006.

TURNER, Víctor W. O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura. Petrópolis, Vozes, 1974.

TURNER, Victor. Dewey, Dilthey e Drama: um ensaio em Antropologia da Performance (primeira parte) Tradução. Cader-

nos de Campo, 13. 2005.

VIEIRA, Luiz Renato e ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Os Desafios Contemporâneos da Capoeira. Ministério das Relações Exteriores- Revista Textos do Brasil. Edição nº 14 - Capoeira, 2008.

## **Inventando práticas coletivas de educação, cidadania e envolvimento ambiental em uma comunidade do Amazonas**

---

*Washington Napoleão Eufrazio*

### **Introdução**

É fundamental que o psicólogo vá a campo buscar intervir em processos psicológicos que afetam a qualidade de vida e na personalidade, nesse contexto, é importante que o profissional saiba que o grupo deve ser pensado criticamente em quanto à realidade social, para que assim possa compreender as diversas realidades nas camadas sociais (Bleger, 2005).

Os psicólogos sociais construíram um novo olhar, na concepção dessa realidade, o principal objetivo passou a ser o estudo, a compreensão, a conceptualização e a intervenção rigorosa nos processos, a comunidade passou a melhorar seu estado psicológico geral, em relação os moradores que nela habitam (Ornelas, 1997).

A psicologia na comunidade busca realizar um movimento de aproximação do cotidiano das pessoas, participando efetivamente das ações em bairros e instituições, visto que nestes lugares a presença do psicólogo tem sido pouco frequente. Neste sentido, cabe à psicologia na comunidade trabalhar nos indivíduos e grupos a visão de mundo, a autopercepção, enquanto pessoa e grupos, assim como ajudar na conscientização de sua identidade psicossocial (Ornelas, 1997).

Em meados de 2016, começamos um estágio supervisionado em uma comunidade tradicional. Em 2017, continuamos essa atividade na qual tivemos a iniciativa de conhecer melhor o local em que estávamos inseridos, sendo criado um grupo de discussão dos assuntos pertinentes ao bairro, neste momento, nos inserimos na comunidade, pensando que estar

à frente com os moradores, escutando suas histórias e seus relatos de vida, buscando uma comunidade com novos conceitos e novos olhares para realidade que os cercam.

Segundo Guareschi e Scarparo (2007) o termo comunidade é polissêmico e é caracterizado por fornecer diversas possibilidades de problematização e como em qualquer conceito criado, o de comunidade se conforma às dinâmicas sociais que se processam nesse mesmo espaço.

O objetivo deste artigo foi refletir sobre nossa capacidade de análise, nos inserir na comunidade e fortalecer este grupo para que mantivessem com uma visão de crescimento e união no bairro. Destacando que os seres humanos possuem instinto de se agrupar e estes existem, somente, em função de seu inter-relacionar no grupo, nesse sentido o grupo não serve apenas como uma soma de indivíduos, pelo contrário, se constitui como uma nova entidade, com movimentos específicos (SILVA e GIGICH *apud* ZIMERMAM, 2011).

Visualizamos, de maneira clara, por meio das experiências com o grupo, cujas dificuldades estão diretamente relacionadas às questões de vulnerabilidade da população. As experiências com o grupo que a princípio, pensávamos em um grupo de mulheres e de jovens no bairro, contou também com a participação homens da comunidade.

A atuação do psicólogo deve entrar, neste contexto, como uma participação igualitária junto aos membros da comunidade. Não deve ter sua práxis pensada como uma espécie de caridade para aqueles indivíduos tidos como “inferiores”, e ao contrário, deve atuar como um membro ativo e de igual importância em relação aos outros membros, pois só assim poderá atender aos interesses da comunidade satisfatoriamente assim como às suas posições enquanto sujeitos de direitos e deveres.

## **Descrição metodológica**

A presente perspectiva de intervenção se baseia numa vertente psicossocial, alicerçada numa fundamentação em que

o ser humano é tido como produto e produtor contínuo de seu meio físico-sócio-cultural. A organização social e os direitos fundamentais dos seres humanos terão um foco de atenção privilegiada na intervenção, na medida em que se pretende contribuir para o fortalecimento da organização sociopolítica local.

A forma de intervenção utilizada foi a atividade grupal, objetivamente a produção de grupos-sujeito que, segundo Guattari (2006), são os modos sócio-históricos de funcionamento, capazes de repensar a situação e recolocar as questões institucionais que estão em jogo, vivenciando os conflitos e buscando práticas que fortaleçam a participação e a autogestão.

Foram realizados encontros semanais, com duração aproximada de duas horas por encontro. Os temas foram discutidos tendo como norteador o debate acerca das questões socioambientais que atravessam a comunidade.

Intenta-se neste espaço coletivo de discussão, produzir subsídios à participação de todos no processo de sua organização e viabilização de seus direitos fundamentais, buscar soluções conjuntas para os problemas sociais, e colaborar na formulação e controle social das políticas públicas.

Não houve um plano previamente estabelecido, o planejamento se dava ao final de cada encontro. Todavia, objetivando facilitar o processo, contemplamos os seguintes passos: 1) o estabelecimento do contrato – reunião inicial de apresentação da proposta e formulação de um plano de trabalho 2) Momento de abertura – Contextualização, no início de cada encontro, lembrando os pontos destacados anteriormente, e estabelecimento da ordem do dia 3) Estratégia de motivação – aquecimento, após a contextualização, objetivando estabelecer um clima facilitador, para que o grupo sintasse à vontade e confiante em participar 4) Espaço de diálogo – discussão do tema escolhido para o dia. 5) Encerramento e avaliação – momento de avaliação, solicitando aos participantes que expressem suas considerações sobre o processo, estabelecendo a continuidade no próximo encontro.

## **Resultados e discussão**

A fim de facilitar a visualização das informações, os resultados e discussão dos mesmos serão apresentados de acordo com a ordem cronológica dos encontros.

### **1° Encontro**

No primeiro encontro, alguns moradores foram ao grupo com o intuito de participarem de uma escuta sobre o banco comunitário que a comunidade estava disposta a fazer, sendo que, nosso objetivo era levantar discussões acerca de assuntos que de fato fazem parte do cotidiano das pessoas, mantendo uma visão de crescimento e união no bairro. Havia um total 3 (três) participantes, no caso, três mulheres. O grupo iniciou com a apresentação dos coordenadores da atividade, que explicaram o funcionamento dos encontros, reforçando a importância do espaço grupal, da escuta e do momento do compartilhar, podendo todos os moradores falarem suas situações de inquietação em relação à comunidade. Os integrantes também se apresentaram e puderam compartilhar suas expectativas sobre os encontros.

Foi combinado que o grupo se destinaria a discutir assuntos pertinentes ao bairro, surgiram os seguintes assuntos: Conscientização das mulheres (trabalho, dependência, violências); Qualificação Profissional; Submissão; Doenças sexualmente transmissíveis; Família; e outros assuntos de interesse da comunidade.

Neste primeiro encontro, os integrantes do grupo pareciam reservados e tímidos. Não surgiram muitas queixas, o grupo parecia expor seus relatos de uma forma superficial, não demonstrando estar à vontade.

### **2° Encontro**

No segundo encontro, havia 4 (quatro) integrantes, um morador novo e três do primeiro encontro. Como proposta de integração foi aplicada uma dinâmica com o grupo para

que eles pudessem interagir e refletir, a sugestão era que cada um falasse algo positivo para a pessoa que estava ao seu lado. Após a dinâmica, alguns integrantes ficaram mais sorridentes e à vontade em compartilhar com o grupo, pontuamos outros objetivos como: somar forças, estratégias de convite e influenciar as lideranças do bairro, realizando visitas solidárias.

Em geral, pode-se notar que o grupo pareceu receoso, verbalizaram em vários momentos o não contentamento do sistema de água e a separação que existia no bairro

### **3º Encontro**

No início do terceiro encontro, foi reforçado sobre o espaço dos participantes e que poderiam falar o que quisessem. Havia 10 (dez) integrantes, 6 (seis) novos e 4 (quatro) que já estavam no grupo. Todos demonstraram interesse de tentativa de vínculo com os coordenadores, também apresentaram algumas atitudes de desconfiança e defensiva.

Foi discutido sobre a força de vontade dos participantes em conduzir a comunidade, resgatando histórias dos moradores antigos, das festas tradicionais e sobre a questão ambiental, comentando sobre a bacia que abastece os lençóis freáticos e sobre o polo naval que estava no debate governamental. O grupo demonstrou ainda não conseguir entrar em contato com seus sentimentos, apresentando um funcionamento geral de dependência e defesa.

### **4º Encontro**

Havia 7 (sete) pessoas no grupo, neste dia, foi abordada a questão da submissão do marido, comentários sobre esposas que apanham destes, a questão de ser submetido a alguém e a dependência, tratou-se da importância da orientação e atenção a essas famílias. Perguntado qual o tipo de atenção deveria ser dado, porém, o grupo permaneceu em silêncio, com dificuldade para explicar, principalmente em relação aos afetos estabelecidos, logo, mudaram de assunto.

O grupo compartilhou algumas experiências vividas na comunidade. Algumas moradoras deram exemplos pessoais, uma delas dizendo que foi melhor se separar do esposo, revelando que “hoje está melhor”, trabalhando e estudando.

Neste encontro, o grupo entrou mais em contato com seus sentimentos, ao falar sobre suas experiências, e assim se apresentaram inquietos e defensivos, ao mesmo tempo em que começaram a se vincular.

### **5° Encontro**

Neste encontro, os coordenadores da atividade trabalharam com o grupo o tema violência, passando um vídeo sobre este assunto foram percebidas as dificuldades dos moradores em falar a respeito dos sentimentos e afetos.

Verificou-se que diante das angústias individuais, o grupo de reflexão ofereceu um espaço para que os integrantes falassem sobre seus anseios e dificuldades, assim relataram sobre as questões vividas de violência em suas casas e comunidade.

Por parte dos moradores, tivemos dificuldades na aprovação do local do grupo, muitas vezes, alegaram desconforto no local físico dos encontros. A princípio estes eram feitos no espaço de um dos representantes da comunidade, como são divididos em quatro áreas, os demais não participavam, alegando que estariam fortalecendo o partido do morador. Depois de dois meses de o grupo ter iniciado, convidaram-nos para realizar os encontros no posto de saúde do bairro.

### **6° Encontro**

O encontro começou a ser realizado no posto de saúde, foram 6 (seis) participantes, todos querendo traçar novos objetivos e convidar outros moradores a participarem, inclusive as lideranças, fizemos um plano de ação com convites e metas a serem debatidas no decorrer de cada encontro, uma delas foram à união dos moradores e o assunto pertinente que

sempre era comentado nas reuniões: as eleições para o presidente de moradores.

O grupo se sentiu mais a vontade de conversar sobre todos os temas, pois estavam num espaço neutro, onde não havia influência de nenhuma liderança. Viu-se a necessidade de convocar para as reuniões as lideranças, visto que as mesmas que compunham a força que influenciava os outros moradores.

Confeccionou-se uma lista com os principais líderes do bairro, para comparecerem a reunião, sendo que os convites foram distribuídos aos presentes para serem entregues aos moradores que exerciam o papel de líder na comunidade.

### **7º Encontro**

Apesar de terem sido distribuídos os convites para as lideranças da comunidade, apenas 2 (dois) compareceram, uma moradora responsável por um poço artesiano e uma liderança religiosa. Foram reforçados a importância da participação popular nas atividades e seu envolvimento com as questões da comunidade.

Destacou-se o tema ambiental, uma das principais questões, pois fica na fronteira com a bacia do Rio Amazonas, sendo que no plano diretor da Prefeitura de Manaus pretendia-se construir um porto naval. Essa questão foi muito debatida e discutida entre todos, sendo esse o tema central. Também ficou acordado que tentaríamos convidar novamente outros moradores.

### **8º 9º 10º Encontros**

Nesses encontros, o número de participante aumentou consideravelmente, destacou-se a necessidade de se reativar a associação de moradores, pois assim, teríamos um líder eleito e com representação de fato junto aos órgãos do governo.

Decidiu-se que os trabalhos seriam direcionados para a convocação das eleições, e todos ficaram comprometidos em direcionar os esforços para tal finalidade. Buscou-se o antigo

presidente da associação e ele orientou quanto aos procedimentos para a convocação das eleições. Feito um cronograma prévio de possíveis datas e horários, para as assembleias populares, para a evocação dos candidatos e para a organização do certame. Nesses encontros foram debatidos as pautas e os procedimentos a serem seguidos por todos que estavam no grupo.

### **11º Encontro**

Nesse encontro havia os 2 (dois) possíveis candidatos, eles se comprometeram perante o grupo que o quem perdesse a eleição, ajudaria o candidato vencedor. Os objetivos do grupo estavam sendo alcançados, pois o que se tinha planejado, inicialmente, estava se materializando. Nesse momento, retornou-se aos pensamentos que originaram o surgimento do grupo, que foi a principal reflexão por parte dos moradores, quanto as questões do bairro, nos âmbitos sociais, políticos e ambientais.

### **Considerações Finais**

O objetivo deste trabalho foi alcançado, conseguimos refletir sobre nossa capacidade de análise e de inserção na comunidade, o fortalecimento deste grupo para que se mantenham com uma visão de crescimento e união. As ações dos moradores neste sentido cabem à psicologia na comunidade, trabalhar nos indivíduos e grupos a visão de mundo, a autopercepção enquanto pessoa e comunidade, assim como ajudar na conscientização de sua identidade psicossocial.

### **Referências bibliográficas**

BLEGER, J. Termos de psicologia – entrevistas de grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GUATTARI, F. As três ecologias. Campinas: Papirus, 1990.

ORNELAS, J. Psicologia comunitária: origens, fundamentos e áreas de intervenção *Análise Psicológica*, 3 (XV): 375-388, 1997.

SCARPARO, H.B.K. GUARESCHI, N.M.F. Psicologia social comunitária profissional. *Psicologia & Sociedade*. vol.19. Porto Alegre, 2007.

SILVA, M.J.R. GIGICH, A.R. Encontro – *Revista de Psicologia*. Atuação do Psicólogo Social Comunitário: um romper de um ciclo. Vol.14, nº 20, 2011.



## CAMINHANTES NAS ARTES

*Mariene Mendonça*

Viver a arte é se deixar levar pelo dom de emocionar-se  
com o mundo e a fantasia, desejando com calor,  
que as pessoas ao redor experimentem o mesmo.

É saber que a emoção que ela provoca é um tipo de paz  
e um modo solitário de descoberta,  
E que lidar com ela é florir-se e despir-se.

A arte nos expõe aos sentimentos do homem,  
tornando a vida mais abundante e densa,  
onde reza-se delicadeza e intensidade,  
opacidade e brilho.

Quem faz ou ensina a arte habita um universo de cores, for-  
mas, ideias  
e histórias que abraçam a vida das pessoas,  
executando a sinfonia íntima que há na profundidade dos corpos.  
A arte é a matéria do grito e do silêncio.

O professor, artista ou qualquer outro caminhante nas artes,  
é alguém que lida com invenção e verdade, paixão e vaidade,  
a beleza e a vileza do que existe ou necessita ser inventado,  
É quem a reconhece como sol que aquece e punge,  
mas sobretudo atrai e brilha.

O genuíno artista é aquele que sabe que é ela uma força,  
capaz de sacudir a vida com poeira ou explosão,  
é pra quem ela desce como luz com a qual se enxerga a grandeza do seu próprio escuro,  
o reluzir do amarelo que se buscou por tantos dias,  
um escudo que amortece as linhas do tempo...

## **Sobre as/os autores**

### **Ana Cristina Alves Balbino**

Docente do Curso de História da Universidade Paulista – UNIP, em São Paulo/SP. Graduada e Licenciada, Mestre e Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

### **Ana Maria de Mello Campos (org.)**

Formada em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas / Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant-AM. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas / PPGAS-UFAM. Doutoranda em Antropologia pela Universidade Nova de Lisboa/Portugal. Email: ammellocampos@hotmail.com

### **Artemis de Araújo Soares**

Professora titular da FEEF/UFAM. Possui graduação em Educação Física e em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (1973), Mestrado em Educação Física pela Universidade de São Paulo, Doutorado em Ciências do Desporto pela Universidade do Porto. Atualmente é vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-UFAM. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Gênero, Diversidade e Cultura e Povos Indígenas, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos socioculturais, desporto, jogos tradicionais, crianças e atividade física escolar.

### **Bruno dos Santos Rodrigues**

Bacharel em Administração no Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas – INC/UFAM.

### **Bruno Reinert de Abreu**

Mestre em Ciências e Meio Ambiente – Universidade Federal do Pará/UFPA.

### **Carlinho Ferreira Pessoa**

Formado em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas do Instituto de Natureza e Cultura. Email: c12carlinhoferreira@gmail.com

### **Elisiane Sousa de Andrade**

Professora do Ensino Fundamental, vinculada a Secretaria Municipal de Educação/Manaus-AM. Especialista em Comunicação Eleitoral e Marketing Político-Estácio de Sá, especialista em Gestão Estratégica em Políticas Públicas- UNICAMP, especialista em Gestão de Currículos e Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas-UEA, mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas.

### **Elenilson Silva de Oliveira**

Aluno de Doutorado do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura da Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor titular do Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

### **Érica Fabricia Melo**

Bacharela em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, no Instituto de Natureza e Cultura – INC, em Benjamin Constant. Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos –UNISINOS/RS. Professora substituta na UFAM, no INC. Contato: ericaantropos@gmail.com

**Flávia Karenine Silva Ponte**

Mestre em Ciências e Meio Ambiente – Universidade Federal do Pará – UFPA.

**Frâncio Costa Simão**

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia e Bacharel em Administração no Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas – INC/UFAM.

**Gleilson Medins de Menezes (foto da capa)**

Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), jornalista, técnico audiovisual e coordenador administrativo da FIC/UFAM. Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFAM/CNPq). E-mail: audiovisualufam2@gmail.com

**Iraíldes Caldas Torres**

Professora da Universidade Federal do Amazonas, doutora em Antropologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia, Teologia, Pastoral e Ciências Humanas da CNBB Bacharelado em Teologia pelo Instituto Superior de Filosofia Teologia Pastoral e Ciências Humanas da CNBB; Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas e doutorado em Ciências Sociais/ Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon 2, na França.

### **Jarliane da Silva Ferreira**

Formada em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas do Instituto de Natureza e Cultura. Mestre em Educação. Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professora adjunto III do INC e coordenadora do observatório da Educação do Campo no Alto Solimões – OBE-CAS e do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em Educação do Campo – LIPECAM.

### **João Clovis de Oliveira Costa**

Bacharel em Ciências Econômicas – UEA; Economista – Co-recon/AM; Especialista do MBA em Gestão Empresarial com Estratégia de Mercado Industrial - FSDB; Professor Voluntário para Graduação na UEA S2/2019; Em 2020, Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM; e-mail: jarteverde@hotmail.com

### **José Roberto Faria e Faria**

Aluno de Mestrado do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura da Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor substituto do Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

### **Kamilla Ingrid Loureiro e Silva**

Bacharel em Ciências Econômicas – UFAM; Economista – Co-recon/AM; Especialista em Logística - UFAM; Professora para Graduação na Uninorte Laureate; e-mail: kamila.loureiro@gmail.com

### **Lílian Freire Noronha**

Mestra em Ensino Tecnológico e Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica, ambos, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), no qual, também, é concursada como Auditora Interna Federal. Possui graduação em Ciências Contábeis e Artes Visuais (em curso) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Realiza pesquisas nas Artes Visuais, Educação Especial e Inclusão Educacional. Email: [lilian.ifam@gmail.com](mailto:lilian.ifam@gmail.com)

### **Mariene Mendonça de Freitas (capítulo, gravura e poesia)**

Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Amazonas Campus Parintins, atuando na área de arte educação, tecnologias contemporâneas, arte multimídia e intermídia, saber sensível, fruição artística e Semiótica. Possui trabalhos artísticos e científicos no campo da ilustração estética e artes contemporâneas mediadas por tecnologias digitais.

### **Michel Justamand (org.)**

Professor Associado I do Curso de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, no Instituto de Natureza e Cultura – INC, unidade acadêmica do Alto Solimões, sediada na cidade de Benjamin Constant; Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da UFAM, com sua sede em Manaus; e é Pós-Doutor em Sociedade e Cultura pela UFBA, em Arqueologia, pela UNICAMP e em História, pela PUC/SP. Graduado e Licenciado em História, Mestre em Comunicação e Semiótica e Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela PUC/SP. Organizador, Revisor Técnico e Partícipe da Comissão Editorial da Coleção *Fazendo Antropologia no Alto Solimões* – FAAS, desde 2012. Incentivando a balbúrdia sempre! Email: [micheljustamand@yahoo.com.br](mailto:micheljustamand@yahoo.com.br)

### **Nelly Mary Oliveira de Souza**

Graduada em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Amazonas — UEA. Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional e Formação em Educação à Distância, pela Universidade Paulista (UNIP). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia — PPGSCA/UFAM. Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação de Tabatinga — AM, e da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC). Email: mel\_tbt@hotmail.com

### **Odeni Ribeiro de Souza**

Professor da Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas, doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas.

### **Sandra Rejane Viana de Almeida**

Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas, especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Mestranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia–UFAM, docente na Rede Pública de Ensino Municipal de Manaus, atuando na Educação Infantil.

### **Sebastião Melo Campos (org.)**

Formado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas. É bacharel em Serviço Social pela Universidade Paulista UNIP. Especialista em História e Geografia pelo Centro Educacional de Pesquisa da Amazônia. É formado em Técnico Florestal pelo Centro de Estudos do Amazonas CETAM. Atualmente está cursando o sexto pe-

río de Licenciatura em História pela Universidade Paulista UNIP. Mestre em Ciência e Meio Ambiente: Área de Concentração – Recursos Naturais e Sustentabilidade pela Universidade Federal do Pará. Professor da Rede Pública Municipal, SEMED e SEDUC. Email: s-melocampos@hotmail.com

### **Tales Vinícius Marinho de Araújo**

Mestre em Ciências e Meio Ambiente – Universidade Federal do Pará/UFPA.

### **Tharcísio Santiago Cruz**

Professor de sociologia do Instituto de Natureza e Cultura-INC/UFAM e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM.

### **Washington Napoleão Eufrázio**

Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Docência e Gestão do Ensino Superior - Estácio de Sá. Graduado em Psicologia – UFAM. Atua como Psicólogo Fiscal no Conselho Regional de Psicologia – 10ª Região. Pesquisas no campo da psicologia social e organizacional, representação social, educação, trabalho e gênero. E-mail: w.napoleao@yahoo.com.br / w.napoleao20@hotmail.com



## Sugestões de leitura

disponíveis em [www.alexaloja.com](http://www.alexaloja.com)

### **Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões** *Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand*

- 1 - Antropologia no Alto Solimões.  
*Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012*
- 2 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões.  
*Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012*
- 3 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2.  
*Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.), 2015*
- 4 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação.  
*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016*
- 5 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira.  
*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016*
- 6 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.  
*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016*
- 7 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7.  
*Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017*
- 8 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.  
*Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017*
- 9 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9.  
*Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017*
- 10 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10.  
*Carmen Junqueira, Michel Justamand e Renan Albuquerque (orgs.), 2017*

- 11 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11.  
*Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018*
- 12 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12.  
*Iraíldes Caldas Torres e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 13 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13.  
*Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018*
- 14 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 14.  
*Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 15 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 15.  
*Antônia Marinês Goes Alves, Elenilson Silva de Oliveira e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 16 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 16.  
*José Lino do Nascimento Marinho, Maria Isabel Araújo e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 17 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 17.  
*Walmir de Albuquerque Barbosa, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araujo Soares e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 18 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 18.  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018*
- 19 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 19.  
*João Bosco Ladislau de Andrade, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2019*
- 20 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 20 - O pensamento dissidente/divergente e as questões amazônicas  
*Ildete Freitas Oliveira, Michel Justamand e Nelly Mary Oliveira de Souza (orgs.), 2019*
- 21 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 21  
*Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina Cantuário de Andrade (orgs.), 2019*
- 22 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 22  
*Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina Cantuário de Andrade (orgs.), 2019*

23 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 23  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), 2019*

24 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 24  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), 2019*

**Coleção FAAS TESES - Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses**

*Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand*

- 1 - Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingú.  
*Carmen Junqueira. 2018*
- 2 - Da cana ao caos - Usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada.  
*Thereza Menezes, 2018*
- 3 - Órfãos das letras no contexto amazônico: memórias de uma prática docente na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia.  
*Maria de Nazaré Corrêa da Silva, 2019*
- 4 - Os Rikbaktsa: mudança e tradição.  
*Rinaldo Sergio Vieira Arruda, 2019*
- 5 - Seringueiros do Médio Solimões: fragmentos e memórias de vida e trabalho.  
*José Lino do Nascimento Marinho. 2019*
- 6 - O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru: etnografia sobre a assistência obstétrica no município de Benjamin Constant.  
*Ana Maria de Mello Campos, 2019*

**Coleção Carmen Junqueira**

*Dirigida por Michel Justamand e Renan Albuquerque*

- 1 - Carmen e os Kamaiurá.  
*Michel Justamand, Renan Albuquerque e Vaneska Taciana Vitti (org.), 2019*
- 2 - Carmen e o indigenismo.  
*Michel Justamand, Renan Albuquerque e Vaneska Taciana Vitti (org.), 2019*

- Ana Maria de Mello Campos, Michel Justamand e Sebastião Melo Campos -

3 - Sexo e Desigualdade: entre os Kamaiurá e os Cinta Larga.  
*Carmen Junqueira, 2019*

4 - Índios do Ipavu  
*Carmen Junqueira, 2019*

5 - O tacape do diabo e outros instrumentos de predação  
*Eunice Paiva, Carmen Junqueira, Renan Albuquerque e  
Gerson André A. Ferreira, 2019*

### **Coleção Arqueologia Rupestre**

*Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand*

1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental  
*Michel Justamand, 2006*

2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.  
*Michel Justamand, 2007*

3 - As relações sociais nas pinturas rupestres  
*Michel Justamand, 2007*

4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar  
*Michel Justamand, 2012*

5 - A mulher rupestre  
*Michel Justamand, 2014*

6 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – PI.  
*Michel Justamand, 2015*

7 - Arqueologia da Sexualidade  
*Michel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2016*

8 - Arqueologia do Feminino  
*Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e  
Pedro Paulo A. Funari, 2017*

9 - Arqueologia da Guerra.  
*Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino  
e Pedro Paulo A. Funari, 2017*

10 - Arqueologia e Turismo.  
*Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez, 2018*

- 11- Uma história do povoamento do continente americano pelos seres humanos: a odisseia dos primeiros habitantes do Piauí.  
*Gabriel Frechiani de Oliveira, Michel Justamand e Pedro Paulo A. Funari, 2019*
- 12 - Caçadores da pré-história: recorrências temáticas na pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara - PI  
*Vanessa da Silva Belarmini, 2019*
- 13 - Reflexões espaciais e visibilidade dos grafismos rupestres no sítio arqueológico GO-CP-33 em Palestina de Goiás  
*Grazieli Pacelli Procópio, 2019*
- 14 - Luta corporal na Pré-História: ensaio antropológico e histórico  
*Leandro Paiva, 2019*

### **Coleção Diálogos Interdisciplinares**

*Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand*

- 1 - É possível uma escola democrática?  
*Michel Justamand (org.), 2006*
- 2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.  
*Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand, 2007*
- 3 - Diálogos Híbridos.  
*Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.), 2016*
- 4 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.  
*Michel Justamand, 2017*
- 5 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas.  
*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa (orgs.), 2017*
- 6 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.  
*Êmerson Francisco de Souza (org.), 2017*
- 7 - História e representações: cultura, política e gênero.  
*Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand (orgs.), 2017*

- 8 - Diálogos Híbridos II.  
*Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 9 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin Constant – AM.  
*Sebastião Melo Campos, 2018*
- 10 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua no município de Benjamin Constant – AM.  
*Sebastião Melo Campos, Lincoln Olimpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e Josenildo Santos de Souza, 2018*
- 11 - Tabatinga: do Conhecimento à Prática Pedagógica.  
*Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org), 2018*
- 12 - Tabatinga e suas Lendas.  
*Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta, 2018*
- 13 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos  
*Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2018*
- 14 - A implantação do curso de antropologia na região do Alto Solimões - AM.  
*Adolfo Neves de Oliveira Júnior, Heloisa Helena Corrêa da Silva e Paulo Pinto Monte (orgs.), 2018*
- 15 - Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades - Vo.l. 2.  
*Renan Albuquerque e Weberson Grizoste (org), 2018*
- 16 - Ars moriendi, a morte e a morte em si.  
*Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zulei-de F. Queiroz (org), 2018*
- 17 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia.  
*Salatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org), 2018*
- 18 - Diálogos Híbridos III - Agroecologia.  
*Camilo Torres Sanchez (org.), 2018*
- 19 - Processos psicossociais na Amazônia.  
*Marcelo Calegare e Renan Albuquerque (org.), 2018*

20 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis I: intercâmbios nordestinos.

*Antoniél dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Eirilúcia Cruz Nacedo (orgs), 2018*

21 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis II: intercâmbios nordestinos.

*Antoniél dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Eirilúcia Cruz Nacedo (orgs), 2018*

22 - Reinvenção do rádio: tecnologia, educação e participação.

*Guilherme Gitahi de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiiff Morix Schwamborn (orgs), 2018*

23 - Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial.

*Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busabello (orgs), 2018*

24 - Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do Nordeste do Brasil.

*Miguel Ângelo Silva de Melo, 2018*

25 - Reflexões sobre violência e justiça.

*Ernandes Herculano Saraiva, Guilherme José Sette Júnior e Neuton Alves de Lima, 2018*

26 - Política de educação do surdo: problematizando a inclusão bilíngue em escolas da rede municipal de ensino de Benjamin Constant-AM.

*Maria Francisca Nunes de Souza e Maria Almerinda de Souza Matos (orgs), 2019*

27 - Tradução cultural e processos socioculturais na Amazônia,  
*Alexandre de Oliveira (org), 2019*

28 - Balbina, vidas despedaçadas,  
*Renan Albuquerque, 2019*

29 - Olhares comunicacionais

*Renan Albuquerque, Noélio Martins Costa e Georgio Ítalo Oliveira (orgs), 2019*

30 - Saberes Amazônicos

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Júnior Peres de Araújo e Ismael da Silva Negreiros (orgs), 2019*

31 - As Primeiras-Damas e a assistência Social: relações de gênero e poder  
*Iraildes Caldas Torres, 2019*

32 - Imagens e imaginários na Amazônia  
*Alexandre de Oliveira (org), 2019*

33 - Amazônia: prospecção de múltiplas lentes  
*Liliane Costa de Oliveira, Viviane de Oliveira Lima Zeferino  
e Israel Pinheiro (orgs), 2019*

34 - Amazônia e educação na região do Médio Juruá  
*Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva,  
Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019*

35 - Amazônia saúde e ambiente na região do Médio Juruá  
*Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva,  
Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019*

36 - Educação em pauta  
*Fátima Aparecida Kian e Ailton Paulo de Oliveira (orgs), 2019*



# Coleção FAAS

## Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand



# Coleção FAAS TESES

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand



ALEXA  
CULTURAL



EDUA  
EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU  
Associação Brasileira  
das Ciências Universitárias



ISBN - 978-85-5467134-1

